



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**MORALISMO E POLÍTICA:**  
**o papel da FIESP na política brasileira**

Pedro Santiago Couto

**João Pessoa**  
**2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**MORALISMO E POLÍTICA: o papel da FIESP na política brasileira**

**Pedro Santiago Couto**

*Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, sob orientação da Prof. Dr.<sup>a</sup> Simone Magalhães Brito.*

João Pessoa

2019

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

C871m Couto, Pedro Santiago.

MORALISMO E POLÍTICA: o papel da FIESP na política  
brasileira / Pedro Santiago Couto. - João Pessoa, 2019.  
139 f. : il.

Orientação: Simone Magalhães Brito.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. FIESP. 2. Governos Lula e Dilma. 3. Corrupção. I.  
Brito, Simone Magalhães. II. Título.

UFPB/BC

Pedro Santiago Couto

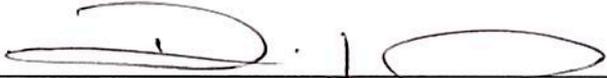
**MORALISMO E POLÍTICA: o papel da FIESP na política brasileira**

Relatório final, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Paraíba, com parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Sociologia

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Professora Dra. Simone Magalhães Brito**  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, PPGS / UFPB  
(Orientadora)



---

**Professor Dr. Rogério de Souza Medeiros**  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, PPGS / UFPB  
(Examinador interno)



---

**Professor Dr. Terrence Mulhall**  
Professor do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba  
(Examinador interno)

João Pessoa, 30 de agosto de 2019

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, causa primária de todas as coisas, ou o Universo, ou qualquer outra coisa que queiram denominar enquanto esta inteligência suprema.

Agradeço aos meus pais, Vinicius e Valéria, que sempre me apoiaram como puderam nas decisões que tomei. Agradeço, pai, pelo exemplo de força, perseverança, bondade e alegria que transparece neste imenso desejo de viver que você possui. Agradeço, mãe, pelo exemplo de paciência, abnegação e amor, que repercuti no seu fazer cotidiano, e que contagia a todos da nossa família e, com certeza, nas pessoas que a conhecem.

Agradeço a minha irmã, Amanda, que é puro amor e carinho. Com seus gestos afetuosos, ela sempre está de bem para nos dar um abraço quando precisamos.

Agradeço a minhas tias Sinhá e Naninha e meu primo Mateus (parte da família do meu pai) que estão mais próximos e que nos alegram em momentos conjuntos. Agradeço também ao Gabi e à família da minha mãe- que é bem grande e que estão distantes, mas que desejam meu bem e torcem pelo meu sucesso.

Agradeço a Lúcia Mara que decidiu trilhar este caminho comigo e que tem me ensinado bastante neste processo.

Agradeço aos amigos distantes (BH) e aos amigos mais próximos (PB) que nos momentos de desânimo me trouxeram palavras reconfortantes de incentivos e apoio.

Agradeço aos professores Rogério e Terry que se debruçaram sobre este trabalho no exame de qualificação e que, por isso, trouxeram-me o rumo que precisava dar para esta pesquisa.

Agradeço aos profissionais desta Universidade Federal que me possibilitaram fazer o curso de Licenciatura em Ciências Sociais e a pós-graduação em Sociologia. Profissão que exerço enquanto professor e formação que tanto amo.

E, por último, mas não menos importante, muito pelo contrário, agradeço a minha orientadora, Prof. Simone, que me ensinou, através do exemplo, uma das muitas formas do exercício da humildade para com o próximo, que teve toda paciência comigo neste processo que foi tão tumultuado, pois foi num período de muitas mudanças em minha vida. Sinceramente, não poderia ter tido melhor pessoa ao meu lado para me orientar e me ensinar neste processo de aprendizagem.

“Não está ao meu alcance criar uma sociedade ideal. Contudo, está ao meu alcance descrever o que, na sociedade existente, não é ideal para nenhuma espécie de existência humana em sociedade.”

Florestan Fernandes, in: A Revolução Burguesa no Brasil

## RESUMO

Este trabalho analisa o papel da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) nos governos Lula e Dilma. Buscou-se compreender a constituição da relação entre moralismo e política a partir da atuação da FIESP nas decisões políticas daqueles governos. Ao historicizar as justificativas para o apoio em momentos cruciais e, posteriormente, a ruptura e o financiamento de campanhas publicitárias para o convencimento da opinião pública sobre o combate a corrupção que atuaram na consolidação do golpe de estado de 2016, o trabalho relaciona valores morais e interesses de classe na política brasileira recente.

**Palavras-chaves:** FIESP; governos Lula e Dilma; Corrupção.

## ABSTRACT

This paper analyzes the role of the federation of são paulo industries (FIESP) in Lula and Dilma governments. It aimed to understand the constitution of the relationship between moralism and politics from fiesp's role in the political decisions of those governments by historicizing the justifications for support at crucial moments and, subsequently, the disruption and financing of publicity campaigns to convince public opinion about the fight against corruption that acted in the consolidation of the 2016 coup d'etat, the work relates moral values and class interests in recent brazilian politics.

**Keyword:** Fiesp, governments Lula and Dilma, corruption.

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABIMAQ	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ABINEE	Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
API	Agenda de Projetos Prioritários de Integração
BB	Banco do Brasil
BC	Banco Central
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CASA	Comunidade Sul-Americana
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF	Caixa Econômica Federal
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CIDE	Contribuições de Intervenção no Direito Econômico
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CONFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
COPOM	Comitê de Política Monetária
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FED	Federal Reserve Bank
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAD	Instituto Brasileiro da Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBSA	Fórum Índia, Brasil e África do Sul
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBM	Plano Brasil Maior
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TPP	Trans-Pacif Partnership
TTIP	Transatlantic Trade and Investment Partnership
UNASUL	União dos Países Sul Americanos
USP	Universidade de São Paulo

## ÍNDICE DE GRÁFICOS E FIGURAS

### GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução de PIB e da taxa de desemprego aberto – Brasil 2003-2013 (2003=100).....	09
Gráfico 2: Número de famílias atendidas pelo Bolsa Família.....	09
Gráfico 3: BNDES empréstimos concedidos (2001 – 2015).....	26
Gráfico 4: Gráfico 80 – Produto Interno Bruto per capita Brasil 1995 – 2009.....	37
Gráfico 5: Índice das taxas de câmbio R\$/US\$.....	38
Gráfico 6: Evolução do PIB brasileiro.....	39
Gráfico 7: Crescimento acumulado Crédito total e por Origem de capital e Contribuição Acumulada Incremento Crédito por origem de Capital .....	40
Gráfico 8: PIB brasileiro (2009 – 2018).....	42
Gráfico 9: Geração de empregos formais.....	44
Gráfico 10: Desemprego no Brasil – 2003/2013.....	44
Gráfico 11: Salário mínimo real e coeficiente de Gini.....	74
Gráfico 12: Percentual reajustes salariais em comparação INPC-IBGE 1996 –2013.....	77

### FIGURA

Figura 1: Documento Brasil do diálogo, da Produção e do Emprego: acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e emprego.....	28
--	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO 1 .....	16
ALIANÇAS DOS GOVERNOS LULA E DILMA COM A FRENTE NEODESENVOLVIMENTISTA .....	16
1.1 Caracterizando o Lulismo .....	16
1.2 Frações de classe na disputa do poder estatal.....	19
1.3 FIESP ator relevante na política nacional .....	22
1.4 Frente neodesenvolvimentista .....	24
1.5 FIESP enquanto Burguesia interna .....	26
1.6 Política externa e a Frente neodesenvolvimentista.....	37
CAPÍTULO 2.....	42
POLÍTICA ECONÔMICA NOS GOVERNOS LULA E DILMA.....	42
2.1 A financeirização do Mundo globalizado .....	42
2.2 A crise econômica no seu cerne .....	44
2.3 Consequências da crise de 2008 no mundo.....	45
2.4 Economia brasileira e a crise mundial de 2008 no governo Lula.....	46
2.5 O governo Dilma e sua política econômica.....	50
CAPÍTULO 3 .....	55
QUESTÕES POLÍTICAS: FIESP E CRISE NA FRENTE NEODESENVOLVIMENTISTA .....	55
3.1 Começo da crise institucional .....	56
3.2 O empresariado e a crise econômica .....	59
3.3 Enfrentamento da fração de classe integrada ao grande capital financeiro.....	61
3.4 Intervencionismo estatal enquanto inimigo comum.....	66
3.5 Política externa e o enfraquecimento da política sul-sul .....	69
CAPÍTULO 4.....	72
O PAPEL DA FIESP NO GOLPE DE 2016.....	72
4.1 Comparações históricas.....	73
4.2 A importância do Estado para os interesses burgueses .....	77
4.3 Ofensiva da classe trabalhadora na frente neodesenvolvimentista.....	79
4.4 Contraofensiva da burguesia interna .....	87
4.5 Preconceito de classe.....	91
4.6 FIESP e sua contribuição para o Golpe.....	95
4.7 A falácia do discurso anti-corrupção.....	100
4.8 O discurso da corrupção e suas contradições .....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	113

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	118
ANEXOS.....	127
Anexo A - A Fiesp fez campanha contra Dilma .....	127
Anexo B - Pedido de renúncia feito por Skaf.....	128
Anexo C - Acampamento de manifestantes pró-golpe em frente a Fiesp .....	129
Anexo D – QG do impeachment .....	130
Anexo E - Homepage do Estadão .....	131
Anexo F – Pato da Fiesp e os manifestantes .....	132
Anexo G – 5 mil patos em frente ao Congresso Nacional .....	133
Anexo H – Pato gigantes e patinhos em frente ao Congresso Nacional .....	134
Anexo I – Ninguém agüenta mais pagar o Pato da corrupção .....	135
Anexo J – Pato gigante da Fiesp em frente ao Congresso.....	136
Anexo K - Campanha pró-impeachment Pato gigante na esplanada .....	137
Anexo L - Patos gigantes por impeachment de Dilma.....	138
Anexo M - Pato é símbolo de “bem contra o mal .....	139
Anexo N - O perfil dos manifestantes .....	140

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto analisar a relação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) com os governos Lula e Dilma. Se houve uma relação de apoio a esses governos até determinado momento, houve também uma ruptura, tendo como consequências não apenas o desacordo sobre políticas econômicas e sociais para o país, mas também uma intervenção e alteração na perspectiva democrática brasileira.

Para entendermos o porquê de considerarmos a FIESP um ator importante da história brasileira recente e parte relevante da burguesia interna, é interessante trazermos um pouco da sua constituição e história para, a partir disso, começarmos explicar seu papel junto aos governos Lula e Dilma e, consecutivamente, sua ação no processo de golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Esta temática se torna relevante porque a instituição que escolhemos como objeto de pesquisa é uma entidade de classe que é a maior representante da indústria brasileira, representando algo em torno de 130 mil indústrias de diversos setores, de todos os portes e das mais variadas cadeias produtivas, distribuídas entre 131 sindicatos patronais. Estes números refletem a importância que a instituição possui para dinâmica produtiva nacional e, conseqüentemente, para qualquer governo que queira pensar planos para o desenvolvimento brasileiro. Por isso, ela cumpriu um papel importante nas políticas neodesenvolvimentistas implementadas durante os 14 anos de governo dos presidentes Lula e Dilma.

Para esse debate, buscamos dialogar com Fernandes que, em vários escritos, nos ajuda a pensar o papel da classe dominante e a restrição que construíram e que constroem para não conviverem com a democracia e a possibilidade de distribuição de poder e riqueza para uma parcela menos favorecida da população brasileira. Além disso, a partir das perspectivas mais recentes de André Singer (2012), Armando Boito (1999), Alfredo Saad Filho (2016), Tatiana Berringer Assumpção (2014), para conceituarmos o que seria a frente neodesenvolvimentista e o papel que ela teve nos governos estudados. Também será precioso dialogar com Jessé Souza (2016) sobre a força das ideias e de como são construídas para se legitimarem ações práticas nas vidas das populações de suas nações. Deste debate, tentaremos desaguar num delineamento da narrativa construída sobre o processo do impeachment da presidenta Dilma, que teve a corrupção como mote. Nesse sentido, apontaremos um caráter moralizante que foi assimilado por uma grande parte da população brasileira, e tentaremos demonstrar como o discurso moralizante serve para encobrir interesses que são tão ou mais importantes para uma

explicação sociológica da retirada da presidenta eleita e os interesses de que grupos que se beneficiaram com isso, conforme Brito (2017) nos ajuda a pensar.

Para isso, trataremos da campanha que a FIESP encabeçou e financiou no decorrer do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. A discussão deve compreender o papel fundamental que a simbologia do Pato da Fiesp teve na construção e justificação do impeachment e, especialmente, como mobilizou diversos grupos sociais.

Neste trabalho, não iremos investigar a batalha semântica ou disputa narrativa sobre a retirada da presidenta Dilma Rousseff. Para alguns, vivemos um processo de impeachment e, para outros, um golpe jurídico-midiático-parlamentar, mas preferimos discutir como valores e símbolos são importantes para explicação da história.

Ainda que o que ocorreu no Brasil no período estudado foi, para nós, um golpe contra o governo eleito democraticamente da presidenta Dilma, a sustentação teórica dessa diferenciação consumiria grande parte deste trabalho devido a grande produção acadêmica recente sobre o tema, mas que segue como suporte teórico para este trabalho quando decidimos trabalhar com autores como Boito (2012), Assumpção (2014), Singer (2015), Souza (2016), Braga (2016), Lowi (2016), Bastos (2016), Braz (2016) entre outros que se posicionam categoricamente em declarar que vivenciamos uma ruptura institucional no processo democrático brasileiro, ou seja, sofremos um golpe jurídico-midiático-parlamentar no processo político brasileiro.

Por isso, optamos por assumir um lado da batalha semântica e trabalhá-lo na relação com os dados e teorias sociológicas, especialmente discutindo o papel da FIESP no seu desenvolvimento. Buscaremos apresentar algumas considerações sobre os interesses que moveram as ações de entidades de classe como a FIESP e como foi o seu papel na construção das ideias e da narrativa que fez milhões de pessoas se mobilizarem a favor do Golpe de 2016.

O primeiro capítulo tentará apresentar o que consideraremos um possível pacto existente entre os governos Lula e Dilma e a entidade de classe referida. Ou seja, uma aliança de atores políticos, em que pese uma convergência nos interesses, para construção de um projeto que reverberou nas ações tanto da FIESP quanto do Governo para o direcionamento dos rumos da nação. Essa aliança foi mediada por uma política neodesenvolvimentista que produziu uma relativa conciliação de classes. Mesmo com suas várias divergências internas, ela funcionou até um certo determinado momento histórico.

No segundo capítulo trataremos mais especificamente da crise econômica que se instala no Brasil a partir de 2008 e que se segue até 2016, repercutindo tanto no período dos

governos Lula quanto nos governos Dilma, e das condições que levaram a ruptura desta frágil aliança existente entre o governo e a FIESP. Apresentaremos alguns gráficos e dados de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), dentre outros para demonstrarmos as dissensões que sempre existiram entre estas instituições e que estavam adormecidas, permitindo, assim, a construção de uma aliança. Mais tarde, essas disputas se tornaram evidentes e feriram aquela paz momentânea entre eles. Além da crise, traremos informações sobre as consequências das políticas implementadas pelo governo e as repercussões delas para nação dentro de uma perspectiva que, acreditamos, desagradem os industriais paulistas.

No terceiro capítulo, tentaremos mostrar as mudanças das estratégias e ações da FIESP junto ao Governo Federal e à sociedade civil. Apresentando-se como oposição ao governo, a FIESP se estabeleceu, a partir de dezembro de 2015, como ator político influenciador das pautas contrárias ao governo e financiador da campanha do impeachment. Esses posicionamentos, expressos tanto em documentos internos quanto em artigos de opinião, se tornaram símbolos do momento histórico na famosa campanha do Pato da FIESP.

No quarto e último capítulo, falaremos um pouco do lugar que esta entidade de classe ocupa no espectro político nacional e como, de janeiro de 2002 a agosto de 2016, foi mudando seu posicionamento e utilizou de um discurso moralista para legitimar suas ações, tentando garantir apoio aos movimentos que estiveram nas ruas em favor da retirada do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Ou seja, mudam de um apoio à manutenção do governo petista, para construção de um discurso da desmoralização do governo, através do discurso da corrupção..

Portanto, este trabalho não pretende explicar os comportamentos das elites econômicas brasileiras, mas, sucintamente, debruçar-se sobre as estratégias de valor e justificação empregadas por uma parte desta fração da elite, especificamente a FIESP na sua relação com os governos do PT e a construção do Golpe.

## CAPÍTULO 1

### ALIANÇAS DOS GOVERNOS LULA E DILMA COM A FRENTE NEODESENVOLVIMENTISTA

Este capítulo abordará deliberações políticas tomadas pelos então presidentes da república Sr. Luíz Inácio Lula da Silva, no período dos seus mandatos de 2003 a 2010 e as decisões e projetos trazidos e/ou continuados pela Sra. Dilma Vana Rousseff no período dos seus mandatos de 2011 a 2015 e as consequências delas para relações construídas entre governos do PT e a FIESP. Ou seja, tentamos apresentar as políticas do PT que favoreceram os industriais da FIESP durante seus governos.

Aportar-nos-emos na ideia de que os governos do PT foram baseados numa frente política ampla, policlassista e instável que em um determinado momento abandonou a aliança. Essa frente foi consolidada na intenção de garantir um programa que foi denominado de neodesenvolvimentista. Suas propostas passaram pelos seguintes objetivos:

a) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; b) forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais (DALLA COSTA, 2012); d) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica e e) incremento do investimento estatal em infraestrutura. Mais recentemente, o Governo Dilma iniciou mudanças na política de juro e cambial, reduzindo a taxa básica de juro e o *spread* bancário e intervindo no mercado de câmbio para desvalorizar o real, visando a baratear o investimento produtivo a oferecer uma proteção – muito tímida, é verdade - ao mercado interno. (BOITO, 2012, p. 5)

Portanto, o objetivo do capítulo é apresentar o lugar e os movimentos da FIESP no projeto de acordo de classes que compôs os governos Lula e Dilma.

#### 1.1 Caracterizando o Lulismo

A ideia de Lulismo traz considerações importantes para o que queremos debater neste capítulo. A partir dela podemos entender a mudança do perfil do eleitorado de Lula e,

principalmente, no eleitorado de Dilma e as consequências destas mudanças para o processo que é objeto desta pesquisa.

Quando Singer (2012) cunhou esse conceito trouxe à baila questões sobre o eleitorado do Partido dos Trabalhadores (PT) que historicamente estavam associados a um perfil de eleitores de classe média como, por exemplo, estudantes universitários, intelectuais, funcionários públicos, sindicalistas. Ou seja, o eleitorado do PT tinha suas bases nos setores médios da classe trabalhadora e seus arcos de influências eram concentrados principalmente nas áreas urbanas das regiões sul e sudeste do país.

Lula é eleito presidente do Brasil em 2002 e atendendo a estas especificidades brasileiras, seguiu os pilares da política macroeconômica do seu antecessor, aumentou os juros, subiu as metas do superávit primário e fez corte no orçamento público. O tripé macroeconômico sugerido pelo consenso de Washington estava assegurado, a política de câmbio flutuante, metas fiscais e metas de inflação não foram modificadas. Ainda, segundo Singer, as classes populares brasileiras gostariam de um Estado forte e que possibilitasse a diminuição da desigualdade brasileira, mas desde que não houvesse rupturas institucionais.

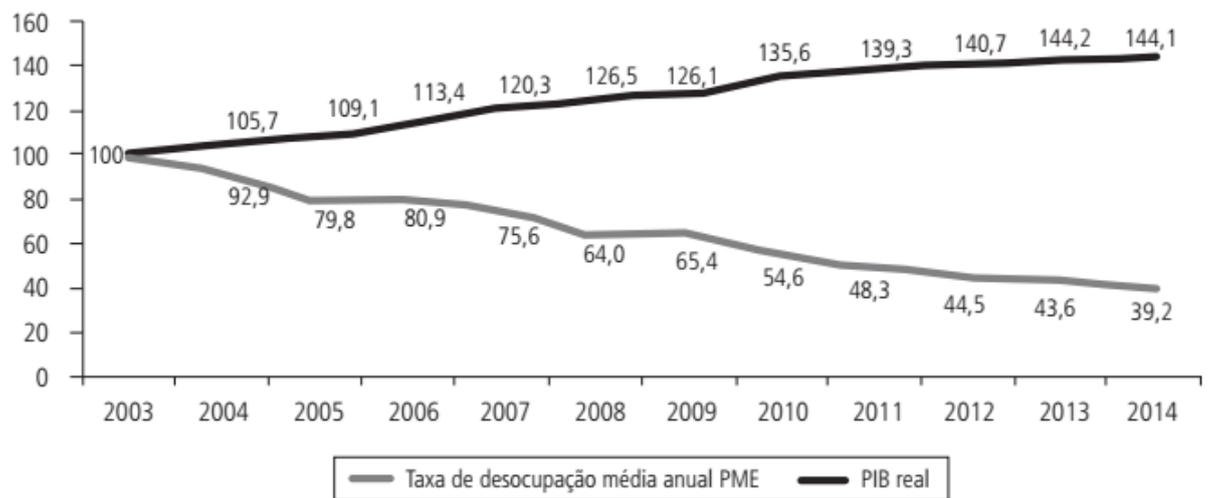
Identificada como *opção que punha a ordem em risco*, a esquerda era preterida em benefício de solução pelo alto, de uma *autoridade* constituída que pudesse proteger os mais pobres sem ameaça de instabilidade. Esse seria o sentido da adesão intuitiva à direita no espectro ideológico. Era comum, nas pesquisas, os eleitores de baixa escolaridade entenderem a direita como o que é “direito” ou como sinônimo de “governo”, a esquerda sendo o “errado” e a oposição. (SINGER, 2012, p.34)

As medidas implementadas pelo governo Lula no primeiro mandato fizeram com que a parte do eleitorado de renda baixa, pouco escolarizado, interiorano e das regiões norte e nordeste se tornassem uma grande parte do eleitorado do PT. Essa mudança considerável no espectro do eleitorado se explica em grande medida pelas políticas e programas implementados, conforme o trabalho de Singer apresenta, pois ele alega que as mudanças do perfil do eleitorado começam em 2002, pois as opções governamentais tomadas no decorrer dos seus mandatos consolidam um novo perfil do eleitorado petista.

Segundo informações oficiais disponibilizadas pelo IBGE entre 2004 e 2010 houve um acréscimo na renda nacional mediante participação dos salários dos trabalhadores. Obtendo, conseqüentemente, diminuição das taxas de desemprego no âmbito formal, houve fortalecimento no mercado de trabalho com média salarial de 1,5 salário mínimo mensal. Entre os anos de 2004 e 2008 obtivemos um crescimento econômico substantivo em que tivemos média de 4,8 pontos percentuais de crescimento anual o que melhora, praticamente,

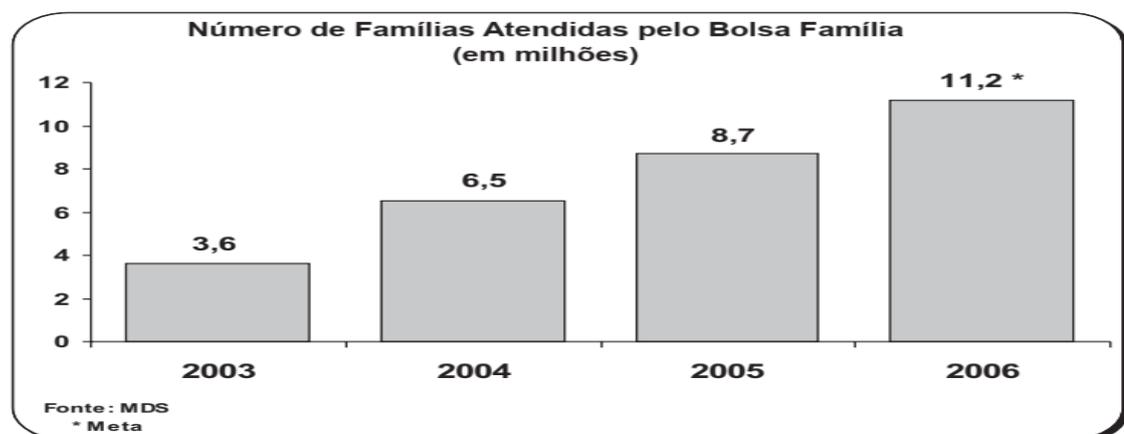
todos os indicadores do mercado de trabalho<sup>1</sup>. Dados como evolução do PIB e taxa de desemprego contribuíram espantosamente para compreender que a parcela da população mais carente se beneficiou consideravelmente neste contexto sócio-político brasileiro.

### **Evolução de PIB e da taxa de desemprego aberto - Brasil 2003-2013 (2003=100)**



Fonte: IBGE (Contas Nacionais) e PME. Elaboração: Cesit.

Programas como Bolsa Família que transferem renda as camadas mais pobres tiveram aumento real nos três primeiros anos do governo Lula atingindo cifras com valores de R\$47,5 bilhões de reais o que confirma um acréscimo de 24% em relação ao destinado em 2002 pelo governo federal e equivalente a 2,69% do Produto Interno Bruto (PIB) daquele ano. O que fez com que o número de pessoas assistidas por esses programas crescessem significativamente, pois passou de 3,6 milhões de famílias em 2003 para 8,7 milhões de famílias em 2005.



<sup>1</sup>mercado de trabalho compreende-se o processo de assalariamento e formalização.

Nos Governos do PT, também, passaram a existir um rígido controle dos preços de vários produtos que compunham a base alimentar brasileira o que repercutiu nas cestas básicas pelo Brasil afora. Além do trabalho focado no combate a insegurança alimentar

(...) o número de pessoas subnutridas no Brasil reduziu de 23 milhões (1990/92) para 13 milhões (2010/12). A redução de cerca de 40% no número de pessoas que passam fome no País nesse período é uma das maiores do mundo e duas vezes mais acelerada que a média mundial, de acordo com dados do último relatório “Situação de Insegurança Alimentar no Mundo” Os resultados obtidos refletem, sobretudo, os impactos do principal programa implementado pelos governos Lula (2003-2011), responsável por tornar o Brasil referência na área de Segurança Alimentar: o Fome Zero. Uma das ações do programa, o Bolsa Família, garante um nível mínimo de renda a famílias em situação vulnerável do ponto de vista da Segurança Alimentar. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), os recursos envolvendo transferência de renda, assistência social e Segurança Alimentar cresceram substancialmente nos últimos dez anos: em 2002, foram gastos R\$ 8,5 bilhões e, em 2011, o investimento já estava em R\$ 43 bilhões. Em 2010, somente sob a rubrica Fome Zero foram empregados R\$ 19,5 bilhões, enquanto em 2005, este valor era de R\$ 11,9 bilhões. (STANGLER, 2011 apud NEDER, ALVES FILHO E SOUZA, 2015, p. 53)

Outros programas como de construção de cisternas no semiárido brasileiro, Programa Luz para Todos, além do estímulo ao consumo mediante a política de microcrédito e crédito facilitado pelos bancos do Brasil e Caixa Econômica Federal, impactaram nas atitudes dos eleitores das classes populares em que demonstravam mais confiança, autoestima e esperança no país, através, por exemplo, dessas ações do governo, o que se reverberava em apoio social e eleitoral no segundo mandato do presidente Lula e, consecutivamente, na eleição do seu sucessor nas eleições de 2010 em que se elegeu a presidenta Dilma Rousseff.

E são mediante esses números, programas e projeto de ativação do mercado interno, combate à miséria e sem confronto direto com os interesses do sistema financeiro, atrelados a mudança no perfil do eleitorado do Partido dos trabalhadores, que historicamente se concentravam na classe média, e que agora passava a ser as classes populares, fizeram Singer caracterizar o que ele cunhou como sendo o lulismo. “Foi a *fortuna* da conjuntura internacional associada à *virtù* de apostar na redução da pobreza com ativação do mercado interno que produziu o suporte material do lulismo.” (SINGER, p.105, 2012).

## **1.2 Frações de classe na disputa do poder estatal**

Para conceituarmos o papel da FIESP nas disputas que se deram no jogo da política brasileira utilizaremos o cabedal teórico que se serve da ideia de constituições de frações de classes, ou seja, burguesia interna versus burguesia compradora (rentista) coligada ao capital internacional. (BOITO Jr.; GALVÃO, 2000; SAAD-FILHO. 2016; ASSUMPÇÃO. 2014).

Primeiramente, gostaria de sugerir como leitura fundamental o livro “A burguesia brasileira” de Jacob Gorender. Nesse livro fica claro a ideia de que a burguesia industrial brasileira tem uma posição de conflito seletivo com o capital externo, determinada pela sua necessidade de sobrevivência (e concorrência). Ela não é uma simples correia de transmissão dos interesses imperialistas e, tampouco, é nacional. (BERRINGER, 2017, p. 31).

Sobre este debate diversos teóricos discordam da possibilidade de existir qualquer fração burguesa com base nacional tendo em vista a internacionalização da economia capitalista (MIGLIOLI, 1998). Outros defendem a tese de que há uma consolidação de uma burguesia única em nível mundial (PIJL, 1998). Não estamos, também, retomando a ideia da coligação da burguesia nacional aliando-se as classes populares para se contraporem em um processo revolucionário para as sociedades do capitalismo dependente contra o capitalismo imperialista. Teoria esta ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a tese da III internacional comunista.

Igor Fuser (2017), por exemplo, discorda da teoria da constituição de frações de classes dentro da burguesia brasileira, pois esta estaria coligada por interesses comuns que transcendem os interesses específicos de grupos, setores, indivíduos e empresas, ou seja, frações de classe.

O fato que diz respeito mais de perto à nossa polêmica é que, no governo, o PT (leia-se: Lula e Dilma e suas respectivas equipes) NÃO se caracterizou por uma defesa sistemática de um empresariado de raízes mais nacionais e maior afinidade com as metas do neodesenvolvimentismo, em detrimento da “burguesia associada” e do capital externo. Acredito que outras explicações são possíveis, fora dos marcos da teoria da “frente neodesenvolvimentista”. Uma vertente de interpretação é a aquela que, sem desprezar o fator crise presente em todas as análises, enfatiza os interesses de longo prazo da burguesia como classe. Trata-se da hipótese de uma percepção, por parte de setores influentes da burguesia, de que, com o esgotamento da política de conciliação de classes num cenário econômico crescentemente desfavorável, os governantes petistas tenderiam a aprofundar as iniciativas de caráter social em favor das camadas desfavorecidas, afetando os privilégios da burguesia no seu conjunto. (FUSER, 2017, p.42).

André Singer (2015) debate quanto a problemática das teorias que trazem a contradição entre o papel da burguesia brasileira que se daria pela perspectiva de produtivistas *versus* rentistas ou grande capital nacional *versus* grande capital internacional, contudo ele não se

limita a este debate para se aprofundar quanto ao papel destes atores para compreensão do objeto de estudo que define estudar.

Boito reconhece que “o setor industrial tem conflito com o capital bancário nacional” e nós admitimos que empresas de capital nacional possuem interesses que as opõem às de capital internacional. Ambas as contradições cortam tanto a coalizão produtivista quanto a rentista. Equivale dizer que, para iluminar a totalidade, o conjunto de tensões precisa ser levado em conta. (SINGER, 2015, p.62).

Entretanto, para nosso trabalho é fundamental nos posicionarmos quanto ao debate surgido entre os cientistas políticos e sociólogos que o fizeram e o fazem, pois ele se torna importante para nosso trabalho na medida que nos posicionamos sobre ele e consideramos a FIESP uma das representante da burguesia interna e todas as consequências que esta definição teórica tem para compreensão das análises que queremos trazer com esta pesquisa.

Atualmente a burguesia interna poderia ser conceituada como sendo uma burguesia bastante heterogênea, pois é composta por setores como bancos, construção civil, agronegócio, industriais entre outros. O que os mantém unidos são seus interesses pela fatia do mercado interno e pela disputa do mercado externo quando conseguem disputá-lo. A burguesia interna busca se manter forte e atrelada ao Estado para conseguirem se beneficiar dos mecanismos que ele dispõe para acessar mercados e se protegerem da concorrência internacional. Em outras palavras a burguesia interna possui medo de ser destruída pelos grupos econômicos internacionais.

Os industriais reivindicam preferência para os seus produtos no mercado nacional, isto é, querem protecionismo alfandegário, os banqueiros solicitam a intervenção do Estado para limitar o ingresso de capital estrangeiro no seu setor; os usineiros do interior do Estado de São Paulo reivindicam a associação da Petrobrás com as usinas para a produção de etanol – os usineiros temem, no dizer de um de seus representantes, que o equilíbrio entre o capital nacional e o estrangeiro seja rompido em favor do último, caso a Petrobrás não coloque o seu poder econômico a favor dos usineiros nacionais; a indústria naval reivindica que as compras do Estado dêem preferência para os estaleiros nacionais; as grandes empresas ligadas à exportação e as empresas interessadas em realizar investimentos e obras de construção pesada no exterior exigem a ação política e comercial do governo para a conquista de mercados externos e para favorecer e proteger os seus investimentos no exterior. (BOITO, 2012, p.77).

Em contrapartida encontramos, ainda, no seio das disputas políticas uma fração da burguesia brasileira (compradora) completamente integrada e subordinada aos interesses das burguesias internacionais e que, como elas, almejam a privatização das empresas estatais, diminuição da intervenção do Estado na economia, pois favoreceria os interesses dos grupos

econômicos estrangeiros dos quais fazem parte, pleiteando, assim, uma política neoliberal ortodoxa. Para sermos mais explícitos poderíamos apresentar como alguns bons exemplos os investidores internacionais; bancos estrangeiros; as agências internacionais de risco; instituições oficiais de controle econômico como Fundo monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial; corporações multinacionais e os meios de comunicação nacional e internacionais, produzindo e reforçando a ideia de que era preciso que o mercado tivesse autonomia para funcionar efetivamente sem a intervenção estatal.

Estas duas frações de classe se encontram em disputa pelo poder do Estado no Brasil. Porém, ainda que a realidade seja mais complexa que os modelos são capazes de apresentar, estes servem para facilitar a compreensão que buscamos detalhar para o desenvolvimento do nosso argumento.

Portanto, nos atendo as ideias apresentadas, podemos começar a compreender os movimentos que os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma fizeram e as quais interesses e quais frações de classe foram mais contempladas pelas políticas implementadas por estes governos.

### **1.3 FIESP ator relevante na política nacional**

A Federação das Indústria do Estado de São Paulo (FIESP) é uma associação sindical patronal, criada em consequência do Decreto-Lei nº 1.402, de 05 de julho de 1939 e reconhecida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 11 de maio de 1942. Foi organizada à coordenação e proteção das categorias econômicas pertencentes ao ramo da indústria no Estado de São Paulo<sup>2</sup>. Ela tem como objetivo central representar os interesses do setor empresarial paulista, dentro da lógica sindical corporativista.

De acordo com a legislação de 1939, o termo federação passou a ser exclusivo das entidades sindicais de segundo grau. Assim, ao mesmo tempo em que a FIESP, associação civil, voltava a denominar-se CIESP, a FIP fundia-se com a FSIESP dando origem à FIESP, agora como entidade sindical patronal. A duplicidade organizativa tinha como objetivo preservar a organização dos industriais da eventual interferência do poder público nas

---

<sup>2</sup>Material disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/federacao-das-industrias-do-estado-de-sao-paulo-fiesp>

entidades sindicais cabendo à FIESP reunir os sindicatos industriais do estado de São Paulo, enquanto a CIESP apareceria como organismo a agregar as indústrias paulistas. Além disso, embora associação civil, o CIESP passou a ser considerado, pelo Decreto nº7.551, de julho de 1941, órgão técnico-consultivo do governo federal.

A FIESP já era uma entidade bastante importante na sociedade brasileira, tendo participado da articulação nacional dos industriais que envolvia a organização de encontros nacionais da indústria, como a Confederação de Araxá em 1949 e serviu de veículo para a promoção de lideranças que vieram a ocupar funções de destaque no cenário político nacional. Foi este o caso de Morvan Dias de Figueiredo, vice-presidente da entidade na gestão de Simonsen e ministro do Trabalho durante a presidência do marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), e de Horácio Láfer, ministro da Fazenda Vargas em seu governo constitucional (1951-1954) e das Relações Exteriores de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Roberto Simonsen, que foi presidente dessa federação pelo período de 1938 -1946, foi eleito senador da República pelo estado de São Paulo.

O golpe civil-militar de 31 de março de 1964 foi abertamente apoiado pela FIESP, que organizou uma comissão de mobilização industrial, sob coordenação do diretor da entidade Victário Mariano Ferraz e chefia do coronel Paulo Lobo Peçanha. Em junho de 1964, a comissão foi convertida no Grupo Permanente de Mobilização Industrial.

Sob o regime militar, a atuação da FIESP foi pautada, até 1974, por participações informais com os titulares de diversos órgãos dos governos paulista e federal e por marcar presença em conselhos instituídos no âmbito da estrutura administrativa do Estado. Em 1974 este quadro começou a se alterar, pois o general Ernesto Geisel definiu obstruir a presença dos empresários em diversos conselhos da administração federal.

Na década de 1980 o papel da FIESP foi caracterizado pelo enfrentamento do emergente movimento operário, em especial o do ABC paulista e pelas reações às tentativas de combate à inflação que resultaram em diferentes planos de estabilização. Pautas como pacto social e o aumento das críticas ao setor público, cujo déficit era apontado pelos empresários como o principal responsável pela inflação brasileira, passaram a ser constantes nos pronunciamentos dos seus representantes.

Nos anos de 1987 e 1988 a FIESP procurou intervir nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. O fórum informal de empresários, constituído pela entidade, construiu

o documento “carta da livre iniciativa”, que alertava para o peso da presença do Estado na economia brasileira. Em 1989 a Universidade de São Paulo (USP), a pedido da FIESP, elaborou um documento denominado “documento livre para crescer” ao qual defendia uma maior abertura da economia brasileira para o mercado internacional. Ainda em 1989, a FIESP se envolveu diretamente na campanha para presidente da República, tendo Mário Amato, presidente da Federação e Centro das Indústrias do estado de São Paulo e da Confederação Nacional da Indústria (1986-1992), alertando publicamente para a possibilidade de oitocentos mil empresários deixarem o país caso Luís Inácio Lula da Silva, fosse eleito presidente do Brasil naquele ano.

Quanto ao governo Collor (1990-1992) a FIESP defendeu a abertura da economia brasileira e que permitisse a reestruturação das empresas brasileira. Carlos Eduardo Moreira Franco, presidente da FIESP, neste período, anunciou apoio ao impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo e neste ínterim, lançou um projeto de recuperação nacional que atendesse reformas estruturais que fizessem uma redução do Estado, eliminando restrições ao capital estrangeiro e diminuindo a carga tributária.

Em 1998, a Federação tinha como presidente Horácio Piva Lafer e ficou marcada pelos contundentes posicionamentos contrários quanto a política econômica do Governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, tendo como destaque a crítica sobre a política de juros altos, abertura externa da economia e altas cargas tributárias e, conseqüentemente, baixo investimento público.

(...) segundo o cientista político Alvaro Bianchi, se os processos de desindustrialização e desnacionalização dos anos 1990 impactaram a Fiesp, a entidade foi capaz de “despertar do coma” e ocupar outra vez papel “importante na política nacional” a partir do segundo mandato de Cardoso (1999-2002). (SINGER, 2015, p. 59).

Nas eleições de 2002 a FIESP fez questão de deixar claro que não se colocaria em oposição a nenhum dos candidatos e parabenizou publicamente o compromisso assumido por Lula de manter a estabilidade econômica e aumentar os investimentos públicos.

#### **1.4 Frente neodesenvolvimentista**

Para compreendermos frações de classes e suas disputas pelo poder nos é caro a teoria de Poulantzas (1971) e Farias (2009) e a ideia de bloco no poder e hegemonia, porque para eles a existência de blocos no poder, independem de acordo políticos explícitos sendo a classe burguesa uma classe fracionada entre seus componentes em busca de ganhos pelas definições políticas em que podem influenciar.

Poulantzas define a hegemonia política como a capacidade de uma fração fazer prevalecer seus interesses no interior do bloco no poder. Isso se traduz na capacidade dessa fração de obter prioritariamente os benefícios das políticas econômica e social do Estado. A homologia estrutural, isto é, a interdependência das estruturas econômica e política e a capacidade de organização político-ideológica e pressão sobre o aparelho do Estado são os fatores que concorrem para o estabelecimento da hegemonia política no seio do bloco no poder.(FARIAS, 2009, p.94).

Assim, precisamos identificar as frações de classe que exercem como força social distintas com seus objetivos econômicos diferentes a busca por formação de grupos de pressão que tensionam as políticas de Estado para seus próprios interesses.

A FIESP neste contexto se apresenta como burguesia interna e sua força política se aproxima, no contexto daquela época, de outras forças como, por exemplo, o movimento sindical e popular, devido às circunstâncias históricas existentes, para compor o que foi conceituado como frente neodesenvolvimentista para se contrapor aos interesses da fração de classe compradora (rentista).

Armando Boito (2012) situa as condições e o contexto em que se conforma esta frente que foi denominada neodesenvolvimentista. Para ele houve a partir da eleição de Lula em 2002 e que se perdurou até dezembro de 2015, uma base heterogênea, policlassista e ampla. Todavia, essa base de sustentação política era bastante instável, mas garantiu, em grande medida, as políticas implementadas pelos governos do PT.

Ela foi, antes de tudo, o resultado indireto e, até certo ponto inesperado, da luta do movimento sindical e popular. Por que podemos afirmar isso? Porque a luta sindical e popular foi o principal fator, ao longo das décadas de 1980 e 1990, para a construção e afirmação do Partido dos Trabalhadores e de um campo reformista eleitoralmente viável dirigido pelo PT. A grande burguesia não pôde creditar fundamentalmente para si a vitória da candidatura Lula na eleição presidencial de 2002. (...) A frente está unificada, ainda que de maneira precária, em torno do neodesenvolvimentismo da grande burguesia interna, mas depende, para o seu sucesso, e em grande medida, do movimento operário e popular – que, no entanto, demonstra insatisfação com os limites desse projeto de desenvolvimento. (BOITO, 2012, p. 72).

Neste ínterim, Boito (2012) apresenta uma diferenciação importante entre “aliança” e “frente” que vale ser destacada para podermos caracterizar melhor o que seria a Frente neodesenvolvimentista e seu papel junto ao governo que esteve no poder.

Frente e aliança não são a mesma coisa. A aliança reúne as classes ou frações de classe que agem, cada qual, organizada de modo independente, com base em um programa político próprio, e que estabelecem um programa mínimo comum. A frente reúne, de maneira informal, classes e frações de classes, não necessariamente organizadas de modo independente, em torno de objetivos convergentes, mas cuja convergência nem sempre está clara para as forças sociais envolvidas na frente. A força social que está envolvida na frente sem o saber não pode dirigi-la. Mesmo que radicalize a sua ação, poderá, ao fazê-lo, funcionar como instrumento da força dirigente. (BOITO, 2012, p.72).

E sobre estas condições que vimos os governos Lula e Dilma se organizarem para atender aos interesses destes grupos econômicos que se concentravam em grande medida na representação da FIESP garantindo, assim, sua governabilidade e recebendo os apoios para suas políticas em que beneficiasse os interesses das classes e frações de classes envolvidas mediante as políticas que os favoreciam.

Destaco, logo de início, aquelas que me parecem ser algumas das características importantes da atual frente política: a) essa frente é dirigida pela grande burguesia interna brasileira (BOITO, 2012); b) tal frente envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco no poder – baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal (KOWARICK, 1975; NUN, 1978 e 2001); c) a frente entretém uma relação de tipo populista com essa massa marginal; d) a frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder e e) ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa – essa é a nossa hipótese de trabalho – o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado mas, também, no setor público.(BOITO, 2012, p.4).

Portanto, os governos do PT promoveram, mediados pelas relações complexas com vários setores da sociedade e tendo a FIESP enquanto um dos grandes expoentes da burguesia interna industrial, a constituição da frente neodesenvolvimentista.

## **1.5 FIESP enquanto Burguesia interna**

Trouxemos um pouco da história da FIESP e alguns de seus posicionamentos sobre questões que consideramos relevantes, para, com isso, tentarmos apresentar, minimamente, o quanto a ação política do empresariado foi e é relevante para nossa história e o quanto ela contribuiu e contribui para tomada de decisões dos governos brasileiros em diversos momentos em nosso país.

As articulações realizadas entre o empresariado e o Estado no decorrer da história recente do país são analisadas por Diniz (2010). A autora aponta que foram diversos os momentos em que essa coalizão influenciou e guiou a política nacional. Desde o apoio a Getúlio Vargas na década de 1930, que resultou num pacto de transformação da economia agroexportadora em uma sociedade urbano-industrial, passando pela adesão ao modelo de substituição de importações, ao nacionaldesenvolvimentismo e ao Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, bem como pelo apoio e construção de um ambiente favorável ao golpe militar de 1964. (BEZERRA, 2016, p.4).

Leopoldi (2000) apresenta o “corporativismo negociado” que articula instituições sindicais oficiais e entidades privadas para mediar os interesses dessas organizações envolvidas junto aos poderes democráticos. Casos como estes se tornam explícitos quando a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e FIESP, em vários momentos dos governos petistas, se articulam para pautarem seus interesses diante das administrações federais.

(...) de um lado, a importância das *entidades* dos empresários industriais, ou seja, da ação organizada, mesmo que sob alguma forma de controle estatal; de outro, a relevância do Legislativo e da luta parlamentar para tais entidades. Isso significa que tanto as entidades quanto o Legislativo recebiam especial atenção dos industriais, o que sem dúvida repercutia na forma de funcionamento e nos mecanismos de legitimação do regime democrático. (...) ao supor que o momento atual se caracteriza por um “[...] esforço conjunto do Governo e dos empresários”, Maria Antonieta Leopoldi aparentemente sugere que aquela relação passou da *proteção* para a *colaboração*. Isso implicaria que o Estado reconhece o empresariado industrial — em especial aqueles organizados em entidades sindicais —, não só como um interlocutor, mas como um parceiro. (COSTA, 2000, p.135).

Há outros autores que trabalharam a relação da transformação da estrutura econômica, política e social do nosso país embasados pelas relações entre o Estado e o empresariado industrial brasileiro.

E por isso, nossa pretensão neste subitem é apresentar as relações estabelecidas entre os governos Lula e posteriormente Dilma e a FIESP, em ambos, e como isso afetou a política governamental destas administrações. E, para isso, utilizaremos alguns trabalhos acadêmicos que apresentam algumas informações que achamos relevantes destacar e utilizaremos, também, além de materiais produzidos pela própria entidade, matérias de jornais e declarações dos atores envolvidos.

A primeira relação que queremos destacar quanto as ligações desses governos e a Federação é a que ocorreu no ano de 2003, ano de eleição na federação, pois a nova diretoria eleita, que teve como presidente eleito Paulo Skaf, contou com apoio do Governo Federal do então presidente Lula, isto é, não houve declaração aberta de apoio do Governo Federal, mas o presidente Lula recebeu o então candidato Paulo Skaf, quatro vezes, no Planalto, antes das eleições da entidade. Vale ressaltar que Skaf foi membro ativo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), criado pelo governo Lula, órgão de caráter consultivo que objetivava estabelecer diálogo entre as diversas representações da sociedade civil na condução das políticas públicas e na proposição de incentivos ao crescimento do país. Logo em seguida a sua eleição Skaf assina uma matéria na revista mensal da instituição, Revista da Indústria nº 101, em que critica os juros elevados, o monetarismo, a abertura comercial e a carga tributária, alegando serem herança do governo anterior.

Tanto no período da campanha quanto no decorrer do primeiro ano de governo Lula a FIESP, através de vários meios de comunicação, como revista própria, entrevistas dos seus representantes, artigos de opinião nos grandes meios de comunicação, sugere a necessidade do fortalecimento das nossas exportações, de contenção e substituição das importações, medidas para revisão de barreiras tarifárias, sistema tributário organizado, juros competitivos e a busca pela integração econômica da América do Sul através do fortalecimento ao Mercosul.

Outra demanda sugerida pela FIESP, naquele contexto, era o reforço da ação exportadora das multinacionais com subsidiárias brasileiras, mas também, o estímulo à constituição de multinacionais brasileiras para consolidação de uma indústria forte capaz de enfrentar a concorrência das economias líderes. Acreditando que o apoio para capacitação das empresas que fossem se submeter à concorrência do mercado externo deveriam passar por políticas estimuladas e condições estruturais garantidas pelo Estado.

Em 16/06/2003, o Ministros Luiz Fernando Furlan (do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), Antônio Palocci (da Fazenda), José Dirceu (da Casa Civil) e Guido Mantega (do Planejamento, Orçamento e Gestão), divulgaram o "Roteiro para a Nova Agenda de Desenvolvimento Econômico", que, conforme notícia divulgada no site do Ministério do Planejamento, estabeleceria prioridades em questões ligadas à infra-estrutura, comércio exterior, retomada do desenvolvimento, com a competitividade brasileira avançando nos mercados interno e externo, estimulando, com isso, a participação da iniciativa privada, através de investimentos públicos e de concessões como as PPPs - parcerias público-privadas.

Ou seja, as demandas sugeridas pela FIESP neste primeiro momento, aparentam terem sido absorvidas, em grande medida, pela proposta do governo através deste documento apresentado.

Publicação que registra os debates do *I Congresso da Indústria Paulista*, organizado pela FIESP, assinala que a entidade está "ampliando o seu papel de interlocutora do setor produtivo junto ao novo governo" e vislumbra o "fim do longo período de negligência oficial a que a indústria brasileira ficou relegada há mais de dez anos"(PIVA, Horácio Lafer, "O Encontro Olho no Olho", *in* FIESP, Notícias, Número 108, 07/2003, Apub, DELGADO, 2003, p.15).

A FIESP sempre defendeu durante vários anos a reforma da previdência brasileira e entre as pautas centrais da federação paulista havia a redução significativa dos tetos dos benefícios dos servidores públicos e a eliminação da contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamentos dos seus funcionários. O governo Lula no decorrer do seu primeiro mandato lançou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de número 40 que modificou a previdência social, principalmente, no âmbito do serviço público que para os empresários soou como positiva para controle das contas públicas. A reforma da previdência do governo Lula não atendia todas as demandas da federação, mas incidia sobre o controle das contas públicas, pauta recorrente da FIESP, o que gerou manifestação pública de apoio ao governo. Ao ponto da FIESP lançar uma nota oficial<sup>3</sup> de 05/08/2003 em que destacava:

a proposta apresentada pelo governo está na direção correta, respeita direitos adquiridos, aproxima o sistema de aposentadoria dos servidores públicos daquele do setor privado - diminuindo a injustiça social que resulta da atual diferença de tratamento -, estabelece regras de transição, encaminha o necessário ajuste financeiro do sistema de aposentadoria dos servidores públicos (importante ressaltar o gradualismo desse ajuste) e eleva a capacidade de - no futuro -, a União, Estados, Distrito Federal e municípios continuarem a honrar as aposentadorias que lhes cabe pagar (DELGADO, 2003, p.6).

Em 2003 o governo do presidente Lula toma uma medida em que faz contenção de gastos públicos e eleva a meta do superávit primário sem aumentar a carga tributária. O presidente da FIESP declara via nota oficial<sup>4</sup>, em fevereiro, a decisão acertada do governo considerando a medida acertada naquele momento, porém ressalta que a manutenção desta política por muito tempo poderia causar prejuízo sobre atividade produtiva. Em abril do mesmo ano destaca que, caso fosse necessário, o governo precisasse diminuir a taxa de juros, ele tivesse a

---

<sup>3</sup> FIESP- Nota Oficial : Fiesp apoia a reforma da Previdência, 05/08.

<sup>4</sup>FIESP - Nota Oficial - Nota da FIESP sobre a decisão do Copom, 19/02/2003.

mesma coragem que teve tomando as mediadas anteriores e que não titubiasse no momento necessário. Já em maio a FIESP rechaça a medida da manutenção da taxa de juros, tendo em vista estar prejudicando à produção e o mercado de trabalho, pois estariam mantendo os juros elevados e o crédito elevado o que desfavoreceria os industriais paulistas<sup>5</sup>. Em seguida vemos o Governo atender a reivindicação da FIESP e abaixar a taxa básica de juros em 0,5% em junho, contudo, a FIESP continua seu ataque de insatisfações quanto a decisão conservadora da medida do Governo<sup>6</sup>.

Em seguida vemos outra nota da FIESP em que reclama da manutenção da alíquota de recolhimento compulsório e suas consequências para economia brasileira<sup>7</sup>.

surpreendente decisão do Copom de reduzir a taxa básica em apenas 1,5%, e não mexer nas alíquotas de recolhimento compulsório, fará com que a economia se desacelere por mais tempo. Esse excesso de zelo ameaça agravar o quadro atual de desemprego e deteriorar ainda mais a saúde financeira das empresas. Ainda não vimos o fundo do poço.

E, após este posicionamento, vimos o Governo atender mais uma vez os interesses da FIESP, pois houve a decisão de redução do recolhimento compulsório de 60% para 40% no início de agosto do mesmo ano. O que fez a FIESP, através de outra nota, ressaltar o posicionamento acertado do governo no momento que teve a decisão que eles pleiteavam atendida<sup>8</sup>.

atende a nosso insistente pleito e confirma a existência de espaço para relaxamento adicional da política monetária sem prejuízo do controle da inflação. É por isso que acreditamos que essa medida será acompanhada por nova queda dos juros, já na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). Desta vez, em ritmo condizente com o momento recessivo pelo qual atravessa a economia

Logo, a FIESP poderia ser considerada como uma das principais, senão a principal interlocutora dos industriais brasileiros junto ao governo, pois além de declarar esta intenção, possuía um empresário com bastante vinculação na entidade, que ocupava o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Todavia, não foi apenas neste primeiro momento do governo que a FIESP esteve presente e contribuiu para as propostas e políticas do governo Lula - no período da (Crise do

---

<sup>5</sup>FIESP, *Nota Oficial da Fiesp/Ciesp sobre decisão do Copom em manter Selic em 26,5%*, 21/05.

<sup>6</sup>FIESP, *Nota Oficial da Fiesp sobre a queda da taxa de juros* - 18/06.

<sup>7</sup>FIESP, *Nota da Fiesp sobre redução da taxa de juros - Copom reduz Selic para 24,5% ao ano*, 23/07.

<sup>8</sup>FIESP - *Nota oficial - Fiesp é favorável à decisão do BC sobre a redução do Compulsório* - 08-08.

mensalão)<sup>9</sup> a FIESP silenciou por muito tempo e, em seguida, criticou a crise política sem citar as questões envolvendo o governo Lula diretamente. Na verdade, numa entrevista dada por Paulo Skaf, ele utilizou o discurso que disse: “Chega de falar em crise, vamos trabalhar”<sup>10</sup>. Em 2009 Paulo Skaf se filiou ao PSB, partido da base do governo federal, sendo interpretado, por alguns, como ação que ratificava sua proximidade com o governo do presidente Lula.

Outra ação efetiva que demonstra as boas relações entre FIESP e o governo Lula, foi a condecoração da FIESP denominada Ordem do Mérito Industrial de São Paulo dada ao ex-presidente em 2008. Para complementarmos nossa construção sobre a proximidade do Governo Federal, utilizaremos o presidente Lula como representante das políticas advindas do seu governo e a FIESP, mediada pelo seu presidente, Paulo Skaf. E, portanto, trarei uma matéria em que utilizarei as palavras deles para apresentarem os desdobramentos dessas relações para as políticas e, conseqüentemente, as ações do governo.

Transcreverei o presidente da FIESP, Paulo Skaf em homenagem feita pela FIESP para Lula.<sup>11i</sup>

#### Palavras de Paulo Skaf

“O presidente Lula é um estadista que levou o nome do Brasil por todas as partes. Hoje, o mundo conhece e respeita muito o Brasil. Hoje o mundo olha para o Brasil como uma grande oportunidade, em todos os sentidos”, **disse o presidente da Fiesp, Paulo Skaf**, durante o jantar reservado. Skaf lembrou que, durante a campanha eleitoral de 2002, Lula dizia que queria gerar 10 milhões de empregos, e muitas pessoas diziam que era impossível. “No entanto, realmente não foram 10, foram 15 milhões de empregos [gerados]”, afirmou. O presidente da Fiesp também citou o aumento do crédito, a retomada da indústria naval e o crescimento da indústria automobilística durante o governo Lula. (**Grifo nosso**).

Lula já disse o seguinte na ocasião, conforme informa a matéria<sup>4</sup>

---

<sup>9</sup>Crise de maior repercussão do primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O estopim da crise ocorreu em maio de 2005, quando um funcionário dos Correios, Maurício Marinho, foi flagrado recebendo propina de empresários.

<sup>10</sup> Revista da Indústria, nº110, agosto de 2005 apud BOITO p. 89, 2012

<sup>11</sup>Fiesp homenageia Lula com jantar e exposição fotográfica 19/07/2011 em <http://www.institutolula.org/fiesp-homenageia-lula-com-jantar-e-exposicao-fotografica/>

(...) os bons resultados de seu governo na área industrial foram fruto de muito diálogo com os empresários. “Eu duvido, que em algum momento da história do Brasil, houve um presidente que consultou tanto os empresários como eu consultei, e que construiu tantos instrumentos de participação dos empresários como eu construí com vocês”. O ex-presidente ressaltou que essa relação com o setor foi importante para enfrentar a crise internacional. “Nós criamos um comitê empresarial que se reunia toda semana para se decidir as questões da crise. Não teve uma única medida em que a decisão não tenha sido tomada coletivamente”. Lula se dispôs a ajudar os empresários a criar grupos para buscar soluções aos gargalos ao desenvolvimento econômico brasileiro. “Para que a gente possa, juntos, encontrar a solução e apresentar para o governo”.

As falas são representativas devido ao poder simbólico que elas possuem e o quanto elas impactam tanto para mídia quanto para as pessoas que neste caso, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), representa, quanto para o Ex-Presidente Lula, mas que nem sempre significam toda a verdade que eles pensavam ou executaram. Contudo, é inegável que houve algum reconhecimento neste processo entre eles tanto pela FIESP para ter organizado e investido numa homenagem para o ex-presidente quanto nas ações do ex-presidente para ter recebido esta homenagem da instituição.

Traremos agora alguns outros documentos, falas, posicionamentos e medidas que indicam as relações que existiram entre FIESP e Governo Federal, no âmbito dos mandatos da presidenta Dilma. Salientaremos que as relações deste governo não se mostraram tão próximas quanto do governo anterior, que em certa medida, aparentava uma relação em alguns momentos, quase pessoal, e que influenciam nas políticas tanto da Instituição quanto do governo, mas mostraremos que as medidas tomadas foram influenciadas pelas relações existentes e convergência de ideias e projetos influenciados pela Entidade patronal.

Um das ações que queremos destacar é a relação continua da busca pela integração do Brasil ao mercado Latino americano e que teve como ação efetiva o “Fórum de infraestrutura da América do Sul – 8 eixos de integração”, iniciativa encabeçada pela FIESP, que buscava nas palavras do seu presidente “interlocação entre os governos da América do Sul e os investidores do setor privado”

O Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), da União dos Países Sul Americanos (UNASUL), consolidou os projetos de infraestrutura contemplados na Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) e traçou como meta o ano de 2022 para a sua conclusão. (...) Assim, a participação de agentes da iniciativa privada, combinada com os órgãos públicos, é fundamental para que essas obras saiam do papel e se tornem realidade, adequando a infraestrutura da região às necessidades de cada nação e à sua integração. (...) A integração física da América do Sul precisa ser um compromisso de todos que vivem na região. A FIESP acredita nessa bandeira e está fazendo sua parte.

Antônio de Aguiar Patriota, ministro das Relações exteriores em 2012, disse:

Como ressaltou a Presidenta Dilma Rousseff no discurso de posse que pronunciou perante o Congresso Nacional, interessa ao Brasil associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao do conjunto da América do Sul. Em particular, orienta nos a convicção de que é possível, no mundo multipolar que se conforma, sedimentar nossa região como um fator de paz e de cooperação. A América do Sul é a prioridade da política externa do Brasil. O projeto sul-americano em que estamos engajados reflete uma visão de Estado.

Estas declarações estão num documento produzido conjuntamente pela FIESP, Governo Brasileiro e UNASUL<sup>12</sup>. Mas as ações e a influencia da FIESP no governo Dilma não se deu somente no âmbito das relações externas. Outra iniciativa que teve considerável repercussão foi o seminário intitulado “Brasil do diálogo, da Produção e do Emprego: acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e emprego<sup>13</sup> que teve o estabelecimento de um trabalho conjunto e contínuo entre Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Neste documento, inédito enquanto proposta conjunta das entidades envolvidas, parabenizam os acertos do governo em dinamizar o potencial do mercado interno brasileiro mediado pela universalização de programas como Bolsa Família e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), valorização do salário mínimo, ampliação da disponibilidade de crédito e investimento públicos, todavia, acreditam eles, as medidas serem incapazes de darem continuidade ao círculo positivo de crescimento que o Brasil vem demonstrando. Por isso, sugerem uma maior participação do parque industrial, como integrador de parcela considerável da população tanto na lógica do consumo quanto pela perspectiva do emprego, compreendendo, assim, a necessidade de um resgate do protagonismo da indústria no processo do desenvolvimento nacional. E neste documento eles destacam<sup>13</sup>

Sendo assim, é necessário que o Estado exerça um papel fundamental de estímulo aos agentes produtivos (empresas e trabalhadores), propiciando um ambiente macroeconômico que não seja limitante da competitividade, e uma política industrial, de inovação e de comércio exterior, que promova os investimentos, a

---

<sup>12</sup> 8 EIXOS de Integração da Infraestrutura da América do Sul. acesso em 17/03/2018. Disponível em <[www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=5496](http://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=5496)>

<sup>13</sup> Brasil do diálogo, da Produção e do Emprego: acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e emprego. Acesso em 22/03/2018. Disponível em <[http://www.smabc.org.br/Interag/temp\\_img/%7B810B756E-4C7F-460D-936B-3E53A6382B94%7D\\_Brasil%20do%20Dialogo%20HIGH%20QUALITY.pdf](http://www.smabc.org.br/Interag/temp_img/%7B810B756E-4C7F-460D-936B-3E53A6382B94%7D_Brasil%20do%20Dialogo%20HIGH%20QUALITY.pdf)>

inserção internacional e o emprego de forma a tornar realidade as expectativas otimistas que pairam sobre o Brasil

O documento, com 32 páginas, abrangia desde o ambiente macroeconômico, política industrial, cooperativismo e economia solidária e comércio exterior, orientando, assim, a criação de um fórum permanente, com participação dos trabalhadores, Governo e empresas e para sugerirem pontos que alinhassem sugestões para que o governo tomasse no intuito de atender suas demandas. O ápice desta iniciativa se dá num evento, em 26 de maio de 2011, promovido pela FIESP, em que se entrega este documento para o vice-presidente da República Michel Temer.



Foto: Everton Amaro/FIESP

Em resposta a esta iniciativa, o governo lança em agosto deste mesmo ano o Plano Brasil Maior (PBM), que selava, assim, um acordo entre o Governo, os trabalhadores e, principalmente, os empresários do setor produtivo tendo como grande referência a FIESP como interlocutora desses. Este projeto, do Governo Federal, colocou-o como ator central na busca da reindustrialização brasileira. E para que esta, entre outras demandas fossem atendidas, o governo, pelo programa, lança cinco diretrizes estruturantes

1. Fortalecimento de cadeias produtivas;
2. Ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios;
3. Desenvolvimento de cadeias de suprimentos de energias;
4. Diversificação das exportações (mercado de produtos) e internacionalização corporativa;
5. Consolidação de competências na economia do conhecimento natural.

Este programa, suas diretrizes e seus objetivos garantiram as políticas implementadas pelo governo Dilma no decorrer dos seus mandatos. Tendo como meta acelerar ganhos de produtividade, promover um aumento nas cadeias de produção tecnológicas, ampliar

mercados, criando, assim, um ambiente empresarial propício aos investimentos e à inovação. Ou seja, diversas medidas sistêmicas pensadas para o desenvolvimento da indústria foram estruturadas.

Apresentaremos agora algumas medidas que foram tomadas pelo governo Dilma que, ao nosso ver, sinalizam o direcionamento seguido e que favoreceram os industriais brasileiros buscando reduzir os entraves conjunturais ao desenvolvimento produtivo como, por exemplo, desoneração da folha de pagamento, o que gerou redução dos encargos previdenciários incidentes sobre as folhas de pagamentos das empresas, totalizando 42 setores dos mais variados ramos de negócios, que representavam 22% do total da exportação brasileiras 59% das exportações de manufaturados e 19% da receita bruta total da economia. Além disso, empregam 32% dos trabalhadores celetistas e representam 24% da massa salarial. Houve ainda, desoneração de impostos federais sobre bens e investimentos como Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (CONFIS), redução dos juros sobre investimentos, pela política do BNDES, que entre 2011 a 2013 desembolsou R\$313,5 bilhões sendo que desta verba 33% estiveram destinados aos blocos de sistemas produtivos do programa Plano Brasil Maior<sup>14</sup>. Das centenas de bilhões envolvidos neste projeto, cerca de um quarto foi parar em São Paulo e próximo de 70% em grandes empresas.



Em 2011, Benjamin Steinbruch, importante empresário nacional, ligado a FIESP, discutia com Guido Mantega, ministro da fazenda, no governo Dilma, sobre a desindustrialização causada pelo câmbio valorizado. O que nos anos seguintes através do Banco Central, órgão

<sup>14</sup> As medidas que nasceram do Plano Brasil Maior. Disponível em <<https://jornalggn.com.br/infraestrutura/as-medidas-que-nasceram-do-plano-brasil-maior/>> Acesso em 22/03/2018.

subordinado ao poder Executivo, desvalorizou nossa moeda. E em julho de 2012, Mantega falava “Desvalorizamos o câmbio em 20% nos últimos doze meses. Isso significa que os nossos manufaturados estão 20% mais baratos em dólar, a nossa mão de obra também”, palavras dita num seminário patrocinado pela FIESP<sup>15</sup>.

Outro bom exemplo do poder de influencia da FIESP junto ao governo e, consequentemente, favorável aos interesses da sua base, foi o caso da aprovação da MP 579, que reduziria as contas de luz. No dia 30 de outubro de 2012 houve uma reunião entre o Presidente da FIESP, Paulo Skaf, e a governante da nação, Dilma Rousseff, que durou algo em torno de duas horas e que após a reunião teve uma entrevista coletiva que o representante da Federação declarou<sup>16</sup>:

“O que nós falamos foi de estarmos juntos cerrando fileiras no Congresso. Garanti à presidente que eu, pessoalmente, vou me empenhar 100% para que realmente seja aprovada a MP 579 e que as contas de luz tenham desconto a partir de janeiro. Este é o objetivo” Vamos ter grande cruzada no Congresso e estaremos juntos com o governo para a MP 579 ser aprovada no mês de dezembro e todos os brasileiros terem desconto na sua conta de luz a partir de janeiro [de 2013].”A redução média de 20%, proposta pelo governo federal na MP 579, é correta, assinalou Skaf. “Vai beneficiar todos os consumidores brasileiros, vai recuperar parte da competitividade brasileira, inclusive da indústria, vai ser bom para os hospitais e para todos.”

E disse mais em outro momento<sup>17</sup>

“Dilma tem mostrado sensibilidade, e suas ações concretas apontam a preocupação do governo com a competitividade do país. Todo mundo usa energia, todos os produtos precisam de energia para serem produzidos, todos os serviços consomem energia. Ao reduzir a conta de luz, o benefício é de todos”

Portanto, tentamos com este capítulo, através de seus subitens, caracterizar, minimamente, as instituições envolvidas, isto é, FIESP e administração dos governos federais

<sup>15</sup> A FIESP foi grande parceira de Dilma e Mantega – e nunca foi liberal. Disponível em <<http://mercadopopular.org/2017/07/agenda-fiesp-liberalismo/>> Acesso em 22/03/2018.

<sup>16</sup> Em audiência com Dilma, Paulo Skaf diz que Fiesp está ao lado do governo para aprovar MP 579 em 12/09/2018. Disponível em <<http://www.fiesp.com.br/noticias/em-audiencia-com-dilma-paulo-skaf-diz-que-fiesp-esta-ao-lado-do-governo-para-aprovar-mp-579/>>

<sup>17</sup> A FIESP foi grande parceira de Dilma e Mantega – e nunca foi liberal em 20/08/2018. Disponível em <<http://mercadopopular.org/2017/07/agenda-fiesp-liberalismo/>>

do presidente Lula e da presidenta Dilma, para, a partir disso, pensarmos o papel da elite industrial paulista e de como ela influenciou, enquanto instituição formadora de opinião, através de sua Federação, os rumos da nossa nação. E sendo, assim, como ela se beneficiou do seu poder de influência junto aos Governos federais tanto do Presidente Lula quanto da presidenta Dilma para terem tido, na área econômica, suas pautas atendidas.

## **1.6 Política externa e a Frente neodesenvolvimentista**

É bastante relevante trazermos algumas considerações sobre as políticas externa dos governos analisados, pois elas são pontos de inflexão que repercutem consideravelmente nas relações dos governos com seus apoiadores.

Refletir sobre a fração de classe que, através do seu poder de barganha, dirige a frente neodesenvolvimentista a grande burguesia interna, é pensarmos em grande medida nas empresas dos ramos do agronegócio, mineração, indústria da construção naval, indústria de transformação e o setor da construção civil pesada. Estas empresas, em sua grande medida, concentradas sob a égide da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Eles entendiam a importância da intervenção do Estado na economia para se beneficiarem desta e terem como medidas protetivas, por exemplo, uma maior disponibilidade de crédito para eles, pensemos as políticas implementadas no BNDES, maior abertura para mercados consumidores internacionais, ou seja, internacionalização de suas empresas e expansão do investimento em infraestrutura. Porque os instrumentos de financiamento, como o BNDES, apoio governamental, e seus conhecimentos nas áreas que se disputam a atuar, constituem avanços para certas nações e, principalmente para suas empresas, em detrimento de outras em um mercado globalizado e cada vez mais complexo e competitivo.

Os números do BNDES são bastante expressivos. Os investimentos do BNDES para o financiamento de todos os setores da economia, passaram de menos de 35 bilhões de reais em 2002 para 187 bilhões de reais em 2014.<sup>18</sup>

E mais, se de 1990 a 2006, em 16 anos, o BNDES EXIM, seu braço de apoio à exportação, destinou aproximadamente 23 bilhões de dólares a diferentes projetos, nos sete anos seguintes, entre 2007 e 2014, esse valor aumentou para mais de 40 bilhões de dólares – para ser mais exatos, 128 bilhões de reais, que beneficiaram não

---

<sup>18</sup>A Odebrecht e o BNDES. Disponível em <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Odebrecht-e-o-BNDES/4/34047>> acesso em 22/04/2018.

só a Odebrecht e outras grandes empresas, mas também milhares de pequenas e médias empresas brasileiras<sup>18</sup>.

A Odebrecht, por exemplo, possui um contrato de expansão do terminal do sul do aeroporto internacional de Miami no valor de US\$659 milhões<sup>19</sup>. Como, também, o metrô de Caracas e de Los Teques, na Venezuela, centrais hidroelétricas e termoelétricas na Equador, Angola e Peru<sup>18</sup>. Os financiamentos do BNDES no exterior garantem empregos no Brasil, e a sobrevivência de milhares de empresas brasileiras.

Entre as empresas de construção civil pesada, Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, há uma diversificação de suas atividades que permite dizer que as empreiteiras correspondem apenas por uma parte do lucro desses grupos econômicos. Os negócios dessas empresas vão do setor de telefonia, setor armamentício, agronegócio, petroquímica à moda. Tendo como foco os mercados da África, América Latina, América do norte e Ásia<sup>20</sup>.

É fundamental entendermos os movimentos orquestrados pelo Governo no âmbito das políticas internacionais para que estas políticas fossem implementadas, uma vez que através delas que o governo obteve esteio para conseguir garantir espaços para as empresas nacionais diante dos mercados internacionais.

Para sermos sucintos podemos elencar as seguintes ações: a criação do Fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBSA), criação do grupo formado por Brasil, Alemanha, Japão e Índia (G4), Coalizão constituída por 20 países que participavam dentre eles Brasil, Uruguai, Argentina, África do Sul, Índia, China e etc. (G20), reunião das economias consideradas de elevado potencial que eram Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

Outras ações que o governos brasileiro tomou neste período, na política externa, foi a retomada e institucionalização do bloco Mercosul, que almejava a integração regional dos países da América do Sul, o lançamento da comunidade Sul-americana (CASA), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a criação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

o que afirmamos é que o Estado brasileiro usou sua maior autonomia de ação para tomar posições cujo resultado direto foi o atendimento de interesses econômicos da grande burguesia interna. Dito de outra forma, o Estado tratou de construir uma imagem que refletisse e ao mesmo tempo expandisse a capacidade

---

<sup>19</sup> Parsons-Odebrecht fará obra de US\$659 milhões. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1501200213.htm>> acesso em 23/06/2019

<sup>20</sup> As quatro irmãs: Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez. Disponível em <<https://www.brasilefato.com.br/node/29039/>> Acesso em 01/10/2018

econômica da grande burguesia interna. É claro que nem todas as ações estiveram intimamente ligadas aos interesses econômicos da grande burguesia interna. Porém, a busca por maior autonomia no cenário internacional teve, como objetivo estratégico, coerência com os interesses da grande burguesia interna. Até porque essa busca não interessa ao grande capital internacional imperialista (ASSUMPÇÃO, 2014, p. 163)

Portanto, há o direcionamento do Estado brasileiro na política externa denominada sul-sul, que seria essa integração do nosso país aos países dependentes, possibilitando, assim, uma maior integração regional e, conseqüentemente, uma elevação no poder de barganha entre as negociações econômicas internacionais (ASSUMPÇÃO, 2014).

Partimos do entendimento que a política externa brasileira não estaria separada da política interna brasileira e que, por isso, as mudanças na política interna, com seus atores, no caso do nosso trabalho, focamos na FIESP e seus interesses, influenciaram as ações tomadas pelos governos Lula e Dilma no cenário internacional.

O que desaguou em medidas que nossa burguesia interna se beneficiou com a abertura de novos mercados consumidores, relações diplomáticas que estreitaram laços com os governos de nações que precisavam de investimento em infraestrutura. Devido a estes acordos e constituição de blocos, nossas empresas de construção pesada, por exemplo, passam a ter acesso aos investimentos dessas nações nestas áreas.

Utilizando a Odebrecht novamente como exemplo para ressaltar alguns contratos que as empresas brasileiras, ligadas ao que conceituamos como frente neodesenvolvimentista, ganharam mundo afora, e executaram obras como um gasoduto na Argentina, aeroporto como o de Nacala, em Moçambique, e o Porto de Mariel, em Cuba<sup>21</sup> entre outras obras que poderíamos destacar desta única empresa citada.

Para ajudar nossa compreensão sobre porque a política externa foi um ponto de inflexão, é necessário rememorarmos historicamente algumas medidas tomadas por Fernando Henrique Cardoso. Sendo mais claro, podemos pensar nas privatizações das empresas estatais como Companhia Vale do Rio Doce, Telebrás, Usiminas, Rede Ferroviária Nacional e vários bancos estaduais. Houve neste contexto uma desnacionalização do setor industrial somando-se a uma desindustrialização, conforme apontam Sarti & Laplane (2003).

[...] a participação das empresas estrangeiras no grupo das quinhentas maiores empresas brasileiras que já era significativa, foi crescente ao longo dos anos, em

---

<sup>21</sup>As obras mais caras da Odebrecht no exterior financiadas pelo BNDES. Disponível em <<https://spotniks.com/as-20-obras-mais-caras-da-odebrecht-no-externo-financiadas-pelo-bndes/>> acesso em 21/06/2019.

particular no caso das vendas e das importações. No ano 2000, 46% das quinhentas maiores empresas no Brasil eram estrangeiras (em 1989, as estrangeiras eram apenas 30%). A participação das empresas estrangeiras no grupo era significativa: 56% do faturamento, 49% das importações e 67,2% das exportações.(SARTI & LAPLANE, 2003, p.21)

O Brasil no período desse governo foi um dos principais recebedores de investimento externo direto, contudo não houve aumento proporcional de investimento na ampliação da capacidade produtiva ou mesmo na modernização planta industrial existente (ASSUMPÇÃO 2014).A crença num Estado mínimo e de políticas que garantissem a globalização enquanto diluidora de fronteiras, para as mercadorias, e a monopolização da economia mediante financeirização do capital são ações que os Estado precisam tomar para reorganização da nova dinâmica mundial. E que naquele governo tiveram adesão conforme estes exemplos ilustram. Além disso, vemos a política de abertura comercial atrelada a bilateralidade entre Estados Unidos e Brasil como, por exemplo, o projeto da ALCA que Fernando Henrique Cardoso defendia.

A política externa foi um dos principais elementos da consolidação do neoliberalismo ortodoxo no Brasil. Além da adoção das políticas de abertura comercial, privatização, redução dos gastos estatais, desregulamentação trabalhista e financeira, os governos Collor (1990-1992) e FHC (1995-2002) são marcados pelo retorno da aliança especial com os Estados Unidos na política externa.(ASSUPÇÃO, 2014, p. 86)

Boito (2013) e Assumpção (2014) defendem que o país estava sendo governado pela outra fração burguesa, ou seja, a do grande capital financeiro internacional e nossa burguesia integrada, E, por isso, os interesses delas estariam sendo mais atendidos por políticas como as acima citadas e a desregulamentação financeira.

Ou seja, o neoliberalismo, aprofundou a tendência de concentração e centralização da produção e da riqueza. As políticas neoliberais privilegiam a atuação e os interesses das grandes empresas transnacionais e do capital financeiro. Por isso, as reformas neoliberais previam, como se sabe, abertura comercial, desregulamentação financeira, privatizações, flexibilização das leis trabalhistas e redução dos serviços públicos, em especial, nas áreas de saúde, educação e previdência.(ASSUMPÇÃO, 2014, p.74).

Contudo, a chegada de Lula e Dilma que executaram políticas consideravelmente diferentes, conforme apresentamos, desagradara a diplomacia estadunidense porque, neste contexto, eles se veem enfraquecidos no campo da influência diplomática no Brasil o que

repercute em seus interesses comerciais. Um bom exemplo é o arquivamento da proposta estadunidense de concepção de um grande bloco econômico denominado Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que se constituía em uma área de livre comércio ao qual as tarifas alfandegárias seriam paulatinamente eliminadas, gerando, assim, a livre circulação de mercadorias, capitais e serviços, contudo, o governo estadunidense não abriria mão da sua política protecionista aos produtos agrícolas produzidos em seu território.

Como se sabe, a Alca representava o aprofundamento do neoliberalismo e da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina. O Acordo não previa apenas a liberalização do comércio, mas, a imposição de regras previstas na OMC, conhecidas como *OMC-plus*. Tratava-se da liberalização dos serviços (educação, saúde, saneamento, transporte, etc.), do acesso às compras governamentais, da proteção aos investimentos, da garantia de propriedades intelectuais etc.(ASSUMPÇÃO, 2014, p.98).

Para reafirmar as diferenças entre as políticas e governos podemos trazer outras ações que o Brasil se posicionou contrário aos interesses estadunidenses como, por exemplo, o acolhimento ao Presidente Manuel Zelaya, de Honduras, na embaixada brasileira, posição contrária a instalação de bases militares na Colômbia, a desaprovação da invasão do Iraque, a posição sobre a negociação de enriquecimento de urânio pelo Irã, ou seja, não se posicionou contrário apenas diante dos interesses locais e regionais, mas também, diante dos interesses mundiais dos Estados Unidos junto aos organismos multilaterais.

Portanto, acreditamos que a política externa, social e econômica dos governos Lula e Dilma foram centrais para a retirada do protagonismo do grande capital financeiro internacional e da burguesia compradora que influenciavam as políticas dos governos de Fernando Henrique Cardoso. E que a participação do Estado na economia por intermédio de financiamentos pelo BNDES, políticas protecionistas (exigências de porcentagens mínimas de conteúdo local nas compras governamentais e para empresas subsidiadas pelo BNDES), expansão do mercado interno e as políticas sociais foram o que legitima a guinada do atendimento da burguesia interna (nacional) em detrimento da burguesia compradora e do capital financeiro internacional.

## CAPÍTULO 2

### POLÍTICA ECONÔMICA NOS GOVERNOS LULA E DILMA

Neste capítulo mostraremos como a economia mundial e a quebra de 2008, comumente conhecida como a crise do *subprime*, afetou significativamente nossa economia, fazendo com que o Governo tomasse medidas que repercutiram tanto no período do ápice da crise como nos anos seguintes. Essas escolhas fizeram com que não obtivéssemos números tão positivos no crescimento econômico como estava acontecendo nos anos anteriores.

Esses resultados não são apenas numéricos. Como estamos falando de países, os números refletem nos ganhos das empresas, na criação de empregos, na garantia de manutenção da saúde pública, no investimento em infraestrutura da nação. Ou seja, em última instância, estamos falando de mudanças nas condições de vida das pessoas.

A necessidade dessa discussão se dá pela necessidade de conseguirmos entender como as economias, principalmente com o advento da globalização, estão conectadas e como as consequências de uma crise que se iniciou no centro do capitalismo, impactou negativamente na nossa economia.

Porém, não nos limitaremos a trazer algumas informações sobre a economia mundial e sua crise, mas, como ela abalou objetivamente a economia brasileira e as ações que os governos Lula e, principalmente, o governo Dilma tomaram para tentar contê-la e suas consequências perante a base de apoio que vinha se construindo, conforme apresentamos.

#### **2.1 A financeirização do Mundo globalizado**

Como este trabalho dialoga tanto com a política governamental dos governos Lula e Dilma, quanto com as relações com os empresários paulistanos que compuseram a base de apoio, é necessário falarmos da conjuntura externa que existiu e impactou, diretamente, a economia brasileira naquele período. Uma vez que o Brasil é uma grande economia que se encontra interligada às economias globais tanto no âmbito do seu comércio internacional de bens, produtos e serviços quanto na lógica financeira. A crise econômico-financeira mundial afetou o país.

Atualmente, o mercado financeiro mundial encontra-se completamente interligado e interdependente. Todavia, nem sempre foi assim: entre os anos de 1960 até 1979, a internacionalização financeira coexistiu com sistemas monetários fechados e regulados.

(...) quando o mercado financeiro americano (assim como os demais) era mais segmentado que nos dias de hoje. Vigia à época um modelo de regulamentação financeira que impunha às instituições a separação entre operações de crédito de curto prazo (a cargo dos bancos comerciais e financeiras); operações de crédito de longo prazo (a cargo dos bancos de poupança, voltados para o setor imobiliário e, em menor escala, de bancos de investimento); e operações no mercado de capitais (reservadas aos bancos de investimento). (HERMANN, 2009, p 139).

Esta regulamentação garantiu que dois países considerados industrializados e de grande expressão no mercado comercial e financeiro vivenciassem crises de crédito imobiliário sem que estas se tornassem crises sistêmicas. Os países em questão foram os Estados Unidos nas décadas de 1970 – 1980 e o Japão nas décadas de 1980-1990.

Todavia, entre os anos de 1980 e 1985 houve uma prática, definida pelos Estados Unidos, de políticas de desregulamentação e liberalização financeira. Essa prática foi atrelada, a partir de 1986, à desregulamentação das bolsas de valores dos países centrais e incorporação dos mercados emergentes, incluindo o Brasil, na gradual eliminação da segmentação dos mercados e a ampliação de abertura financeira entre os países. A liberalização financeira atuou consideravelmente na desregulamentação do setor bancário, sobre a livre mobilidade de capitais entre os países e, conseqüentemente, na possibilidade de construção de inovações financeiras.

As medidas de liberalização e desregulamentação financeira funcionam como uma ponte que ligam o mercado financeiro doméstico de um país ao mercado financeiro global. Dessa forma, as economias liberalizadas se tornam totalmente interligadas, especialmente em suas relações financeiras. (LIMA, 2013, p.55)

A partir da década de 1990, a maioria dos países se integraram sob medidas liberalizantes em suas contas financeiras, consolidando um mercado financeiro globalizado.

Este processo de globalização financeira, em que os mercados financeiros são integrados de tal forma a criar um “único” mercado mundial de dinheiro e crédito, acaba, por sua vez, diante de um quadro em que inexitem regras monetário-financeiras e cambiais estabilizantes e os instrumentos tradicionais de política macroeconômica tornam-se crescentemente insuficientes para conter os colapsos

financeiros (e cambiais) em nível mundial, resultando em crises de demanda efetiva. (FILHO FERRARI, 2009, p.143).

Para entendermos o que aconteceu no mundo econômico na segunda metade dos anos 2000, especificamente nos Estados Unidos, e, consecutivamente, com o restante das economias mundiais depois de 2008, é importante refletirmos como as políticas que foram sendo implementadas pela globalização financeira nos anos anteriores foram consolidadas. Só assim seremos capazes de compreender, minimamente, o cerne da crise de 2008.

## **2.2 A crise econômica no seu cerne**

A crise que iremos destacar neste subitem é a crise surgida no centro do capitalismo no ano de 2007: a crise do *subprime*. Esta crise, para alguns economistas, foi tão séria quanto a famosa crise de 1929 (Crack da Bolsa). Ela se inicia pela liberalização financeira e a possibilidade de construções de inovações financeiras, na década de 1980 nos Estados Unidos, com o desenvolvimento de securitização de títulos hipotecários pelos bancos, fazendo com que assim o mercado habitacional estadunidense se integrasse ao mercado de capitais.

O sistema financeiro estadunidense construiu uma forma de oferecer possibilidades à parte da parcela da população, que não possuíam comprovação de renda, de compra da casa própria. E, em contrapartida, obter uma alta rentabilidade financeira para os investidores que seriam os credores desta lógica de financiamento.

A liberalização financeira e a securitização de títulos hipotecários, no sistema econômico estadunidense, possibilitou a integração do mercado habitacional ao mercado de capitais. Em 2001/2002, consolidou-se a política do Federal Reserve Bank (FED) em manter taxas de juros baixas gerando, assim, um aumento na oferta de crédito. Conseqüentemente, surgem empresas de empréstimo hipotecários que buscaram grandes empresas de seguros para afiançarem os contratos, desde que pudessem produzir produtos que transacionassem nos mercados financeiros. Estas práticas só foram possíveis porque os mercados estavam cada vez mais desregulamentados permitindo inovações financeiras como essas.

As operações de financiamento imobiliário ao grupo de “subcidadãos” eram de alto risco por estarem garantidas pelo trabalho, por vezes, informal e por rendas, potencialmente, variáveis. E, finalmente, chegou o dia em que as garantias evaporaram. Chegou o dia em que as prestações da casaprópria não puderam mais

ser pagas. Uma das formas de pactuação dos sonhos foi estabelecer contratos de financiamento imobiliário com juros altos, mas com percentuais diferenciados ao longo do tempo. No começo do contrato, as taxas de juros eram baixas, depois eram muito altas para compensar a redução da primeira fase. Até o final de 2006, a maior parte dos contratos ainda estava na fase de juros mais baixos (e, portanto, a inadimplência era reduzida). Posteriormente, na fase de juros mais altos, a prestação elevada não cabia no rendimento dos “subcidadãos” e os empréstimos deixaram de ser validados. Esse é o desenho da crise de crédito que atingiu a economia norte-americana. O sistema financeiro vendeu a dívida que carregava dos “subcidadãos” para as super-instituições, remunerando-as com elevadas taxas de juros, proporcionais ao risco da operação. Quando foi percebido que a dívida dos de baixo não estava sendo validada, decidiu-se vender o papel lastreado na capacidade de pagamento dos “subcidadãos”. Quase que simultaneamente, todos tomaram a mesma decisão. Por razões óbvias, os papéis passaram a valer quase nada. Quando os preços de ativos entram em deflação aguda, diz-se, então, que o mercado entrou em crise de liquidez. (SICSÚ, 2009, p.144).

Foram estas “engenhosidades” financeiras que possibilitaram um processo especulativo sobre os imóveis que serviam de parâmetro e fiança para os empréstimos financeiros. Mas, em meados de 2007, chegamos ao fim com o estouro da bolha especulativa.

### **2.3 Consequências da crise de 2008 no mundo**

A crise de 2008 ou crise do subprime, alastrou-se para os mercados Europeus, contaminando as demais economias que se encontravam interligadas, produzindo uma crise global de dimensões catastróficas.

A crise de 2008, que ficou conhecida pela sua severidade dentre as economias capitalistas desde 1929, como esclarece Bresser-Pereira (2010), foi considerada também uma crise social. Informações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mostram que o número de desempregados passou de 20 milhões para 50 milhões de pessoas no final de 2009. O processo de globalização fez com que a instabilidade gerada ou iniciada em uma economia conseguisse se espalhar por outras economias com facilidade, como relata Lobão (2007). A integração entre as economias, como enfatiza, permite a exposição às influências externas. O *efeito contágio* faz com que as instabilidades econômicas não se limitem apenas ao país de origem, mas se espalhe no mercado mundial de diferentes formas e dimensões estruturais. (CECHIN, MONTROYA, 2017, p. 152)

As consequências para o mercado mundial se deram, inicialmente, pela desconfiança que se gerou no crédito da economia estadunidense, atingindo os mercados monetários tanto

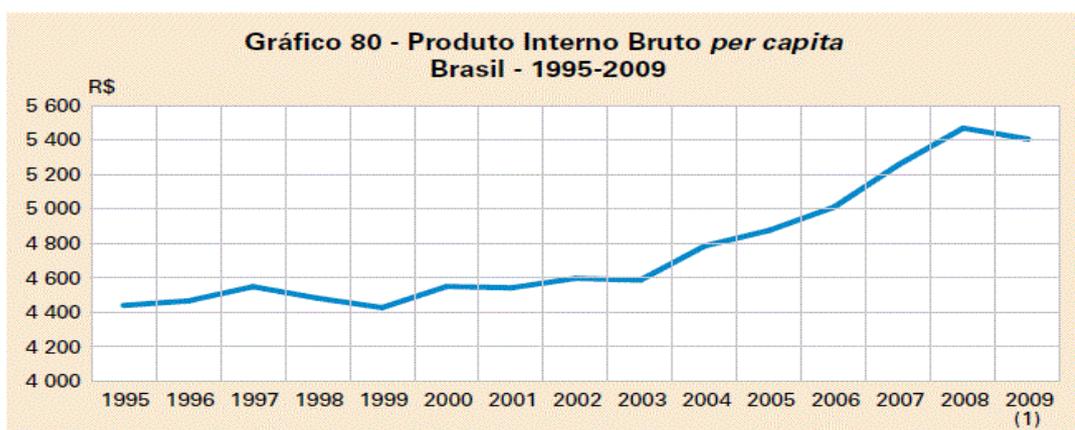
estadunidenses quanto japoneses e europeus, as bolsas de valores, companhias seguradoras e, depois, até construtoras.

Em um cenário como este, mesmo instituições que não haviam sido atingidas diretamente pelas relações negociais descritas acima, ficam receosas em investir. Isto é, quem pensava em fazer algum investimento em capital produtivo prefere esperar. As pessoas comuns, trabalhadores que recebem salários, reduzem suas demandas para tentarem fazer alguma economia. Essas sanções afetam, concomitantemente, a redução da oferta e da demanda por crédito. Portanto, entramos, numa crise primeiramente do setor financeiro especulativo, transformada em crise de liquidez, crise patrimonial e, por último, numa crise de solvência. Ou seja, desenvolve-se uma incapacidade sistêmica de pagamento e liquidação das dívidas em âmbito mundial.

E, para sermos mais específicos, a economia brasileira não passou incólume a esses acontecimentos.

## 2.4 Economia brasileira e a crise mundial de 2008 no governo Lula

O contexto mundial antes da crise de 2008 era considerado favorável pela lógica da liquidez. Ou seja, havia muito crédito disponível para investimento e a demanda por commodities estava bem aquecida. Esse contexto favorecia o Brasil a obter média positiva na redução do desemprego e resultados positivos na balança comercial, favorecendo, o crescimento no Produto Interno Bruto (PIB), entre os anos de 2004 até 2008, conforme demonstrado pelos gráficos abaixo:

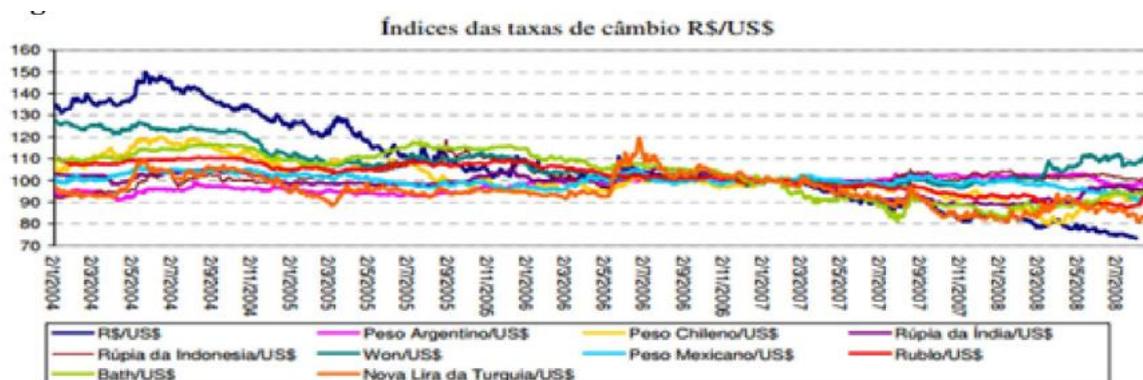


Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, e Coordenação de População e Indicadores Sociais, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2008.  
Nota: Valores a preços de 1995.

(1) Resultado das Contas Nacionais Trimestrais.

A economia brasileira no período de 2008, momento em que a crise se alastra mundialmente, sofre seus primeiros impactos quando há uma forte contração no crédito, afetando diretamente os setores de consumo que dependem significativamente dele. Como explicado anteriormente, os investimentos na indústria diminuem tendo em vista a expectativa do consumo e a demanda dos bens exportados pelo Brasil pois, seus maiores compradores foram todos afetados pela dinâmica econômica daquele momento.

Para trazermos alguns dados, temos o exemplo do dólar que era cotado na época a R\$1,60 e, após cinco semanas, no dia 18/10/2008, passa a valer R\$2,30. Ou seja, há uma desvalorização considerável neste processo.



Fonte: Prates e Farhi (2009).

Outra questão diretamente relacionada é no âmbito da exportação e as consequências tanto do valor recebido em dólar quanto ao montante, pois por mais que as empresas que exportassem bens estivessem recebendo em dólar o problema se dava no montante da exportação que diminuía consideravelmente, pois com a redução da liquidez internacional houve uma queda brusca na demanda e nos preços das principais commodities (agrícola e industrial), que representavam uma parte considerável da pauta da exportação brasileira.

No primeiro ano da crise (2008) os efeitos sobre o PIB foram modestos e a economia conseguiu crescer acima de 5%. No entanto, no ano seguinte apresentou crescimento negativo, num momento de clara tendência de desaceleração da atividade econômica, ocasionado principalmente pela queda nas exportações brasileiras, diante da queda da demanda internacional de *commodities* (PIRES, 2013, p 7).

Neste gráfico abaixo, sobre o PIB brasileiro, temos as imagens que comprovam o que havíamos informado acima. O movimento de diminuição dos resultados positivos que vínhamos tendo nos anos anteriores.



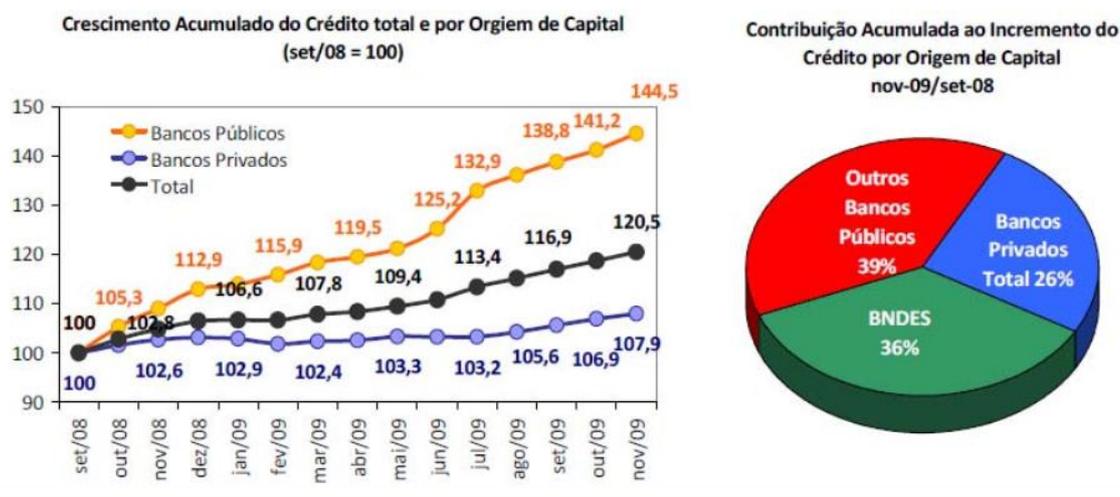
Os reflexos desta crise aparecem em outros números:

Como reflexo imediato da queda de exportações, houve demissões em massa. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram extintos mais de 1,3 milhões de empregos formais em janeiro sendo os trabalhadores da indústria, conhecidos como “trabalhadores de chão de fábrica” os mais afetados. Assistimos demissões colossais como a Vale de Rio Doce, que mandou embora 1.300 trabalhadores, e a Embraer, fabricante de aviões que possui renda fortemente baseada em exportações, que demitiu 4.200 funcionários, que correspondiam a 20% do total de empregados (ESPECIAL Jornal do Senado, 2009 apud GIL, BARIZÃO, 2009, p.22)

Nesta conjuntura, o Governo federal começa a tomar medidas que pudessem amenizar e/ou diminuir as consequências advindas da crise financeira internacional. Como as maiores economias mundiais estavam passando por escassez de crédito, as empresas brasileiras possuíam dificuldade em acessar crédito. E, por isso, o Governo Federal interveio nas políticas dos bancos públicos, oportunizando a, ampliação da oferta de crédito para nossas empresas. O Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), que não tinha como característica oferecer Capital de Giro para as empresas, tornou-se um grande Credor de crédito para as empresas nacionais com o projeto Programa Especial de Crédito (PEC), que disponibilizava Capital de Giro puro, no intuito de manter a economia aquecida.

Resultado disso foi, de acordo com dados do próprio banco, o desembolso recorde do BNDES no acumulado em 12 meses encerrados lidera com montante de R\$ 63,4 bilhões. No setor de infra-estrutura o valor chegou à R\$ 51,8 bilhões. Enquanto o crescimento acumulado das operações de crédito dos bancos privados entre setembro de 2008 e novembro de 2009 foi de 7,9%, o do BNDES foi de 44,5%.

O gráfico abaixo contribui para visualização da ação do banco no mercado interno brasileiro



Fonte: Elaboração APE/BNDES a partir de dados do BCB

Estes dados se tornam relevantes porque com eles começamos a entender as atitudes dos governos Lula quanto as ações envolvidas no combate a crise econômica externa e suas consequências para economia brasileira, através de escolhas feitas pelo governo em beneficiar alguns segmentos da sociedade (empresas ligadas ao projeto neodesenvolvimentista) em detrimento de outros grupos econômicos. O governo, neste momento, decidiu apoiar, mediante oferta de crédito, as empresas brasileiras e também, em junho de 2009, prorrogou o prazo da redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) que incidem sobre os carros, caminhões, motos no intuito de manter o consumo interno.

Singer (2009) enfatiza que as medidas tomadas pelo governo brasileiro, frente à crise, surtiram efeito rápido e desejado em parte também pela presença dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em curso. Este programa, instituído no segundo mandato do presidente Lula (2007 – 2010), intenta promover a retomada do planejamento e execução de obras de infraestrutura, tanto social e urbana quanto nas áreas energética e logística do Brasil. Assim, o autor aponta que “desde o fim do primeiro mandato do presidente Lula, o PAC já vinha sendo preparado, o que permitiu ao governo aumentar fortemente o investimento público na infraestrutura e em ações sociais”(SINGER, 2009, p.11, Apud, LIMA, DEUS, 2013, p.59).

Estas ações favoreceram diretamente os grupos econômicos que estamos caracterizando como os mais influentes na política estatal brasileira nos governos citados. Quando pensamos nas grandes empresas que receberam todos estes benefícios, conseguimos indicar que a maioria se concentra em São Paulo.

Nesse contexto, as medidas adotadas pelo governo, surtiram efeito ainda em 2009, setores como o de veículos automotores tiveram crescimento, o da construção civil teve aumento na produção de insumos e os setores de móveis e eletrodomésticos também mantiveram seu crescimento. Ou seja, o estímulo ao crédito e, conseqüentemente, o aquecimento da economia interna funcionou temporariamente.

Estes dados são relevantes e necessários conjuntamente porque explicam as ações que o governo tomou no período histórico vivenciado e permitem entender as direções seguidas no término do governo do presidente Lula.

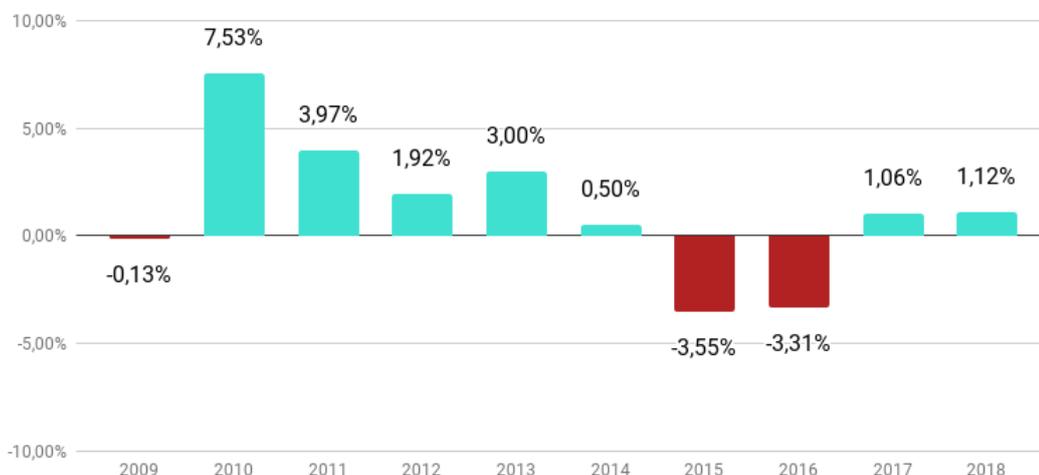
## **2.5 O governo Dilma e sua política econômica**

Neste subitem, entramos no cerne desse capítulo: queremos destacar a política do governo Dilma e suas conseqüências e, consecutivamente, como elas repercutiram nas ações dos aliados que compuseram o seu governo em momento posterior.

Para que possamos entender a política institucional de um governo não podemos nos limitar a analisá-lo apenas pelas ações internas, precisamos compreender que nas economias capitalistas do século XXI as nações se encontram interligadas economicamente. Por isso, fizemos uma breve digressão sobre a consolidação das políticas neoliberais nas economias mundiais, sobre a crise mundial de 2008 que se inicia nos Estados Unidos, para, posteriormente, chegarmos às conseqüências e escolhas do governo brasileiro.

Conforme havíamos falado anteriormente, o governo do presidente Lula tomou medidas que repercutiram na economia brasileira tanto em 2009 quanto em 2010. Por conseguinte, Dilma é leita num contexto de uma economia que se recuperava com relativo êxito dos efeitos da crise mundial de 2008. Pouco depois, os números econômicos começaram a não terem os mesmos resultados que haviam tido nos anos anteriores. Para termos uma ideia, a economia brasileira sentiu os reflexos da crise, desconsiderando o ano de 2010 em que o Brasil teve crescimento do Produto Interno Bruto acima de 7%, os demais anos demonstram uma

desaceleração na atividade econômica. Conforme apresenta o gráfico abaixo sobre o PIB brasileiro entre os anos de 2009 até 2018.



<https://infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/pib-do-brasil/> pesquisado em 14/02/2019

Os números da economia se fazem importantes porque, em grande medida, foram eles que nortearam as medidas implementadas pelo governo no intuito de manter uma política de aliança com setores distintos da sociedade.

Mesmo havendo recessão mundial e retração nas economias dos países ditos “desenvolvidos”, o Brasil teve números que justificavam serem apresentados positivamente, mesmo depois de 2008, pois quando apresentados, vemos que o cômputo não se limitava apenas a economia, mas a consideráveis avanços sociais conforme Saad nos apresenta abaixo.

Apesar desses limites, evidentes retrospectivamente, o padrão de crescimento foi distributivo pelo menos até 2012. Isso fica evidente na criação de empregos (21 milhões de empregos criados nos anos 2000, contra 11 milhões nos anos 1990), sua concentração no segmento de baixos salários (90% dos novos empregos pagavam até 1,5 salário mínimo, em contraste com 51% nos anos 1990), e a formalização do mercado de trabalho (80% dos novos empregos no setor formal, cuja participação passou de 45% para 51% da força de trabalho). O desemprego caiu especialmente entre os trabalhadores de baixa renda. Após uma década de estagnação, os salários reais cresceram 4,2% ao ano entre 2003 e 2012, e o salário mínimo cresceu 72% entre 2005 e 2012, impactando tanto o mercado de trabalho quanto as transferências federais. A renda dos 10% mais pobres cresceu 6,3% ao ano entre 2001 e 2011, enquanto a renda dos 10% mais ricos cresceu apenas 1,4% ao ano. A pobreza declinou fortemente, e a distribuição melhorou: o coeficiente de Gini caiu de 0,60 no início do milênio para 0,53 em 2012<sup>22</sup>. (SAAD FILHO, 2016, p.173).

<sup>22</sup>Cf. Paes de Barros, Grosner e Mascarenhas (2012, p.15), Pomar (2013, p.42) e a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE.

O governo Dilma tenta manter este círculo virtuoso de crescimento e distribuição mediante várias medidas relevantes que tiveram como parâmetro uma proposta de governo que o Ministro da Fazenda à época, Guido Mantega, chamou de nova matriz econômica. Dentro desta proposta, eles objetivavam desvalorizar o câmbio e desonerar os setores produtivos, bem como realizar medidas protecionistas, elevação de alíquotas de importação e imposição de política de conteúdo nacional. O governo foi de encontro aos juros elevados, pois estes favoreceriam o capital especulativo externo e interno desfavorecendo a lógica produtiva brasileira<sup>23</sup>.

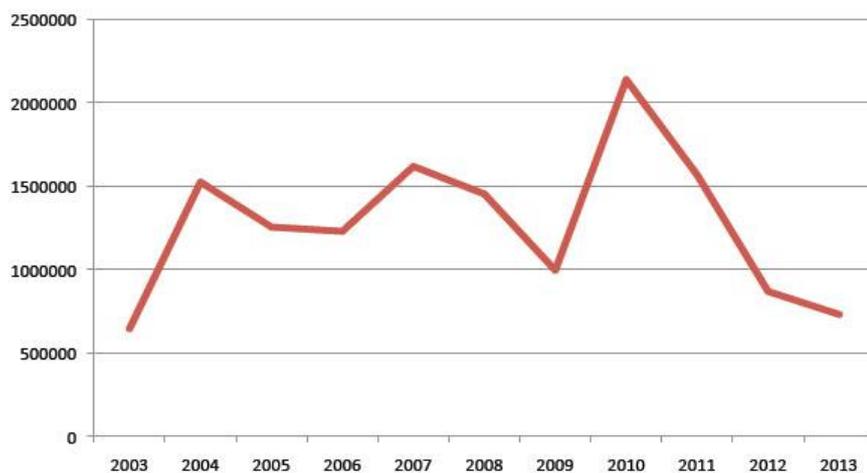
Tudo isso conspira para prejudicar a produção. Uma situação na qual o sistema financeiro deixava de ser meio para viabilizar a produção e o consumo para se tornar um fim em si mesmo, e proporcionar sua maior lucratividade. Ao invés de a riqueza ser direcionada para o empreendedorismo, inovação, investimentos na indústria, agropecuária e serviços, enfim, para a ampliação da produção nacional e da nossa capacidade de oferta, ela ficava retida no sistema financeiro nacional, em busca do ganho fácil proporcionado pelas aplicações financeiras. (MANTEGA, 2012)

A principal política econômica utilizada naquela ocasião foi o combate gradativo da taxa de juros da economia, a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). Tendo como resultado, após vários cortes consecutivos, o fechamento do ano de 2012, atingiu seu patamar mínimo na história até o momento de 7,25% ao ano. Mas, para chegar à redução dos juros ao público consumidor e incentivar o consumo, via disponibilidade de crédito, o governo utilizou a Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil (BB) para baixarem suas taxas de juros e forçarem os bancos privados a fazerem o mesmo.

Medidas como esta, associada à manutenção da redução do IPI para os automóveis, redução de tributos dando ênfase à desoneração da folha de pagamento de mais de quarenta setores produtivos, perfazendo algo em torno de 50 mil empresas, redução do preço da energia- que barateava os custos produtivos delas, e a a proposta do Plano Brasil Maior, que tinha como objetivo o fortalecimento da indústria nacional, fizeram com que houvesse geração de empregos formais e, simultaneamente, diminuição do desemprego conforme os gráficos de geração de empregos (CAGED) e o de desemprego no Brasil (IBGE) apresentam respectivamente.

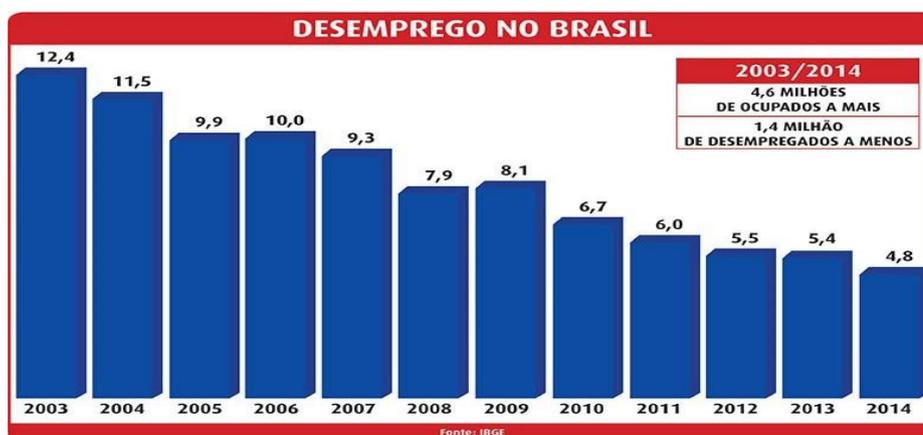
---

<sup>23</sup> O primeiro ano da nova matriz econômica” (*Valor Econômico*, 19/12/2012, p. F3) acesso em 14/02/2018 disponível em <<https://www.valor.com.br/brasil/2945092/o-primeiro-ano-da-nova-matriz-economica>



Fonte: Caged e Ipeadata.

Gráfico 1 – Geração de emprego formais – 2003/2013



Entretanto, estas medidas não repercutiram no crescimento do PIB conforme esperado, comprovando que a crise econômica havia chegado e se instalado no Brasil. E para piorar a situação, elas tiveram consequências para uma parcela pequena, mas poderosa do *status quo* que sempre se beneficiou das aplicações financeiras de curtíssimo prazo no Brasil, aqueles que possuíam concessões com tarifas e margens muito altas de retorno, ou seja, os especuladores financeiros em geral. Que mediante a política de redução de juros, foram diretamente prejudicados em seus ganhos.

Os resultados não obtidos pelo governo através das medidas tomadas, mais a pressão imposta por parte de uma parcela do mercado financeiro especulativo (que até o momento não havia tido benefícios como os industriários, mas não estavam sendo prejudicados pela política econômica do governo) começou a se movimentar e tensionar para que as ações do governo fossem reconsideradas. O que acabou acontecendo em abril de 2013, pois o Banco Central (BC) retomou a subida da taxa SELIC gradativamente, favorecendo, o mercado financeiro, oportunizando a eles o controle sobre a política econômica.

Logo, a proposta da nova matriz econômica, projeto de campanha da presidenta Dilma que se que tinha como base o seguinte objetivo:

*(...)mudar os preços relativos que induziam decisões de investimento privado, colocando-o no protagonismo da estratégia de desenvolvimento. Nada menos do que modificar três décadas de rentismo curto-prazista e deslocar capitais em larga escala para investimento de longo prazo em infraestrutura e diversificação industrial. Com isso, assegurar o crescimento do emprego, a geração de receitas tributárias e a redução da vulnerabilidade externa. Em outras palavras, do ponto de vista da implementação econômica, o plano envolvia três preços essenciais: taxa de juros básica, taxa de câmbio e taxa de lucro do investimento privado na infraestrutura e na indústria de transformação. (BASTOS, 2017, p.17)*

Assim, perde espaço esta proposta ensaiada pelo governo e a política econômica volta ao setor do capital financeiro, gerando diversas consequências e desdobramentos para economia e para o governo da presidenta Dilma.

Este capítulo de debate mais econômico se fez relevante, sociologicamente, porque as consequências da crise econômica e os impactos causados por ela no Brasil são de fundamental importância para compreensão dos desdobramentos políticos e sociais que os atores envolvidos neste trabalho tiveram, pois é em grande medida por conta da crise econômica mundial que o governo deixa de conseguir conciliar os interesses das mais diversas frações de classes e, por isso, começa a sofrer ataques das elites para, assim, garantirem seus privilégios num contexto em que não era mais possível manter uma política que favorecessem as frações de classe populares sem prejuízo para eles.

### CAPÍTULO 3

## QUESTÕES POLÍTICAS: FIESP E CRISE NA FRENTE NEODESENVOLVIMENTISTA

Nosso esforço até o presente momento esteve focado em apresentarmos alguns aspectos sociais, econômicos e políticos vivenciados no Brasil, durante os governos Lula e Dilma. Para isso, utilizamos a ideia da influência de atores políticos junto ao governo e o atendimento de suas demandas por aqueles governos. Dentre os atores envolvidos, decidimos focar nossa análise no papel da FIESP durante este período.

O Estado, por meio de suas políticas, desempenha o papel de articular os interesses das várias classes e frações de classes dominantes. A existência do bloco de classes e frações dominantes, ou seja, o bloco no poder, independe de acordo político explícito, já que se trata de uma comunidade de interesses cuja unidade é garantida pelo aparelho de Estado. Poulantzas define a hegemonia política como a capacidade de uma fração fazer prevalecer seus interesses no interior do bloco no poder. Isso se traduz na capacidade dessa fração de obter prioritariamente os benefícios das políticas econômica e social do Estado. A homologia estrutural, isto é, a interdependência das estruturas econômica e política e a capacidade de organização político-ideológica e pressão sobre o aparelho do Estado são os fatores que concorrem para o estabelecimento da hegemonia política no seio do bloco no poder. (FARIAS, 2009, p.94)

Para isso, partimos do pressuposto teórico Marxiano que compreende o Estado enquanto fundamental para manutenção das relações de produção e a organização de um bloco no poder que tem seus interesses econômicos atendidos via beneficiamento estatal.

[...] pode-se dizer que o estado capitalista serve melhor aos interesses da classe burguesa exactamente quando os membros desta classe não participam directamente no aparelho de Estado, quer dizer, quando a *classe dominante* não é a *classe politicamente governante* (Poulantzas 1975, p.20).

Isso nos ajuda a compreender que o Estado é dirigido por uma fração de classe, neste caso: a burguesia interna, que pode constituir hegemonia em determinado momento, fazendo com que seus interesses sejam priorizados em detrimento dos interesses de outras frações de classe. É mediante o poder constituído pelas frações que estão no poder que acreditamos ser possível perceber seus interesses, compreender as atuações dos agentes políticos e burocráticos em favor deles, intercedidos pelas políticas estatais.

Em Poulantzas, o Estado não é pura e simplesmente uma relação, mas uma condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe. Nesse sentido, o Estado não é um bloco monolítico sem fissuras, cuja política se instaura a despeito de suas contradições. O Estado, condensação material de uma relação contraditória, não organiza a unidade do bloco político no poder desde o exterior. Mas é o jogo dessas contradições na sua materialidade que torna possível a função de organização do Estado (BIAVASCHI, KREIN, 2015, p.49).

Por estes motivos, o Estado permanece em constante tensão para tentar administrar os mais diversos interesses de várias instituições, organizações, movimentos, entre outros. Mesmo lembrando que os interesses prioritariamente atendidos são os da fração de classe que esta no controle, ainda é necessário a busca de um certo equilíbrio para manutenção de uma coesão das forças sociais dividida em classes antagônicas ou mesmo endogenamente entre as frações de classes.

Poulantzas (1977) defende que o Estado capitalista atende constantemente interesses econômicos das classes dominadas, desde que num determinado nível ou, nas palavras de Poulantzas, abaixo de certo limite. Pois, o objetivo último do Estado é garantir a manutenção dos interesses políticos da classe dominante, ou melhor, a manutenção do modo de produção capitalista. (ASSUMPÇÃO, 2014, p.26).

Assim se faz mais claro o que entendemos enquanto relações de Estado e a frente neodesenvolvimentista e, dentro dela, a fração burguesa hegemônica que a compõe e que teve enquanto um dos seus representantes a FIESP como burguesia interna.

### **3.1 Começo da crise institucional**

As relações entre a frente neodesenvolvimentista e o Governo da presidenta Dilma começam a se esgarçar em 2011 quando os resultados da crise financeira global de 2008, começam afetar o cenário econômico brasileiro, e os interesses diversos das frações de classes existentes deixam de ser conciliados, gerando uma desaceleração no crescimento do país. O governo Lula, logo após eleição em novembro de 2010, elevou as taxas de juros e impostos sobre o consumo, o que foi continuado pelo governo Dilma no primeiro semestre de 2011:

A ideia era que a contração fiscal de 2011 era necessária para reduzir os juros, como admitiu o ministro Guido Mantega (2012): “foi muito importante a elevação do resultado primário de 2011 para dar respaldo à redução de juros”. Em setembro

de 2013, Mantega fez autocrítica e justificativa da fase de austeridade: “Fizemos o aperto em 2011 supondo que a economia mundial já estava em recuperação. Em 2011 puxamos o freio, dizendo: a gente faz um ajuste e depois retoma. Só que quando foi retomar, no segundo semestre de 2011, já tinha começado a crise europeia... Em 2011, quando achamos que a crise já tinha passado, todos os países tinham ido bem em 2010 e o Brasil cresceu 7,5%. Então, fizemos um ajuste mais forte, um *superavit* (fiscal) mais forte e um ajuste monetário maior, o que desacelerou fortemente (a economia). Se eu soubesse que, no segundo semestre de 2011 teríamos a crise europeia eclodindo, talvez tivéssemos usado uma mão mais leve”(ALVES *et al.*, 2013 apud BASTOS, 2017, p.20).

Economicamente, o resultado foi a estagnação do PIB entre o segundo semestre de 2011 e o primeiro de 2012, devido a esta fase inicial austera do governo. Ou seja, houve uma desaceleração dos investimentos do governo.

Ademais, a política fiscal foi fortemente contracionista em 2011. Em valores reais (de 2015), o *superavit* primário aumentou R\$ 56 bilhões entre 2010 e 2011, ou 1,28% do PIB. As receitas cresceram à taxa de 5,4% em 2010 e de 8,1% em 2011, mas as despesas cresceram à taxa de 6,1% em 2010 e apenas 1,7% em 2011. O crescimento das despesas foi pequeno, mas ainda assim mascara o tamanho da austeridade e a mudança no perfil do gasto público. Em termos reais, o investimento público caiu 13,4% (ou R\$8,6 bilhões), o gasto com pessoal caiu 0,7%, o gasto em custeio nada cresceu e o investimento das empresas estatais caiu 8,6%.(BASTOS, 2017, p.19).

As consequências das decisões e econômicas repercutiram nas questões sociais. O que foi um prato cheio para outra frente de classe, aquela do campo político neoliberal puro e duro, cujas propostas de política econômica prejudicam interesses de grupos econômicos brasileiros integrantes da burguesia interna, isto é, redução dos investimento das estatais e/ou suas compras pelas empresas estrangeiras, abertura comercial ampla e alinhamento passivo com os Estados Unidos (BOITO 2013). Posto isto, vimos em junho de 2013 grandes manifestações quando a população saiu às ruas reivindicando a diminuição dos aumentos das passagens, em várias cidades do Brasil, e que, posteriormente, se estenderam para mais saúde e educação, ou seja: mais e melhores serviços públicos.

Uma pesquisa nacional realizada pelo Ibope durante as passeatas do mês de junho de 2013 mostrou que os problemas mais citados pelos manifestantes eram a saúde (78%), a segurança pública (55%) e a educação (52%). Ademais, 77% dos entrevistados mencionaram a melhoria do transporte público como a principal razão dos protestos. Estamos diante de um autêntico processo de mobilização do proletariado precarizado em defesa tanto de seus direitos à saúde e à educação públicas e de qualidade quanto pela ampliação de seu direito à cidade.(BRAGA, 2013, p.82)

Porém, precisamos ressaltar que as manifestações tiveram diversas outras pautas como, por exemplo, arquivamento de uma Proposta de Emenda Constitucional de número 37 (mudança na lei que tiraria o poder de investigação do Ministério Público passando a atividade para polícia judiciária), gastos públicos com a Copa das Confederações FIFA de 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014, além da pauta genérica contra a corrupção. O jornal Folha de São Paulo nos informa, a partir de pesquisa realizada pelo Datafolha, em 20 de junho de 2013, que metade dos entrevistados citaram a corrupção como a principal bandeira das manifestações em São Paulo. Em seguida, viria a queda nas tarifas (32%), contra os políticos (27%), melhora na qualidade do transporte (19%) e contra a PEC 37 (16%). Justificam ainda que o valor poderia porque os entrevistados puderam citar mais de um motivo.<sup>24</sup>

As consequências destas manifestações no governo Dilma fizeram com que ela se movimentasse rapidamente. No dia 24 de junho de 2013, a presidenta se reuniu com 26 prefeitos e os 27 governadores dos estados Brasileiro informando que iria enviar o pedido de um plebiscito que autorizaria uma constituinte para fazer uma reforma política. Além dessa proposta, surgiu a de construção de “5 pactos pelo Brasil” como foi denominado por ela. Este pacto constituiu-se das seguintes propostas: pacto pela responsabilidade fiscal, pacto pela reforma política que incluía o plebiscito, pacto pela saúde, pacto pelo transporte público e pacto pela educação pública<sup>25</sup>.

A pauta da reforma política, via constituinte, foi desconsiderada no dia seguinte, mas várias outras propostas que o governo lançou naquela época tiveram resultados efetivos, como a aprovação pelo Senado do projeto de lei que definiu a corrupção como crime hediondo. Acâmara dos deputados aprovou um projeto que proíbe o voto secreto em votação para cassação de legisladores que fossem acusados de irregularidades, como também, a lei que destinava 75% dos royalties petrolíferos à educação e 25% a saúde. O projeto de Emenda constitucional conhecido como PEC 37 é arquivado

A Copa das Confederações da FIFA de 2013 se encerrou, os pleitos como redução das tarifas foram atendidas, aconteceu o arquivamento da PEC 37, aprovação dos royalties do petróleo para educação e saúde foram aprovados, e ocorreu o lançamento do programa mais

---

<sup>24</sup>Corrupção é principal motivação de manifestantes em SP, diz Datafolha. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1299344-corrupcao-e-principal-motivacao-de-manifestantes-em-sp-diz-datafolha.shtml>> Acesso em 21/10/2018

<sup>25</sup>Dilma quer plebiscito que autorize Constituinte para reforma política. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/24/dilma-anuncia-que-vai-pedir-plebiscito-por-reforma-politica.htm>> Acesso em 25/10/2018

médicos<sup>26</sup> e ausência de pautas mais específicas fizeram com que as manifestações se arrefecessem, conseguindo maior fôlego para que o governo terminasse o ano de 2013 sem maiores atribuições<sup>27</sup>.

### 3.2 O empresariado e a crise econômica

Neste trabalho, utilizamos tanto fontes secundárias quanto fontes primárias para embasar nossa pesquisa.. Nosso objetivo é identificarmos as reivindicações, ações políticas e posicionamentos destes atores e, a partir disso, ratificarmos a ideia da existência de uma frente neodesenvolvimentista que atuou até dezembro de 2015. Enquanto havia ressonância dos interesses das várias empresas que compunham a burguesia interna e a FIESP era um de seus principais representantes, suas demandas eram atendidas pelos governos federais. E que, posteriormente, foram se afastando ao ponto de financiarem ações que estimularam o golpe sobre a presidenta eleita.

A grande burguesia interna brasileira, (...) é composta pelo grande capital nacional, por empresas estatais e, ocasionalmente, por empresas multinacionais. É uma fração heterogênea que reúne diversos setores, como a indústria de manufaturados, empresas de construção civil, empresas do agronegócio, empresas estatais, mineradoras, entre outros.(ASSUMPÇÃO, 2014, p.2)

Boito (2013) defende que entre os anos de 2006 a 2012 o campo da burguesia interna grassou sob o governo e que a burguesia compradora, fração de classe neoliberal, permaneceu na defensiva. Contudo, devido ao prolongamento da crise internacional em 2011 e às medidas políticas tomadas pelo governo Dilma que não obtiveram êxito para o crescimento econômico brasileiro, o ano de 2013 foi o início da ofensiva restauradora da burguesia compradora e da busca pela hegemonia deste bloco no poder para pautar o governo Dilma.

Em março de 2014, a inicia a investigação, denominada Operação Lava-Jato. Posteriormente, neste mesmo ano em outubro, tivemos o período eleitoral em que a presidenta

---

<sup>26</sup> Protestos perdem força no 7 de setembro. Disponível em <<https://www.blogdokenedy.com.br/protestos-perdem-forca-no-7-de-setembro/>> Acesso em 12/11/2018

<sup>27</sup> Conquistas no Congresso e no STF não diminuem protestos. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/conquistas-no-congresso-e-no-stf-nao-diminuem-protestos/>> Acesso em 28/10/2018

Dilma foi reeleita na disputa eleitoral mais acirrada da história brasileira<sup>28</sup>. Neste ínterim, os números econômicos brasileiros não demonstraram maiores avanços. Bastos (2017) ressalta que houve uma queda no investimento industrial e que a taxa de lucratividade das indústrias de transformação caiu entre os anos de 2011 e 2014. Para os empresários especificamente, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), houve queda generalizada entre as margens de lucros em 2012, havendo leve melhora em 2013 e queda novamente em 2014<sup>29</sup>. A taxa de investimento em relação ao PIB, na cadeia industrial, manteve-se quase estável em 20% do PIB entre os anos de 2010 e 2014.

A desaceleração cíclica de 2014 foi reforçada pelo impacto do ciclo de elevação de taxas de juros iniciado em abril de 2013 depois da elevação do estoque de dívidas com imóveis e bens duráveis, encarecendo sua rolagem. O consumo das famílias continuou desacelerando para crescimento de 2,3% em 2014 (3,5% em 2012 e 3,6% em 2013), sobretudo para bens de mais alto valor agregado, apesar do aumento de 4,1% da massa salarial real.(BASTOS, 2017, p.25).

O endividamento das famílias naquele período apresentam uma significativa diminuição, repercutindo tanto no investimento empresarial para formação bruta de Capital, ou seja, capital que se destina a ampliação na capacidade de produção e circulação de bens e serviços, quanto no consumo das famílias que deixou de crescer também, tendo em vista a necessidade de não mais consumir, mas pagar as dívidas contraídas em períodos anteriores.

Além desse determinante cíclico, dados do cadastro (CAGED) do Ministério do Trabalho mostram que a estrutura do mercado de trabalho se deteriorou ao longo da desaceleração, tendo o mercado gerado (liquidamente) empregos exclusivamente abaixo de 1,5 salário mínimo em 2013 e 2014 (e apenas até dois salários mínimos em 2011 e 2012), com impactos significativos sobre a capacidade de endividamentodas famílias em cenário de forte aumento da rotatividade. Segundo a PNAD-IBGE, o ramo que paga melhores salários, a indústria de transformação, chegou a ocupar 13,1 milhões de trabalhadores em 2008 (14,5% do total de empregos), partindo de 8,2 milhões em 1999 (11,6% do total de empregos) e 10,6 milhões em 2002 (13,7% do total de empregos), mas caiu para 12 milhões em 2013 e 2014 (12,7% e 12,4% do total de empregos) (BASTOS, 2017, p.25)

Assim, o empresariado brasileiro, que consideramos compositores da burguesia interna e que tem na FIESP uma grande vocalizadora dos seus interesses, começa a se afastar do

---

<sup>28</sup> Na disputa mais acirrada da história, Dilma e reeleita presidente do Brasil. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1537894-dilma-e-reeleita-presidente-do-brasil.shtml>> Acesso em 27/06/2019.

<sup>29</sup> Custo pressionou indústria em 2012 e reduziu margem de lucro. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral.custo-pressionou-industria-em-2012-e-reduziu-margem-de-lucro.147198e>> Acesso em 29/06/2019

governo Dilma para se aproximar da burguesia compradora, fração de classe neoliberal e integrada ao capital financeiro internacional. Juntos, eles vão tentar pautar outra política econômica que os favorecessem.

### **3.3 Enfrentamento da fração de classe integrada ao grande capital financeiro**

Acreditamos na ideia de que os Governos Lula e Dilma estiveram coligados majoritariamente a uma fração de classe, burguesia interna, que produzia hegemonia para suas pautas. Contudo, conforme já destacamos, por mais que a fração atendida nos governos Lula e Dilma tenha sido a da burguesia interna, em todos seus períodos, mantiveram os objetivos do capital financeiro inabaláveis.

A confirmação desta informação se dá quando pensamos que, desde 2002, quando Lula assinou a “Carta ao Povo Brasileiro” em que se comprometia em respeitar, preservar e praticar o tripé macroeconômico que é caracterizado pela livre mobilidade internacional de capitais com câmbio flutuante, política monetária baseada por metas de inflação e superávit primário.

Esta política favoreceu consideravelmente a burguesia compradora, fração de classe coligada ao grande capital financeiro internacional, tendo sido beneficiada durante todo este governo devido a estas definições, contudo, vale ressaltar, conforme nossa perspectiva, que os interesses que mais foram atendidos tanto pelo governo Lula quanto pelo governo Dilma foram os da burguesia interna.

Contudo, houve um período no governo Dilma, que se inicia em setembro de 2011 e que se seguiu até outubro de 2012, de redução gradativa da SELIC- passando de 12,5% para 7,25% ao ano, mantendo-se neste patamar até abril de 2013. Que a política que vinha sendo executada mudou e, desse modo, afetou diretamente os interesses do grande capital financeiro.

Medidas como pressões sobre os bancos privados para diminuírem suas taxas de lucros, devido à lógica concorrencial, suportada pelos bancos públicos comerciais, que baixaram as taxas de juros e que passaram a oferecer créditos mais baratos para população, além da mudança da regra da poupança em maio, foram outras medidas tomadas pelo governo no primeiro semestre de 2012 para atingirem seu objetivo que era a redução do juros e diminuição do ganho através da especulação financeira.

Dilma Rousseff foi eleita em 2010 no contexto de uma economia que se recuperava com êxito dos efeitos da crise financeira global de 2008 e em um cenário de grande otimismo. Embora seu projeto de governo não fosse explicitado na campanha, seu objetivo principal logo ficaria claro: senão eliminar, *minimizar o rentismo* com a dívida pública como meio sistemático de acumulação de capital. Isso significa questionar o *poder estrutural* do capital financeiro na determinação das taxas de juros e câmbio, rompendo o pacto conservador formado pelo governo Lula em 2003. Isso seria uma grande mudança estrutural (BASTOS, 2017, p.17)

Neste contexto, Dilma se distanciou da política anterior do Governo Lula, pois começou uma luta contra o setor rentista, núcleo duro do capital, representado pela fração de classe compradora que Singer (2015) chamou de “batalha do spread<sup>30</sup>” e que Bastos (2017) denominou de “guerra dos juros”. “Enquanto Lula foi não confrontacionista, Dilma decide entrar em combates duros. Ao reduzir os juros e forçar os spreads para baixo, tensionou o pacto estabelecido com o setor financeiro”. (SINGER, p.51, 2015).

Dilma politiza o tema, alegando ser prioridade do governo a redução do spread e que era “tecnicamente difícil explicar a taxa e é necessária uma discussão”<sup>31</sup>, diminuindo o ganho dos bancos, para, assim, facilitar o acesso de empresas e famílias ao crédito no Brasil.

Singer (2015) trouxe um pronunciamento da presidenta no dia 30 de abril de 2012, discurso referente ao 1º de maio, em que, para ele, demonstrava o quanto o tema estava sendo politizado por seu governo quando ela disse: “É inadmissível que o Brasil, que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais altos do mundo” e falou mais: “Não vamos abrir mão de cobrar com firmeza de quem quer que seja que cumpra o seu dever”, ele cita, ainda, posicionamentos do Ministério da Fazenda em boletim de fevereiro de 2012, e do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, em audiências públicas.

Neste período, houve apoio, por exemplo, de grandes empresários como Benjamin Steinbruch, 1º vice-presidente da FIESP, em matéria publicada pelo jornal folha de São Paulo em que defendia a entrada do Brasil naquele contexto “na era dos juros civilizados”<sup>32</sup>.

O argumento de que a financeirização do capitalismo e a formação de grupos multifuncionais aboliu inteiramente a distinção entre frações do capital não é

<sup>30</sup>Spread é a taxa adicional de risco cobrada no mercado financeiro ou a diferença entre o custo de captação do dinheiro pelos bancos no mercado e os juros cobrados pelos bancos nos empréstimos aos clientes. Ver Paulo Sandroni (org.), *Dicionário de economia* (São Paulo: Best Seller, 1989, p. 298)

<sup>31</sup>Para facilitar crédito, Dilma defende diminuição do 'spread' bancário. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/para-facilitar-credito-dilma-defende-diminuicao-do-spread-bancario.html>> Acesso em 28/06/2019.

<sup>32</sup>País diferente”. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2012/10/1166305-pais-diferente.shtml>> Acesso em 28/06/2019

convicente, porque a FIESP e várias organizações empresariais apoiaram a redução da taxa de juros em 2011 (e o capital bancário não) (BASTOS, 2017, p.29)

Toda ação gera uma reação. E rapidamente a fração de classe integrada ao grande capital internacional se posicionou contrariamente as políticas do governo, pois os bancos privados representados pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), em 10 de abril de 2012, apresentaram uma lista de vinte reivindicações para reduzir os spreads. O que fez com que o governo não cedesse, demonstrando tecnicamente que as reivindicações eram inaceitáveis para eles.

Guido afirma que “em vez de apresentar soluções, anunciando aumento de crédito, [a Febraban] veio fazer cobrança de novas medidas do governo. Se os bancos são tão lucrativos, e isto está nos dados, eles têm margem para reduzir a taxa de juros e aumentar o volume do crédito”. Como se não bastasse: “Existem condições para que os bancos brasileiros deixem de ser os campeões de spread do mundo. Eles deveriam também baixar a taxa de juros. Existe possibilidade para isso. A lucratividade dos bancos tem sido muito elevada. No ano passado, os bancos brasileiros foram entre os mais lucrativos do mundo”. Para que não houvesse dúvida, mostrou os números: “A taxa de captação [quanto as instituições pagam pelos recursos] é de, no máximo, 9,75% ao ano. Estão captando a 9,75% e emprestando a 30%, 40%, 50% ou 80% ao ano dependendo das linhas de crédito. Essa situação não se justifica”(SINGER, 2015, p.52)

O governo Dilma, através do Ministério da Fazenda e do Banco Central, manteve esta política de diminuição das taxas de setembro de 2011 a abril de 2013 totalizando 18 (dezoito) meses, porém a pressão pela mudança e a escalada da taxa Selic foi retomada pouco depois, cedendo a pressões impostas pela fração de classe compradora. Consolidando o sucesso do mercado financeiro ao pressionar o Banco Central

(...) a reação dos representantes ideológicos do capital financeiro apresentou-se como meramente técnica e não como profundamente política, recorrendo ao controle de meios de comunicação para taxar o governo de “irresponsável tecnicamente” e “politicamente populista”, deslegitimando o ataque de Dilma Rousseff aos banqueiros e colocando-a na defensiva. De fato, Dilma não só abusou de pronunciamentos que pareciam querer jogar a população contra os bancos comerciais ou cortar o elo político entre o capital bancário e outras frações da burguesia, mas recorreu a uma política agressiva de ocupação de mercado por bancos públicos que lideraram a redução de juros nos empréstimos pessoal e empresarial. (BASTOS, 2017, p.28)

Uma das suposições que temos sobre o esgaçamento da frente neodesenvolvimentista é sobre o embate surgido entre a fração de classe compradora, que até antes de setembro de

2011 não havia sido incomodada, e o governo Dilma que devido a política implementada de tentar minimizar o rentismo e afetar o poder estrutural do capital financeiro, conquistou um inimigo poderoso entre as trincheiras de batalha que o governo enfrentava.

As jornadas de junho<sup>33</sup>, tinham como objetivo a redução das passagens, mas tomaram outros rumos, conforme apresentado anteriormente neste trabalho, contribuindo, dessa forma, para pressionar o governo a atender as demandas pautadas pela fração de classe integrada ao capital financeiro internacional.

Em junho de 2013, o cerco rentista recebe inesperado reforço proveniente das ruas. O caráter contraditório das manifestações de junho, iniciadas pela esquerda e engrossadas pelo centro e pela direita de maneira inusitada, elevou a rejeição à presidente, obrigando-a ceder mais alguns metros de terreno. Embora o ativismo estatal na economia praticado por Dilma não estivesse diretamente em pauta, os segmentos envolvidos, futuros votantes de Marina Silva e Aécio Neves, acabaram por reforçar a onda em favor de reformas liberalizantes que iam na direção contrária. (SINGER, 2015, p.56)

Singer (2015) relata algumas das medidas que o governo tomou que favoreceram a fração de classe compradora (rentista) fruto das pressões exercidas por estas mobilizações, jornadas de junho, diante do Governo Dilma.

Nos meses seguintes, além do aumento contínuo dos juros, o corte no investimento público, o aumento da taxa de retorno nas concessões, a diminuição das restrições ao capital especulativo e as privatizações na área de transportes iriam pontilhando a volta atrás (SINGER, 2015, p.54)

Para o governo Dilma, estas ações mitigavam o ataque dos interesses rentistas e seus representantes ideológicos contra sua administração. E é neste contexto que começamos a ver as ligações entre frações de classes com interesses distintos voltarem a se coligar, pois, conforme Bastos (2017) afirma, estas políticas teriam reativado o bolsa-rentista sem desativar o bolsa-empresário. Para embasar estas afirmações, ele traz algumas explicações consistentes

Primeiro, empresas não bancárias também dispõem de aplicações financeiras que, em tese, podem compensar a queda de rentabilidade dos investimentos produtivos, sobretudo sempre que as vendas caíam quando os juros aumentam. Dessa vez, contudo, a estratégia de diversificação não oferecia segurança, porque o ritmo de vendas e a taxa de juros caíam juntos, gerando pressões simultâneas sobre a lucratividade industrial e financeira. Para empresas com saldos ociosos que não encontram oportunidades de investimento produtivo por causa da conjuntura incerta

---

<sup>33</sup> 20 centavos: livro resgata e discute as jornadas de junho. Disponível em <<https://www.brasildefat.com.br/node/27279/>> Acesso em 22/06/2019

ou recessiva, não há melhor subsídio público do que poder aplicá-los em títulos da dívida pública com juros elevados e risco nulo. (BASTOS, 2017, p.30)

E acrescenta

(...) há empresas que não precisam de juros baixos nos bancos comerciais, pois não dependem de empréstimos privados, tendo fundos líquidos ou acesso prioritário ao crédito público subsidiado. Afinal, melhor do que ter acesso a subsídios creditícios é tê-los exatamente quando os juros dos títulos públicos oferecem bons ganhos de arbitragem, como parte do empresariado aprendeu com a “ciranda financeira” patrocinada por Mário Henrique Simonsen nos anos 1970.(BASTOS, 2017, p.30)

Singer (2015), seguindo o raciocínio do amálgama entre as empresas de capital produtivo e de capital especulativo, acrescenta nesta perspectiva as relações entre os setores da burguesia interna vinculada ao setor industrial produtivista e a fração burguesa compradora (rentista) e de como elas estão cada vez mais inter-relacionadas e o quanto isso pode ter impactado nas decisões destes setores em um período de crise econômica para pautarem o governo para decisões que os favorecessem para manutenção das suas taxas de lucratividade.

De um lado, a financeirização do capitalismo teria levado à mistura entre capital da indústria e das finanças. Inúmeras rubricas produtivas caíram sob o controle de bancos e fundos de investimento. De outro, de acordo com o economista Guilherme Mello, “após décadas de taxas de juros irrealistas, o conjunto do empresariado brasileiro, seja ele produtivo ou financeiro, imiscui-se em atividades puramente rentistas, se valendo da certeza de ganhos elevados em investimentos seguros e de elevada liquidez (SINGER, 2015, p.65)

Isso nos ajuda a explicar o porquê de a FIESP, no período de retração que o país entrara, por exemplo, defender a redução na taxa de juros anteriormente e, agora, não se posicionar contrariamente à retomada na elevação dos juros. Enquanto o industriário almeja menor taxa de juros e crédito barato, o investidor financeiro necessita de juros altos para incidirem sobre os valores de suas aplicações.

Quando postos na balança: crescimento econômico, geração de emprego e baixa lucratividade e, em oposição, estagnação econômica, retração na economia, diminuição nos postos de empregos, porém alta lucratividade mediante especulação financeira. Não tenham dúvida, que racionalmente, o capitalista (industriário ou financista) escolherão pela segunda opção, ou seja, a que forneça maior lucratividade para eles.

Portanto, temos os interesses das diversas frações de classe sendo afetados pela política de combate aos juros elevado, fazendo com que, com isso, houvesse união na pauta destas

frações para combaterem o governo e, assim, se dava inicialmente, devido a adesão também da burguesia interna a estas demandas, o esgaçamento da frente neodesenvolvimentista.

### 3.4 Intervencionismo estatal enquanto inimigo comum

Houve outras situações que fizeram as frações da burguesia interna e compradora se aproximarem durante o primeiro mandato da presidenta Dilma Rouseff.

Em janeiro de 2013, o governo anunciou uma medida que impactaria na redução da conta de luz dos trabalhadores e dos empresários, a proposta de reduzir o custo da produção através da diminuição da taxa de energia elétrica foi feita atendendo a campanha organizada pela FIESP<sup>34</sup>. E que teve como resultado o anúncio feito por Dilma em cadeia nacional que Singer (2015) reproduz

É a primeira vez que isso ocorre no Brasil [redução na conta de luz], mas não é a primeira vez que o nosso governo toma medidas para baixar o custo, ampliar o investimento, aumentar o emprego e garantir mais crescimento para o país e bem-estar para os brasileiros. Temos baixado juros, reduzido impostos, facilitado o crédito e aberto, como nunca, as portas da casa própria para os pobres e para a classe média. Ao mesmo tempo, estamos ampliando o investimento na infraestrutura, na educação e na saúde e nos aproximando do dia em que a miséria estará superada no nosso Brasil[,] (SINGER, 2015, p.53)

Porém essa medida repercutiu negativamente entre as frações de classe, porque a intervenção do governo no setor elétrico aproveitando a conclusão dos contratos de concessão de energia elétrica para negociar a redução da taxa de retorno das concessionárias no final de 2012 afetou diretamente o lucro dessas empresas e este processo pareceu aos empresários como sendo a concretização de um ativismo estatal sobre as políticas de preços dos produtos e, conseqüentemente, sobre o lucro das empresas.

O que fez com que parte do empresariado próximo ao governo federal fosse se distanciando gradualmente e se reaproximasse da fração de classe compradora.

Apesar das evidentes convergências, os industriais, para surpresa de muitos, foram progressivamente se afastando de Dilma, alinhando-se lenta e continuamente ao bloco rentista de oposição. Cresceu entre eles a ideia de que se tratava de mandato “intervencionista”, que inviabilizava os investimentos e não criava

---

<sup>34</sup> Em documento denominado “Por um Brasil com Juros Baixo: Mais Produção e Emprego” assinado em conjunto com outras organizações empresariais e centrais sindicais, entregue ao governo em 2011, e que depois de atendido, louvado pela FIESP, conforme demonstrado anteriormente neste trabalho

confiança. O irônico é que a intervenção, que de fato houve, visava atender aos próprios industriais.(SINGER, 2015, p.59)

A fração de classe compradora (rentista), aquela integrada ao grande capital financeiro, utilizou-se de todo seu arsenal midiático e institucional como corporações multinacionais, instituições como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, agências internacionais de risco, bancos estrangeiros para influenciar a opinião pública de que o governo era incompetente administrativamente e que, por isso, era necessário o governo diminuir o consumo e reduzir os gastos públicos, considerados desgovernados, para que não houvesse uma crescida na inflação e que deixasse o “Mercado” exercer sua liberdade e atuar livremente.

A receita para evoluir: diminuir gastos do Estado, reduzir o valor das aposentadorias, cortar impostos, reformar as leis trabalhistas e aumentar as privatizações. O *Financial Times*, em março de 2013, publica artigo de página inteira no qual denuncia que o Brasil voltava ao intervencionismo do passado. Segundo o jornal, Dilma buscava “se intrometer em vários setores, desde energia a telecomunicações, numa mistura de incentivos e punições, com ações que vão desde incentivos tributários a medidas para forçar os produtores a baixar os preços”(SINGER, 2015, p.55)

O governo Dilma reconheceu equívoco na condução da economia durante sua gestão entre março de 2011 a abril de 2013, conforme matéria do Valor Econômico, pois imaginaram que depois da redução da SELIC que foi de 12,5% para 7,25% ao ano e renúncia fiscal em torno de R\$30 bilhões, devido a desonerações de folhas de pagamento, acreditaram que haveria um maior investimento do setor privado na economia brasileira coisa que não veio. Os empresários tiveram queda nos lucros das empresas, pela redução dos juros, e recuperação de margem de lucro com a desoneração. As medidas geraram desconfiança entre os empresários e para o governo enquanto prosperar desconfiança, não haverá crescimento sustentável<sup>35</sup>.

Sabendo destas fragilidades e tendo resultados econômicos fracos a fração compradora (rentista) aumentou as críticas ao intervencionismo estatal alimentando a desconfiança dos investidores internacionais quanto ao rumo do país. Fracasso da política industrial e baixo crescimento econômico foram um prato cheio para continuidade e aprofundamento das ações contra o governo.

---

<sup>35</sup> Dilma agirá para abrandar a desconfiança de empresários. Disponível em <<http://www.abfac.com.br/artigos/mercado/dilma-agira-para-abrandar-a-desconfianca-de-empresarios>> Acesso em 01/07/2019

Vale salientar que o governo havia entrado num embate com a fração de classe compradora, conforme relatamos em outro subitem deste capítulo, “batalha do Spread” e que havia saído vitorioso. A vitória desta batalha deixou consequências, pois, ao nosso ver, naquele contexto, o governo para sair vitorioso, daquela batalha, precisou se posicionar publicamente e politicamente contra os ganhos dos rentistas trazendo dados técnicos que, historicamente, nunca eram utilizados para, assim, não haver argumento contrário a redução dos lucros dos bancos, por exemplo, e teria sido agora neste momento em que aqueles setores se posicionaram cobrando aquela vitória e, com isso, estavam articulando setores da fração da burguesia interna para se contraporem ao governo nesta contraofensiva.

parecia haver o interesse de barrar o avanço político de uma presidente que cometeu o pecado de politizar e mobilizar apoio popular, por exemplo, em declarações públicas no Primeiro de Maio de 2012 sobre uma questão distributiva essencial para uma fração do capital, que sempre pareceu terreno da neutralidade técnica: afinal, depois do ataque público aos *spreads* bancários, quem seria o próximo a sofrer um ataque “arbitrário” do governo? Ou seja, a solidariedade de classe contra a intervenção estatal “populista” voltada ao “macro gerenciamento” de margens de lucro setoriais pode ter tido importância aqui. (BASTOS, 2017, p.30)

Agora as frações de classe por mais que tivessem divergências internas se coligaram para combater o que entendiam ser um governo intervencionista que pudesse prejudicar seus interesses como a modicidade tarifária<sup>36</sup> como fora aplicado no setor elétrico no momento da renovação das concessões.

Ao núcleo rentista (interno e externo), insatisfeito desde a “batalha do spread”, foram se juntar, sucessivamente, os importadores, descontentes com a desvalorização do real e as barreiras aos produtos importados, as empreiteiras, descontentes com a “modicidade tarifária”, as “elétricas”, insatisfeitas com a mp 579, os grupos prejudicados com o aumento da competição no setor portuário, os produtores de álcool, pela baixa competitividade do etanol em virtude da opção por segurar o preço e retirar as Contribuições de Intervenção no Direito Econômico (Cide) da gasolina, o agronegócio em geral, desconfiado de que tenderia a ser mais tributado, os setores da indústria automotiva descontentes com as dificuldades de importação, as empresas aéreas insatisfeitas com as novas regras vigentes nos aeroportos, as empresas de celular punidas por falta de investimento (SINGER, 2015, p.67)

Portanto, vemos, com isso, as frações da burguesia interna e compradora se utilizaram de discursos, em uníssomo, como incompetência administrativa, autoritarismo,

---

<sup>36</sup> A observância do princípio da modicidade tarifária no momento de fixação, revisão ou reajuste de tarifas de serviços públicos é um direito subjetivo do usuário de ter assegurado o seu acesso ao serviço público, seja ele prestado direta ou indiretamente pelo Estado. Disponível em <<https://jus.com.br/amp/artigos/25342/1>> Acesso em 29/06/2019

intervencionismo, arbítrio e corrupção para se juntarem e irem de encontro ao projeto que o governo tentava implementar para o Brasil.

### 3.5 Política externa e o enfraquecimento da política sul-sul

O contexto de crise econômica de 2008 gerou consequências negativas para as economias do mundo inteiro afetando tanto países da Europa, Ásia quanto das Américas do Norte, Central e do Sul. Ou seja, foi uma crise de proporções globais. Fernando Henrique Cardoso trouxe numa coluna de opinião no jornal Estadão discutindo que, com isso, o mundo estaria entrando em uma nova geopolítica ao qual vivenciaríamos um polo Chinês-asiático e outro americano. E que, por isso, o Brasil precisaria se posicionar optando entre um ou outro polo para obter alguma vantagem comercial advinda desta nova estrutura comercial mundial.<sup>37</sup>

E Singer (2015) utiliza-se desta opinião para embasar seu argumento quanto a receptividade de parcela considerável do empresariado industrial brasileiro sobre o posicionamento quanto aos acordos comerciais internacionais e com quem o governo deveria se relacionar preferencialmente.

A análise de Cardoso está em linha com o que se vem discutindo na ttip, sigla em inglês para Transatlantic Trade and Investment Partnership, algo como Parceria Transatlântica sobre o Comércio e o Investimento. A ttip é um “acordo de livre-comércio negociado desde julho de 2013 pelos Estados Unidos e pela União Europeia, visando criar o maior mercado do mundo, com mais de 800 milhões de consumidores”<sup>117</sup>. Seria a saída do Ocidente, diante da irresistível ascensão do par China-Índia. (...) Ao que parece, a iniciativa da ttip encontrou boa repercussão nos meios industriais brasileiros. Pedro Passos, presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), que vem se batendo pela reinclusão do Brasil nas cadeias produtivas globais, argumenta que “o isolamento internacional do Brasil poderá se aprofundar caso o país não se integre à tendência de mega acordos, desencadeada em 2011 com o lançamento da tpp (Trans-Pacific Partnership), que envolve Estados Unidos e outros onze países de três continentes, e com a ttip (Transatlantic Trade and Investment Partnership), reunindo eua e União Europeia (SINGER, 2015, p.64)

Ademais, a balança comercial brasileira sofreu consideravelmente com a queda dos preços das commodities, fruto da crise internacional, além da redução do crescimento chinês, que demandava muitas commodities. Todavia, neste período, não tínhamos apenas os

---

<sup>37</sup> Sem disfarce nem miopia. Disponível em <<https://opinião.estadao.com.br/noticias/geral,sem-disfarce-nem-miopia-imp-,1003753.amp>> Acesso em 30/06/2019

chineses como grandes compradores dos nossos produtos, mas também, tínhamos o mercado latino americano como outro grande mercado que teve retração devido a crise e que afetou significativamente as contas do governo Dilma naquele contexto.

A perda de participação nos mercados em desaceleração na América do Sul ajuda a explicar o declínio do entusiasmo da indústria brasileira e, em particular, da FIESP em relação à integração comercial sul-americana valorizada pelos governos liderados pelo PT, e o elogio de acordos bilaterais extrabloco valorizados pelo PSDB que, supostamente, integrariam melhor a indústria brasileira nas cadeias globais de valor. (BASTOS, 2017, p.26)

Singer (2015) corrobora seu entendimento trazendo posicionamentos de representantes da indústria que dialogam com a compreensão de Bastos sobre a guinada de parcela da fração de classe burguesa que compunha a frente neodesenvolvimentista.

Vale recordar que, em 2003, os setores adiantados da indústria brasileira haviam apoiado a orientação lulista de bloquear a Alca e investir no relacionamento Sul-Sul, criando vínculo privilegiado com o Mercosul e a China. No final de 2013, entretanto, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade, falando a empresários norte-americanos em Denver, afirmou que o Brasil deveria fechar acordo de livre-comércio com os Estados Unidos, deixando o Mercosul em segundo plano(SINGER, 2015, p.64)

E aprofunda trazendo os posicionamentos de dois ministros da presidenta Dilma

De acordo com a visão ocidentalista, o Mercosul não seria suficiente para tirar o Brasil do isolamento. Não por acaso, dois ministros de Dilma 2 emitiram em 2015 declarações contra o Mercosul e a favor de reaproximação com os Estados Unidos. Roberto Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, afirmou que “o Mercosul é um corpo sem espírito” e que com os Estados Unidos “podemos fazer acordos sob vários aspectos”. Armando Monteiro, ministro do Desenvolvimento e ex-presidente da CNI, disse que os Estados Unidos “representam a maior oportunidade para o incremento das exportações brasileiras” e defendeu não ficar amarrado só ao Mercosul (SINGER, 2015, p.64)

Vale destacar, também, as questões políticas em que os países Sul-americanos encontram-se envoltos, como, por exemplo, a Venezuela e as vinculações que poderiam ser atreladas devido as parcerias comerciais existentes. Havendo, assim, parcela considerável dos industriários, medo do isolamento pelos parceiros comerciais estadunidenses ou europeus. Por isso, preferiram se afastar para tentarem obter acordos transcontinentais com estes blocos econômicos.

Segundo esclarece o presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, “mudamos o posicionamento. Há dez anos

éramos refratários. [...] Agora estamos isolados, o Brasil está fora das cadeias de valor, *daqui a pouco estaremos parecidos com países da antiga Cortina de Ferro*” (SINGER, 2015, p.64)

Logo, autores como Assumpção (2014), Singer (2015), Boito (2016) e Bastos (2017) coadunam da ideia que houve uma fração de classe que esteve mais próxima dos governos Lula e Dilma e que, posteriormente, foram se afastando, no governo Dilma, quando não viam mais condições de terem seus interesses atendidos pela administração federal.

Ao longo do ano de 2015, diversas associações empresariais que apoiavam os governos do PT foram, segundo levantamento que estamos realizando, passando para o campo neoliberal ortodoxo. O caso mais importante e notório é o da Fiesp, que, após apoiar os sucessivos governos do PT, tornou-se a vanguarda do golpe institucional no meio empresarial.(BOITO, 2016, p.28)

## CAPÍTULO 4

### O PAPEL DA FIESP NO GOLPE DE 2016

Neste trabalho, temos tentado mostrar como se deram as relações existentes entre os governos Lula e Dilma e as frações de classes existentes no Brasil. E, especialmente, como uma fração, que possuía a FIESP como uma das grandes vocalizadoras de seus interesses, foi beneficiada no decorrer daqueles governos, mas mudou de posicionamento a partir de dezembro de 2015. Isto é, a FIESP mudou de apoiadora dos governos citados à crítica e financiadora de campanhas para sua destituição.

Para este momento, se faz necessário trazermos fundamentos sócio-históricos que nos ajudem a compreender como se deu a construção societária brasileira. Em outros termos, precisamos entender como, em contextos passados, uma parcela da população se comportou e atuou em condições relativamente parecidas. Para isso, utilizaremos as ideias de Fernandes para fazermos alguns paralelos e mostrarmos como a burguesia brasileira, que se subdivide em frações de classes, se aliam endogenamente para terem seus interesses garantidos e perpetuarem seus ganhos.

Mostraremos como os ganhos sociais da parcela da população mais carente, em outros momentos históricos, também fizeram com que houvesse aproximação entre as frações da burguesia. Assim, as rupturas democráticas permitiram garantir o controle sobre o Estado brasileiro e, conseqüentemente, sobre a sociedade brasileira.

O papel de preconceito de classe é fundamental para arregimentar parcelas da população e alimentar o ódio sobre diferentes grupos. De tal modo, trazer à baila questões moralizantes serve para fundamentar um discurso de combate à corrupção como legítimo, à medida em que fortalece os interesses das classes burguesas, agora temporariamente unificadas, para se perpetuarem no poder.

A FIESP enquanto representante de uma parcela da burguesia interna e grande influenciadora das políticas estatais dos governos Lula e Dilma, cumpriu um papel fundamental em distorcer os fatos para influenciar e angariar apoio popular para deposição da presidenta eleita Dilma Rousseff. Através de suas ações junto aos manifestantes da Avenida Paulista e mediante os gastos com publicidades nos meios de comunicação ajudou no fortalecimento do impeachment.

Pretendemos mostrar que, historicamente, o discurso sobre a corrupção foi utilizado em outros momentos pela burguesia brasileira para legitimar ações antidemocráticas e barrar avanços sociais. Mas, tanto no passado quanto no presente, esse discurso tem sido utilizado seletivamente para combater governos que favoreceram parcelas mais populares da sociedade brasileira, prejudicando o combate a desigualdade social.

#### **4.1 Comparações históricas**

Nossas análises se constituem de difícil apreciação porque, além da contemporaneidade e, conseqüentemente, da falta de recuo histórico, há a complexidade dos comportamentos tanto da economia internacional e nacional, quanto dos diversos atores políticos, isto é, frações da burguesia.

Os governos Lula e Dilma pactuaram com as frações de classe da burguesia compondo uma frente neodesenvolvimentista que teve como hegemônica a fração da burguesia interna. Todavia, os interesses da outra fração de classe não foram incomodados até setembro de 2011. Após este período, houve um ensaio de tentativa de mudança do paradigma estatal quando o governo Dilma tentou enfrentar o capital financeiro com algumas medidas. Contudo, em abril de 2013 o governo recua e as medidas que foram iniciadas e, como redução da taxa de juros, intervenções na política de lucros, etc, são descartadas. Além disso, o governo vai atuar mais incisivamente em políticas como controle de preços pela taxa de modicidade, por exemplo, entre as empresas de energia e construção civil, favorecendo, assim, a população que seria beneficiada com serviços mais baratos.

Tudo isso, juntamente com a crise econômica de 2008 e suas repercussões nos países Europeus em 2011, fizeram com que o governo não conseguisse fazer com que a economia obtivesse os mesmos resultados positivos dos anos anteriores. Muito pelo contrário, os números alcançados na economia se mostraram preocupantes e repercutiram negativamente tanto nos lucros das empresas quanto nos ganhos sociais da população. Ou seja: deixamos de coexistir naquela condição em que havia a possibilidade de ganhos entre os empresários industriais e financistas e, minimamente, de avanços sociais para população.

Entre as grandes burguesias financeiras atuantes no subcontinente e entre outras frações burguesas a elas associadas e subordinadas se consolidou um consenso burguês em torno da necessidade de *aceleração das condições ideais para a acumulação de capital*. Tal necessidade de aceleração é muito determinada pela crise que se arrasta nas potências capitalistas e pela desaceleração da China, assim

como pelas dificuldades que o imperialismo encontra (criadas por ele mesmo) em meio às guerras nos países da Ásia e do Oriente Médio. (BRAZ, 2016, P.99)

Situações em que houve avanços sociais e retrocessos institucionais já aconteceram anteriormente no Brasil de anos passados. E é com base nestas referencias históricas e suas motivações que iremos fazer um paralelo para fundamentarmos através da perspectiva socio-histórica a situação atual e apresentarmos um dos porquês o Brasil sofreu um golpe jurídico-midiático-parlamentar.

A intolerância de nossas classes dominantes não é um fenômeno conjuntural. Historicamente elas sempre foram muito avessas a avanços sociais, mesmo aqueles que não comprometem os seus interesses econômicos. A nossa formação social nos legou uma classe dominante preconceituosa, mesquinha, egoísta, antidemocrática e violenta. (BRAZ, 2016, P.101)

Fernandes nos ajuda a caracterizar o que seriam as classes dominantes e seus objetivos no Brasil à época em vários livros que escreveu e, por isso, achamos perspicaz relemos e trazemos um paralelo com seus escritos para conseguirmos caracterizar o que seria essa classe no contexto atual e, assim, apresentarmos alguns equivalentes e ajudar a trazer os *modus operandi* passados e agora ressignificados e adaptados para o século XXI, mas que em fim último são muito semelhantes aos operados em períodos anteriores para obterem resultados semelhantes aos atingidos anteriormente.

Há trabalhos do professor Fernandes que buscam abarcar e desvelar as ferramentas historicamente utilizadas pelas classes dominantes para perpetuação no poder. Essas ferramentas contribuíram para constituição de uma forma particular de capitalismo, no Brasil, em que gesta uma classe possuidora a qual a política institucional é conduzida excluindo a maior parte da população brasileira. Gerando uma “democracia restrita”<sup>38</sup> e/ou “democracia entre iguais” para utilizarmos termos dele.

A República, portanto, preservou as condições que permitiam, sob o Império, a coexistência de “duas nações”. Uma, que se incorporava à ordem civil (a rala minoria, que realmente constituía uma “nação de mais iguais”). Outra, que estava excluída da garantia de direitos, de modo parcial ou total (a maioria, a “nação real”). (JUNIOR PORTELA, 2012, p. 13)

---

<sup>38</sup> A sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca em uma *democracia restrita* e em um Estado autocrático-burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente (FERNANDES, [1977] 1980b, p. 77)

Florestan, em um de seus textos, traz à baila uma reflexão a respeito sobre o conceito de fascismo que, embora derrotado em campo de batalha, continua como força política. Isto é, o fascismo reproduziria sua essência contrarrevolucionária pela utilização do uso demasiado do autoritarismo para preservação sob o controle das camadas dominantes das classes privilegiadas objetivando, assim, a manutenção do *status quo* vigente. (PIZETTA, 2015)

O fascismo na América Latina tem sido, até o presente, uma versão complexa (...). Como tal, ele pressupõe mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado, do que doutrinação de massa e movimento de massa. Ele é substancialmente contrarrevolucionário e emprega a guerra civil (potencial ou real; e “a quente” ou “a frio”) em dois níveis diferentes (e por vezes concomitantes): 1º) contra a democratização como um processo social de mudança estrutural (por exemplo, quando ela ameaça a superconcentração da riqueza, do prestígio e do poder) ou seja, ele se ergue, de modo consciente, contra a “revolução dentro da ordem”; 2º) contra todos os movimentos socialistas, qualificados como revolucionários – portanto, ele também procura barrar a “revolução contra a ordem existente” (a qual foi, aliás, a função histórica do fascismo na Alemanha e na Itália). (FERNANDES, 2015, P. 35)

Esses escritos nos fazem pensar sobre as condições que essas elites possuem para se manterem e barrarem as mudanças sociais, apresentando-nos como elas trabalharam e, porque não, como elas trabalham para dificultarem os direitos dos trabalhadores, as possibilidades de organização e formação da classe em si e para si. Isso atrelado ao controle do Estado e a procedimentos tecnocráticos, jurídico e midiático que reconfiguram a ordem política para garantir a manutenção e/ou aperfeiçoamento dos privilégios para esta elite dominante.

Acreditamos que as frações de classe burguesa que possuíam divergências internas quando se sentiram prejudicadas, conforme conjecturas levantadas no capítulo anterior, viram a necessidade de se organizarem para retomarem o controle do Estado, que achavam que estavam perdendo, para conseguirem pautar agora seus interesses que não viam ser capazes de serem pautados pelo governo da presidenta Dilma. Logo, em contexto de recessão econômica o governo Dilma faz um ajuste fiscal em que o pacto de boa vizinhança entre o governo e as frações burguesas fora quebrado, pois o governo tenta avançar nas pautas sociais demandadas pela população através das jornadas de junho, afetando os interesses de frações burguesas, o que para eles é inaceitável.

Dilma, mesmo tendo feito um governo (como fizeram os governos petistas desde 2003) *predominantemente* voltado para os interesses do grande capital e de seus sócios brasileiros e, a partir de 2015, tendo adotado um programa de governo muito semelhante ao que foi apresentado (e derrotado) pelo candidato do PSDB em 2014, foi arrancada da presidência da República porque foi considerada incapaz de permanecer à frente dos interesses capitalistas que tanto serviu. Estes agora precisavam de um governo *genuinamente* burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram e de servir inteiramente, sem

concessões, ao grande capital. O pacto de classes já não mais prestava. (BRAZ, 2017, p.88)

Michael Löwi ratifica esta ideia quando a defende com as seguintes palavras

(...) a oligarquia de direito divino do Brasil – a elite capitalista financeira, industrial e agrícola – não se contenta mais com concessões: ela quer o poder todo. Não quer mais negociar, mas sim governar diretamente, com seus homens de confiança, e anular as poucas conquistas sociais dos últimos anos. (LÖWI, 2016, p.55)

Estas atitudes da burguesia brasileira não são exclusividade do momento atual, pois Fernandes, por exemplo, estudou e teorizou sobre estes movimentos da burguesia desde o século passado mostrando-nos como a burguesia se comportou em contextos que haviam se sentido prejudicadas e/ou ameaçadas de perda de controle sobre a população mais carente mediante avanços sociais. E estes estudos servem para podermos fazer um paralelo com os tempos atuais e identificarmos alguns dos motivos que a fizeram a burguesia, mesmo com suas contradições intraburguesas, aliarem-se e atacarem a frágil democracia brasileira.

De outro lado, dois tipos distintos de pressão interna. Uma, procedente do proletariado e das massas populares, que expunham a burguesia à iminência de aceitar um novo *pacto social*. Tal ameaça não era propriamente incompatível com a “continuidade do sistema”, pois era contida nos limites da “revolução dentro da ordem<sup>39</sup>”, que a dominação burguesia devia (e também prometera) ao Brasil republicano. Não obstante, ele colocou aqueles “círculos conservadores influentes” em pânico. Outra procedente das proporções assumidas pela intervenção direta do Estado na esfera econômica. Essa intervenção nasceu e cresceu da própria “continuidade do sistema”, nas condições de um capitalismo dependente e subdesenvolvido. Todavia, ela atingiu tal peso relativo, que **atemorizou a iniciativa privada interna e externa**. (FERNANDES, 1975, p.217, grifo nosso)

As rejeições às políticas distributivas nos momentos de crises econômicas e/ou sociais fizeram com que houvesse tantas crises políticas em vários momentos distintos da nossa história republicana como podemos pensar nas crises de 1930, 1932, 1935, 1937, 1945, 1954, 1961, 1964 e agora em 2016.

Assim foi em 1945, em 1954, em 1961, em 1964. Não necessariamente porque nesses momentos tínhamos governos que colidiam de maneira frontal com os interesses burgueses. Basta apenas existir um governo com algum “traço popular”, algum traço reformista (mesmo um “reformismo fraco”) — que já não mais sirva

---

<sup>39</sup>Implica “a realização das reformas capitalistas (como a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma educacional, o combate à miséria, às desigualdades extremas, à fome, à exclusão, etc.)”Em suma, revolução dentro da ordem é a “revolução democrática”, esta que colocará “no centro do processo os estratos da população que sempre foram excluídos, como os trabalhadores do campo e da cidade, e todos aqueles que não têm peso e voz na sociedade civil” (FERNANDES, p.14, 2006)

aos interesses dominantes — para que ele possa ser desestabilizado, por dentro e por fora, interna e externamente. E recordem que em praticamente *todos esses momentos históricos* lembrados, o mote da corrupção(ou o patriotismo, que é sempre “o último refúgio dos canalhas”... e dos covardes!) *foi usado*.(BRAZ, 2017, p.91)

Fernandes (1975), alega que em 1964 nós tivemos uma contrarrevolução autodefensiva que favorecera a burguesia para manutenção com o capitalismo financeiro internacional, melhor posicionamento para repressão contra ameaça operária ou popular de subversão da ordem e, assim, garantir o Estado enquanto instrumento exclusivo do poder burguês. “O que a tragédia de 1964 e a farsa de 2016 têm em comum é o ódio à democracia. Os dois episódios revelam profundo desprezo que as classes dominantes brasileiras têm pela democracia e pela vontade popular.” (LÖWI, p.55, 2016).

Nosso paralelo se concentrará em algumas características do processo contrarrevolucionário que o país viveu no período da ditadura que tivemos, iniciada em 1964 e terminada em 1985, e o golpe de 2016. Pois as características se apresentam muito próximas quando comparamos o papel que a burguesia teve naquele contexto em 1964 com o exercido agora recentemente em 2016.

#### **4.2 A importância do Estado para os interesses burgueses**

Quando falamos em golpe político de 2016 e pensamos em traçar um paralelo com o golpe de 1964 não estamos querendo interpretar aquele com base neste, mas, pensamos sim, em encontrar semelhanças que nos ajudem a entender que as ações cometidas recentemente não são ações sem laços históricos e sem correlações. Por isso, algumas questões se apresentam parecidas com circunstâncias já vivenciadas, enquanto nação, num passado distinto, porém, que se apresenta reconfigurado e ressignificado para os tempos e contextos presentes. Não obstante servem para ajudar a fundamentar nosso trabalho como chave de leitura sociológica para compreender a movimentação do empresariado ligado a burguesia interna e que tem a FIESP enquanto uma grande representante de seus interesses e influenciadora da política atual.

O que queremos é identificar uma reiteração de sentido, isto é, a incapacidade das classes dominantes brasileiras de conviver com a democracia naquilo que ela tem de substantivo, como a distribuição de poder e riqueza e de alargamento de sua base social. (GUIMARÃES, 2017, p.4)

Quando pensamos no processo vivenciado no Brasil, na década de 60, víamos que existiu uma considerável inquietação popular que pressionava os governos daquele período por uma maior participação popular em vários cenários sociais. Havia, no âmbito estudantil, um amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso. Entre os trabalhadores havia uma crescente politização e organização tanto no campo quanto na cidade. As reivindicações que surgiram destas manifestações se davam por uma maior participação democrática e reformas estruturais que os beneficiassem.

O golpe de 1964 veio dar um banho de realidade nessas expectativas. O país se modernizou para poucos e construiu um mercado interno bem menor do que se imaginava, literalmente para 20% da população. Foi o golpe que construiu a classe média moderna brasileira, o país para 20%, e que forjou o mercado superfaturado para a elite da rapinagem secular. (SOUZA, 2016, p.43)

Estas possíveis transformações, para classe burguesa, não eram positivas, pois, caso acontecessem, eles passariam a correr o risco de deixarem de ser privilegiados e possuidores de condições que os distinguíssem das demais classes populares. Por conseguinte, há muito mais convergência entre as frações de classe burguesas, existindo, assim, uma solidariedade de classe no intuito de manutenção do *status quo* ao qual garante a propriedade privada, iniciativa privada, benesses e privilégios a alta burguesia, burguesia e pequena-burguesia através do controle do poder político estatal.

Isso explica a facilidade com que, no Brasil, as classes possuidoras e privilegiadas passaram tão rapidamente, em 1964, da automobilização social para a ação militar e política; como o Estado nacional foi posto a serviço de fins particularistas da iniciativa privada; e por que as várias elites das classes dominantes (econômicas, militares, políticas, judiciárias, policiais, profissionais, culturais, religiosas etc.) encontraram tão depressa um foco de unificação institucional de suas atividades. (FERNANDES, 1975, p.267).

Essas características trazidas por Fernandes das movimentações e, até os atores envolvidos à época com os atuais, as intenções existentes da classe burguesa naquele período do golpe de 1964, para nós, se assemelham consideravelmente aos métodos e interesses em jogo que estiveram em disputa agora no processo de golpe em 2016. E essas comparações se fazem importantes, porque são estudos como estes que nos ajudam a explicar os processos vivenciados em nosso país atualmente. E nos apresentam os mecanismos que são necessários e que foram e que são utilizados para garantia de interesses de alguns pequenos grupos em detrimento do restante da população.

Pode-se afirmar com segurança que, se a burguesia brasileira não possuísse estratos médios e altos fortemente instalados, em massa, “dentro do Estado” (os quais constituíam uma autêntica burguesia burocrática, dotada de poder estatal e de ampla liberdade para usar seu poder), os processos de unificação e de centralização do poder burguês eclodiriam no vazio histórico. (FERNANDES, 1975, p.341)

Vejam que esta análise acima é trazida pelo trabalho sociológico de Florestan sobre o papel importante da ocupação de estratos da burguesia dentro das instituições estatais para garantia dos seus interesses. Seus escritos se reportam a importância desta ocupação referente ao período da ditadura, processo do golpe de 1964, mas se fizermos o paralelo dos dias atuais e compararmos a importância que tiveram tanto o congresso brasileiro quanto o Ministério Público Federal e um Juiz de Direito de 1ª instância, poderemos alegar que o *modus operandi* não sofreu muita modificação e poderíamos afirmar, ainda, a extrema importância da ocupação destes espaços para manter os interesses de uma fração de classe em detrimento a outras classes sociais.

O Estado se diferencia e, ao mesmo tempo, satura sua estrutura constitucional e funcional de uma maneira tal que fica patente ou que se pratica, rotineiramente, uma democracia restrita ou se nega a democracia. Ele é, literalmente, um Estado autocrático e oligárquico. Preserva estruturas e funções democráticas, mas para os que monopolizam, simultaneamente, o poder econômico, o poder social e o poder político, e usam o Estado exatamente para criar e manter uma dualidade intrínseca da ordem legal e política, graças a qual o que é oligarquia e opressão para a maioria submetida, é automaticamente democracia e liberdade para a minoria dominante. (...) Na verdade, o que entra em jogo é um processo de reorganização das estruturas e funções do Estado nacional, nas condições historicamente dadas de relações de classe. Estado e ordem legal e política transformam-se concomitantemente, adaptando-se cada um, de per si e reciprocamente, a condições externas e internas dotadas de certa continuidade. (FERNANDES, 1975, p.350).

A importância do Estado para garantir os interesses de frações de classe vão se mostrando cada vez mais essenciais para compreendermos o quanto que, por isso, instituições como a FIESP se organizam para conseguirem pautar seus negócios e como estes interesses não se limitam a pressões apenas nos poderes legislativo e executivo.

### **4.3 Ofensiva da classe trabalhadora na frente neodesenvolvimentista**

Nos períodos dos governos Lula e Dilma tivemos várias políticas que favoreceram diversas classes e frações de classe, sendo que a mais favorecida pelo governo, em nosso estudo, acreditamos ter sido a que denominamos de burguesia interna, contudo não podemos desconsiderar que esta fração compôs uma frente que influenciou e apoiou os governos entre

os anos de 2003 até 2015. Esta frente foi denominada de neodesenvolvimentista e foi utilizada teoricamente por vários autores como Assumpção (2014), Bastos (2017), Boito (2012), Galvão (2012), Marcelino (2017) Saad (2017). A frente neodesenvolvimentista foi composta por várias classes e frações de classe distintas conforme explicitamos no item 1.4 deste trabalho.

Tendo uma composição tão heterogênea a frente é permeada por consideráveis contradições as quais se explicitam, por exemplo, quando as diferentes classes e frações de classe discordam em relação à distribuição dos recursos produzidos pelo crescimento econômico, direitos trabalhistas e avanços sociais nos serviços públicos.

Como para os autores que trabalham com esta teoria a frente neodesenvolvimentista seria dirigida pela grande burguesia interna brasileira, caracterizada no item 3.2 deste trabalho, os interesses dela estariam limitados ao contexto do neoliberalismo e a dinâmica global da divisão do trabalho, apresentando, mais uma vez, contradições internas entre a fração dirigente da frente e parcela componente dessa. Pela perspectiva de Boito (2012), a frente neodesenvolvimentista não se desvincula da lógica subordinativa do capitalismo neoliberal global e por isso:

a) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo, b) confere importância menor ao mercado interno, posto que mantém a abertura comercial herdada de Collor e de FHC c) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local, d) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadorado capitalismo brasileiro, e) tem menor capacidade distributiva da renda e f) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força social nacionalista e anti-imperialista” (BOITO, 2012, p.6)

Contudo, ainda assim, ela permitiu produzir ganhos consideráveis para uma parcela da classe que a compõe, mas que não a dirige, que é o operariado, baixa classe média, campesinato e trabalhadores da massa marginal. Fazendo com que houvesse em momentos necessários organização dessas classes e frações de classe para defesa dos governos Lula e Dilma.

As administrações do PT foram responsáveis por uma considerável diminuição da desigualdade de renda no Brasil. Algumas dos pressupostos existentes são de que houve um maior investimento na educação, diminuição das diferenças entre as áreas urbanas e rurais, maiores políticas de transferência de renda através de políticas governamentais como o Bolsa

família, por exemplo, fortalecimento do mercado de trabalho formal e política consistente de valorização do Salário mínimo. (BRITO, 2015)

Essas medidas repercutiram efetivamente na vida das classes populares que compunham a frente neodesenvolvimentista, pois trouxe ganhos concretos para uma parcela da população que historicamente sempre tiveram dificuldades de acessarem serviços oferecidos pelo Estado ou ganhos efetivos que os favorecessem a terem pelo menos condições melhores para compra de bens de consumo. Os dados deste período são irrefutáveis quando apresentados para fundamentarem os avanços que estas classes sociais tiveram nestes quesitos.

Vejamos alguns dados e contextos relevantes. No início dos anos 2000 as centrais sindicais pressionaram o governo para que houvesse uma definição de critérios para valorização real do salário mínimo. Em abril de 2005, constitui-se uma comissão para pensar esses critérios e de como deveriam ser utilizados para esta política, tendo havido consenso apenas em 2007 quando o Governo Federal enviou um projeto de lei regulamentando a matéria para reajuste do salário mínimo entre os anos de 2008 até 2023.

Neste projeto o governo previu a revisão das regras de aumento real a serem adotadas entre os períodos de 2012 a 2015, 2016 a 2019 e 2020 a 2023. Em 2011 o governo Dilma ratifica a regra constituída do período anterior garantindo a mesma lógica para os anos de 2012 a 2015. Ressaltamos que este ano é, conforme projeto, ano passível de mudança e que o governo atual, pelo que tudo indica, pretende acabar com a política de valorização real do salário mínimo, pois pretendem acabar com a regra que se constituía na revisão do salário mínimo em que deveria levar em conta o resultado do PIB de dois anos antes mais a inflação do ano anterior, medida pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para calcular o reajuste, porém a proposta deste governo é que a correção seja feita utilizando apenas a inflação tendo como indicador o INPC.<sup>40</sup> O que nestes termos acaba efetivamente com os ganhos acima da inflação para os trabalhadores, aposentados e pensionistas, ou seja, impacta no o pagamento de benefícios previdenciários, assistenciais e trabalhistas, porque o aumento no salário mínimo reajusta automaticamente os benefícios previdenciários.

A política que mais efetivamente contribuiu para amortecer a desigualdade na distribuição de renda no Brasil foi a valorização do salário mínimo – é o que emerge de pesquisa empírica recente empenhada em isolar o peso desse fator (Brito, 2015;

---

<sup>40</sup> Bolsonaro tem até amanhã para definir se salário mínimo ganha aumento real. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/14/prazo-regra-reajuste-salario-minimo-governo-bolsonaro.htm>> Acesso em 29/06/2019

Brito, Foguele Kerstenetzky, 2016; Brito, Foguel e Kerstenetzky, 2015). O comportamento fortemente simétrico da valorização do mínimo em relação à evolução da desigualdade da renda domiciliar sugeria essa linha de investigação, e a análise empírica terminou por corroborar a hipótese inicial. (Kerstenetzky, 2017, p.5).

Kerstenetzky (2017) alega que entre os anos de 2004 até 2014 houve um reajuste acumulado de mais de 70% no salário mínimo, porém destacamos que Brito (2015) informa que o salário mínimo tem recuperado parte de seu valor e, com isso, retornado a desempenhar um papel redistributivo importante, contudo, seu valor real em 2015 é equivalente ao de 1965 comparativamente. Por isso, quando pensamos que poderia existir margem para melhora mais efetiva nestes dados do salário mínimo e a importância dele para parcela mais vulnerável da fração de classe componente da frente neodesenvolvimentista começamos entrever suas contradições.

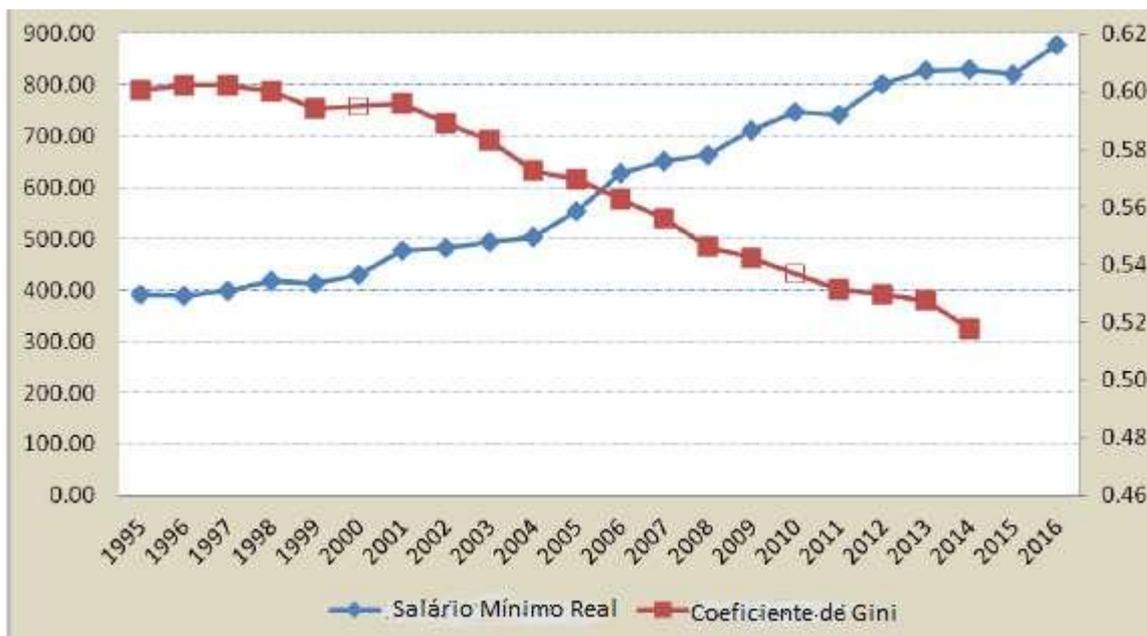
O decênio entre os anos 2003 e 2014 testemunhou a maior redução histórica da pobreza absoluta em quase quatro décadas no Brasil, desde 1976. A queda de 18 pontos percentuais fez a população pobre recuar para um décimo da população total. (Kerstenetzky, 2017, p.2).

No início dos anos 2000 o Brasil tinha algo em torno de 40% da população considerada como pobres oscilando entre 37,6% e 15,9%, entre 2002 e 2013, a desigualdade entre as classes sociais que era uma das maiores do mundo teve uma diminuição respeitosa conforme índice Gini <sup>41</sup> que variou de 0,588 para 0,518 entre os anos de 2002 e 2013. (Kerstenetzky, 2018)

E para estes resultados os trabalhos de Kerstenetzky (2017) e Brito (2015) nos ajudam a identificar a importância do fator renda do trabalho, política de piso salarial, que afeta as aposentadorias, pensões e Benefícios de prestação Continuada (BPC) terem sido importantes para redução da desigualdade brasileira. O gráfico abaixo que correlaciona a evolução do salário mínimo e o coeficiente de Gini é um bom dado científico para corroborar esta prognóstico.

---

<sup>41</sup>O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23)> Acesso em 28/06/2019



Fonte: Brito, Foguel e Kerstenetzky (2016).

Pensarmos a importância que é um país de dimensões continentais como nosso ter tido dados tão robustos no âmbito da diminuição da pobreza e da desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita é indiscutível um progresso social, mas não foram os únicos resultados importantes deste período.

Como estávamos falando de renda do trabalho, precisamos dizer que, no Brasil, o trabalho é a principal fonte de renda das famílias e que no período estudado, governos Lula e Dilma houve baixo número de desemprego conforme apresentamos no item 2.5 deste trabalho. Estes números refletem em questões para as demandas sindicais pois conforme dados da PNAD 2013 “40 milhões de brasileiros trabalhavam 44 horas por semana ou mais, e 110 milhões de pessoas viviam em famílias nas quais pelo menos um membro trabalhava 44 horas ou mais por semana. (CARDOSO, p.499, 2015).E como caracterizamos os governos Lula e Dilma relacionados com a frente neodesenvolvimentista, acreditamos importante considerar o movimento sindical como componente desta frente.

Em abril de 2010 representantes de 6 centrais sindicais explicitaram apoio à candidatura de Dilma à presidência da República, em evento em São Bernardo do Campo<sup>42</sup>, além desta manifestação outro questão que poderíamos considerar relevante para considerar que os sindicalistas compuseram seus governos e, conseqüentemente, estiveram inseridos na

<sup>42</sup> Sindicalistas apoiam candidatura de Dilma e criticam governos tucanos. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/politica/sindicalistas-apoiam-candidatura-de-dilma-criticam-governos-tucanos-3026015>> Acesso em 10/07/2019

frente neodesenvolvimentista é o fato de que parte da equipe governamental, presidentes e diretores de estatais saíram das fileiras do movimento sindical.

Estima-se que 1300 cargos na administração federal foram ocupados por sindicalistas, vários deles em postos estratégicos nos fundos de previdência. Além disso, o sindicalismo passou a ser reconhecido como força política e como interlocutor legítimo, pois, entre outros fatores, participou em conselhos tripartites e, através das centrais, se reunia periodicamente com o governo.(MARCELINO, 2017, p.215)

Naqueles períodos, ou seja, entre os anos de 2003 a 2015, tivemos uma recuperação da luta sindical em números tanto de greves quanto de resultados positivos para os grevistas comparando aos anos de governo Fernando Henrique Cardoso. Estes períodos dos governos Lula e Dilma retiraram a descendentidade do movimento sindical para uma retomada em suas atividades readquirindo certo protagonismo político.

Os últimos anos de governo de fhc foram especialmente difíceis para os trabalhadores: o número de greves baixou a 298 em 2002 (Dieese, 2006). De 2004 em diante, começa a subir até atingir a quantidade – para o Brasil, impressionante – de 2050 greves em 2013. Esse número ultrapassou o pico da década de 1980, que foi de 1773 greves no ano de 1989. Na conjuntura desse recente período de greves mais ofensivas – ou seja, greves que avançam sobre os lucros das empresas ou os recursos do Estado por meio de conquista de melhorais salariais, maior participação nos lucros e resultados e novos benefícios de contrato e condições de trabalho. (MARCELINO, 2017, p.204)

Acreditamos haver neste contexto uma nova reconfiguração do cenário sindical a partir das alianças de classes e frações de classes que compunham a frente neodesenvolvimentista repercutindo na instituição de novos empregos devido a tentativa da renovação da cadeia produtiva, mediante ao investimento do BNDES nas empresas nacionais, e surgimento de novos empregos nos setores de serviços.

No decorrer dos governos de Lula e Dilma, o sindicalismo deu mostras explícitas da aliança com a grande burguesia interna brasileira no interesse comum em beneficiar, com a política econômica do governo, o setor produtivo nacional. Dois desses momentos foram manifestações nacionais conjuntas de entidades sindicais dos trabalhadores e associações patronais: em outubro de 2011, cut, Força Sindical, Fiesp e Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) se uniram para reivindicar redução da taxa básica de juros; em fevereiro de 2012, o alvo das manifestações conjuntas foram o aumento das importações e a desindustrialização do país. Dois documentos conjuntos entre as principais centrais sindicais brasileiras (cut e Força Sindical) e associações empresarias, entre elas a poderosa Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), foram lançados nos anos de 2007 e 2011.(MARCELINO, 2017, p.216)

Os trabalhadores se beneficiaram do crescimento econômico e da queda do desemprego gerando, conseqüentemente, aumento do poder de barganha deles para com os patrões.

Na frente política neodesenvolvimentista que sustentou os governos no período de 2003 a 2013, os maiores beneficiários das políticas econômicas foram, segundo nos apontam Boito Jr. e Berringer (2013), os setores burgueses brasileiros ligados à indústria nacional (de carne, de construção civil e naval e a produção farmacêutica, principalmente). Beneficiados com políticas de financiamento interno e para expansão também no exterior, esses setores foram os grandes responsáveis pela criação de empregos formais no Brasil nesse período. Segundo Krein e Biavaschi (2015, p.53), enquanto no ano de 2002, último do governo de fhc, havia 57% da população ocupada sem proteção de um contrato de trabalho, em 2013 esse número tinha baixado para 42% – o que significava, em termos absolutos, 23,5 milhões empregos formais criados. Entre 2004 e 2008, o Brasil teve uma taxa de crescimento de 4,8% ao ano, número esse que se tornou mais instável depois da crise de 2008 – mas que ainda teve seu pico em 2010, com uma taxa de crescimento de 7,5% – e passou a apresentar queda mais acentuada a partir de 2011 (Krein e Biavaschi, 2015, p. 51). (MARCELINO, 2017, p.213)

Contudo, a partir de 2011, momento em que a crise internacional se aprofunda, a economia passou a apresentar taxas estagnantes e/ou declinantes. O PIB decaiu, conforme gráfico trazido no item 2.5 deste trabalho, porém, o emprego e a renda se mantiveram preservados em alguma medida pela expansão contínua no setor de serviços, atrelados a uma menor taxa de natalidade, elevação da renda familiar e uma maior inserção de jovens em universidades e Institutos Federais que proporcionaram escolarização de nível técnico, tecnológico e superior o que gerou retardamento da entrada desses jovens ao mundo do trabalho diminuindo, assim, a pressão para geração de novos postos de trabalho. (KREIN, 2015)

Esta conjuntura favoreceu a movimentação e mobilização de setores como operários da construção civil, motoristas e cobradores de ônibus, trabalhadores do ramo de turismo, saúde privada, seguranças, comunicação, limpeza, ou seja, trabalhadores não muito qualificados ou semiquualificados, terceirizados, sub-remunerados, submetidos a contratos precários de trabalho. Além dos trabalhadores mais precarizados da administração pública, isto é, os servidores públicos municipais (BRAGA 2016) Perfazendo, assim, um número considerável de categorias que anteriormente não se mobilizavam ou não se organizavam. Além, claro, das categorias que historicamente sempre foram mais bem articuladas e mobilizadas como, por exemplo, os metalúrgicos, petroleiros e bancários.

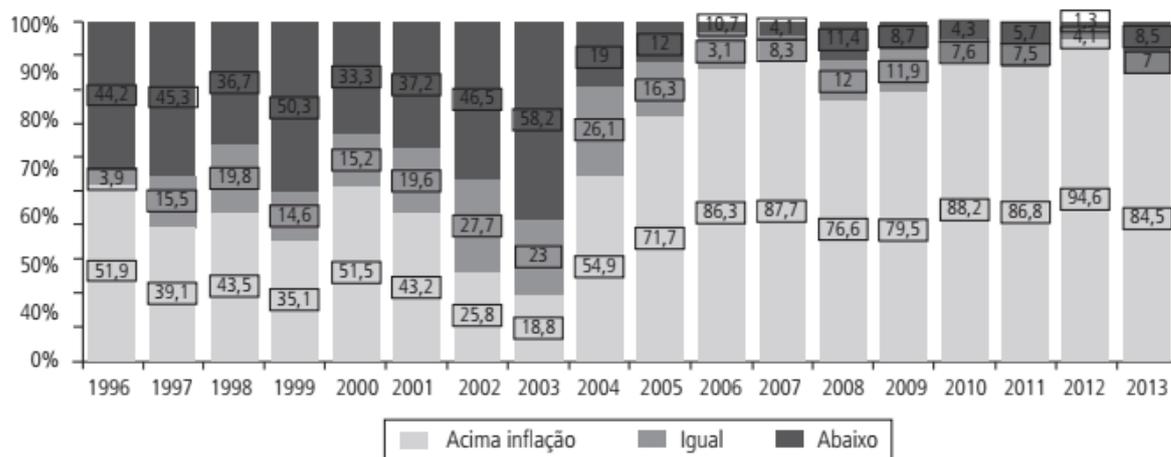
Segundo Linhares (2015, p. 100), 2013 foi um ano com características bastante peculiares, pois houve uma ampliação do número de greves em categorias

profissionais frágeis do ponto de vista do seu histórico de organização sindical, de suas condições de remuneração e de saúde e segurança no trabalho: no setor de transportes, entre 2012 e 2013 o número de greves saltou de 53 para 195; entre trabalhadores de turismo e hospitalidade, o aumento foi de dezenove para 92 greves; na saúde, de sete para 65, e entre os trabalhadores de vigilância e segurança, de doze para 44 greves. Conforme o autor, essas categorias profissionais viram na realização da Copa Mundial de Futebol, que ocorreria em 2014, uma possibilidade de aumentar seu poder de barganha com os patrões e os governos. (MARCELINO, 2017, p.212)

Estas movimentações conotam em alguma medida uma maior confiança dos trabalhadores na sua capacidade de pressionarem seus patrões por melhores condições de empregos, sem, contudo, graças ao baixo índice de desemprego, sofrerem o risco da demissão ou caso viessem a ser mandados embora a permanência do desemprego por muito tempo.

Marcelino (2017) tem destacado que o período entre 2004 até 2013 as greves tiveram pautas de caráter reivindicativos ofensivas, conforme dados do Dieese, chegando a 68,2% delas. E um dos efeitos diretos destas reivindicações é o ganho do reajuste salarial superior aos índices da inflação. Tendo como melhor resultado o ano de 2012 em que 95% das categorias incluídas nos bancos de dados do Dieese obtiveram estes resultados em suas negociações.

#### Percentual dos reajustes salariais em comparação ao INPC-IBGE, 1996-2013



Fonte: SACC – Dieese – Painel de acompanhamento.

Portanto, acreditamos que os governos Lula e Dilma possibilitaram um melhor posicionamento dos trabalhadores em busca de ganhos econômicos tanto pelas políticas econômicas implementadas pelos governos, pela conjuntura internacional e pelo aquecimento da economia interna, contudo, o sindicalismo esteve compondo a frente neodesenvolvimentista enquanto força subordinada aos interesses da burguesia interna. Por isso, Boito dispara

De um lado, diferentemente do que sustentam alguns intelectuais e a direção do PT, os governos petistas não eram governos “dos trabalhadores”. As políticas econômica, social e externa dos governos Lula e Dilma priorizaram não os interesses das grandes massas, mas sim os interesses das grandes empresas nacionais. As manifestações das associações ligadas às empreiteiras, à construção naval e à indústria de transformação, entre outras, evidenciam o apoio, até 2014, da grande burguesia interna aos governos neodesenvolvimentistas. A crise não é um levante das “elites” contra um governo “dos trabalhadores”. (BOITO, 2016, p.27)

Outras informações que nos ajudam a confirmar a ideia de que a classe trabalhadora esteve a reboque no projeto neodesenvolvimentista são, por exemplo, as reivindicações mais estruturais que os sindicalistas e a classe trabalhadora demandavam como redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas e a reposição automática da inflação. Também a título de conhecimento se compararmos as taxas de juros cobradas para empréstimos aos trabalhadores no Brasil, veremos que dificilmente tivemos juros menores que 1,99% ao mês, contudo quando comparamos as taxas utilizadas pelo BNDES para as grandes empresas nacionais veremos que giravam em torno de 5% ao ano tanto nos governos Lula quanto no governo Dilma. (MARCELINO, 2017)

Por conseguinte, entre ganhos e perdas não foi a classe trabalhadora a mais beneficiada nos governos Lula e Dilma, entretanto, ainda assim, as classes dominantes se incomodaram com os ganhos concretos das classes sociais populares, principalmente, em momento que o Brasil começara entrar em uma conjuntura desfavorável economicamente a qual a saída construída por seus ideólogos foi a de retomada da acumulação capitalista aprofundando os ataques aos direitos trabalhistas e sociais conquistados no período anterior.

#### **4.4 Contraofensiva da burguesia interna**

A frente neodesenvolvimentista é mediada por diversas contradições devido constituição de seus atores. Para termos uma ideia poderíamos pensar nas demandas defendidas pelos industriários. E em contra partida poderíamos pensar nos ganhos sociais aferidos pelos trabalhadores no período de sua existência.

Os governos neodesenvolvimentistas, período 2003– 2014, tiveram políticas de investimentos em empresas estatais, principalmente nos setores de petróleo, gás e energia elétrica, estimulando, assim, ramos de bens de capital, grandes empreiteiras e construção naval. Os bancos públicos Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil receberam ordens de atuarem na execução de políticas de desenvolvimento produtivo através do crédito mais

barato para agricultura comercial, familiar, construção civil, pelo programa Minha Casa Minha Vida, e para pequenas e médias empresas. Além de créditos consignados e taxas menores para, assim, disponibilizarem crédito mais fácil e aquecer o mercado consumidor interno brasileiro. O BNDES deixou de apoiar programas de privatização para investir na dinâmica do fortalecimento de conglomerados nacionais capazes de controlar cadeias globais e competirem com grupos multinacionais. (BASTOS, 2017)

a política econômica do primeiro governo Dilma Rousseff tinha atendido a várias das bandeiras defendidas pela FIESP ao longo dos anos, no que se chamaria de “nova matriz econômica”: redução de taxas de juros e tarifas de energia elétrica; desonerações tributárias e crédito subsidiado; desvalorização cambial e protecionismo industrial seletivo; concessões de serviços públicos para a iniciativa privada. Algumas dessas iniciativas foram, inclusive, solicitadas em documento entregue ao governo e assinado em conjunto com outras organizações empresariais e centrais sindicais em 2011. (BASTOS, 2017, p.2)

O reverso trouxe ganhos para as classes trabalhadoras como diminuição considerável da pobreza, diminuição da desigualdade de renda per capita entre as classes sociais, elevação do salário mínimo real acima da inflação em torno de 70% entre 2004 até 2014, beneficiando trabalhadores, aposentados e pensionistas, regulamentação do trabalho doméstico, formalização de empregos, fortalecimento dos sindicatos, criou, ampliou e fortaleceu políticas de transferência de renda como bolsa família, Benefício de prestação continuada e bônus salarial e etc. (BASTOS, 2017)

Contudo, este momento de ganha, ganha entre as frações que compuseram a frente neodesenvolvimentista, mesmo havendo interesses divergentes e contradições imanentes, porém que viviam latentes, termina após a crise financeira global, principalmente depois de 2011, momento em que a crise repercute mais fortemente no Brasil, pois a dificuldade de conciliar interesses tão distintos em um contexto de contração econômica mundial e princípio de recessão no Brasil se torna inviável.

A demanda por maiores salários e melhores condições de trabalho cresciam à medida que o desemprego diminuía, embora o aumento salarial produzisse estímulo a demanda do consumo entre os trabalhadores, os empresários tinham certeza que haveria maior custo nas relações trabalhistas, mas não tinham certeza que o retorno gerado pelo ganho salarial das massas trabalhadoras se converteria em lucros para eles, além da impossibilidade de repassarem os custos com mão obra para seus produtos devido ao desaquecimento econômico.

No plano da relação capital-trabalho, ganhos salariais propiciados pela redução do desemprego e pelo ativismo sindical manifesto no crescimento do

número de greves vitoriosas eram objeto de reclamação empresarial crescente. No plano da relação entre Estado e movimentos populares, a pressão por bens públicos e direitos sociais manifesta, por exemplo, nas jornadas de junho de 2013, empurrava uma agenda de reivindicações de gasto público que dificilmente poderia ser atendida sem aumento da dívida pública, pressão “populista” para redução da taxa de juros e/ou uma reforma tributária que eliminasse privilégios empresariais.(BASTOS, 2017, p.4).

A classe trabalhadora elevou as exigências, mediante sindicalismo, entre os anos de 2013 e 2014, quando falamos, por exemplo, das categorias que historicamente não se mobilizavam, mas que aproveitaram o período da copa do mundo no Brasil para se organizarem e reivindicarem melhorias salariais e melhores condições de trabalho. Esta situação atrelada a todos os ganhos elencados anteriormente para as classes populares, traz para nós uma das teses que acreditamos favorecer o afastamento gradativo da grande burguesia interna da frente neodesenvolvimentista.

Florestan (1975) estudando os movimentos das classes operárias e a burguesia no contexto do golpe de 1964 trouxe uma análise que nos ajuda a fazer outro paralelo com o contexto atual, pois a classe operária precisaria sofrer transformações na base econômica através da luta salarial para conseguirem maiores avanços em suas formações políticas e sociais, constituindo, assim, formas autônomas, autodefensivas e agressivas de comportamento de classe entre os trabalhadores.

Pela primeira vez na história do capitalismo no Brasil, os assalariados, em geral, e as classes operárias, em particular, deixarão de ser meros instrumentos e vítimas-mudas passivas do desenvolvimento capitalista. E pela primeira vez poderão fazer pressões para o desenvolvimento capitalista também se adapte às suas necessidades, aos seus interesses e às suas aspirações como e enquanto classe. Essa é a única via pela qual o desenvolvimento capitalista pode adquirir algumas facetas nacionais e democráticas, o que não aconteceu, até agora, porque a dominação burguesa se impôs sem qualquer contestação efetiva válida, capaz de produzir efeitos positivos visíveis, em concessões ou em arranjos em que ficasse patente o “temor” diante da presença operária. (FERNANDES, 1975, p.281)

Acreditando, a burguesia interna, estar diante de um projeto que ampliara o raio de ação do Estado ao qual favoreceria a regulação e controle das atividades privadas, fixação de preços, estatização de setores estratégicos, geração de empregos que fortaleceu os movimentos sindicais, aumento real dos salários acima da inflação, melhoras nas condições de vida das classes populares devido a diminuição da pobreza e da desigualdade na renda per capita, a fração de classe da burguesia interna que compunha a frente neodesenvolvimentista fez o que já havia feito no passado no período da ditadura conforme nos informa Singer.

a burguesia industrial pede ofensiva estatal contra os interesses estabelecidos, pois depende de política pública que a favoreça. Para isso, alia-se à classe trabalhadora. No segundo ato, os industriais “descobrem” que, dado o passo inicial de apoiar o ativismo estatal, estão às voltas com um poder que não controlam, o qual favorece os adversários de classe, até há pouco aliados. No terceiro episódio, a burguesia industrial volta-se “*contra seus próprios interesses*”(Cardoso) para evitar o que seria um mal maior: Estado demasiado forte e aliado aos trabalhadores. Une-se, então, ao bloco rentista para interromper a experiência indesejada.(SINGER, 2015, p.70)

Para ratificar sua ideia Singer utiliza Fernando Henrique Cardoso para explicar o movimento pendular que esta fração de classe se utiliza para ter seus interesses atendidos e de como ela se desvincula dos arranjos constituídos quando não são mais interessantes para seus negócios.

Para afirmar-se como classe politicamente dominante e para expandir economicamente, a burguesia industrial é forçada a apoiar reformas e medidas que contrariam os grupos de dominação tradicional, mas, em seguida, neste mesmo movimento de modernização, vê-se embaraçada com os únicos aliados com que pode contar nas situações-limite: as forças urbanas e populares. Para assegurar a expansão econômica e tentar o controle político do momento arrisca-se a perder a hegemonia do futuro. Por isso, volta-se imediatamente depois de qualquer passo adiante contra seus próprios interesses, recuando um pouco no presente para não perder tudo no futuro(CARDOSO, 1964 apud SINGER, 2015, p.70)

Ou seja, as classes dominantes, historicamente, nunca aceitaram a constituição de autonomia e independência da classe trabalhadora, estes levantes entre seus trabalhadores, conseqüentemente, geraram insatisfação entre os empresários e os fizeram se afastar, principalmente, considerando o momento e as condições econômicas que não eram mais tão favoráveis para eles como tivera sido no passado. Constituíram-se enquanto bloco monolítico que desconsideravam as diferenças entre as frações de classe. Criando, assim, coesão para derrubarem quem eles consideram enquanto seus inimigos, ou seja, as classes populares.

as disputas concorrenciais intercapitalistas não apagam os acordos burgueses gerais, por exemplo, o anseio de desindexação de salários, de desregulamentação das relações de trabalho e de redução dos direitos sociais. Isto é, apesar das desavenças, em certos momentos forma-se a frente única que parece haver se constituído em 2013/2014. (SINGER, 2015, p.63)

Florestan em seus escritos de 1975 mais uma vez apresenta algumas ações das classes burguesas que nos ajudam, através de paralelos, entender os movimentos das classes dominantes, no contexto atual, e, assim, conseguirmos apresentar alguns dos motivos que estiveram em jogo e os porquês elas atuaram desta forma.

As classes dominantes e suas elites sempre encontram um terreno propício para resolver suas questões conflitantes *intra muros*, articulando de modo mecânico os interesses divergentes que pudessem ser compostos dentro da ordem ou através de revoluções “de cima para baixo” (FERNANDES, 1975, p.285)

Portanto, um dos motivos do afastamento gradativo da FIESP da frente neodesenvolvimentista são os interesses em manter seus privilégios enquanto burguesia que pelo contexto poderiam começar a correr algum risco. Historicamente esta fração de classe sempre se movimentou dessa maneira conforme apresentamos através de estudos socio-históricos de autores como Fernando Henrique Cardoso (1964), Fernandes (1975) e Singer (2015).

Vale destacar que os ganhos obtidos pelas classes trabalhadoras, nas lutas entre classes, não se limitam a apenas ganhos econômicos, pois existem ganhos sociais, simbólicos e subjetivos que influenciam as interações sociais constituindo relações de poder desiguais e opressoras às quais as classes dominantes sempre se beneficiaram em detrimento das classes populares.

#### **4.5 Preconceito de classe**

Para entendermos porque a FIESP se distanciou da frente neodesenvolvimentista e financiou o golpe contra a presidenta eleita, faz necessário pensarmos sobre as questões dos avanços sociais das classes populares no âmbito do capital simbólico. Este conceito que foi cunhado por Bourdieu e consolidado nas Ciências Sociais. Traz a ideia de que capital, para Bourdieu, não seria apenas o acúmulo de bens e riquezas econômicas, mas todo o recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social. Logo, além do capital econômico (renda, salários, bens e imóveis) existiria também o capital cultural (saberes e conhecimentos adquiridos por diplomas, títulos, livros e interações sociais) e o capital social (relações interpessoais que construímos que poderiam ser transformados em benefícios próprios e em recursos de dominação), tendo como convergência o capital simbólico (prestígio, honra, autoridade, carisma), mas também a posição nas distribuições retraduzidas simbolicamente no estilo de vida.

Estas questões se tornaram relevantes para este trabalho, porque quando utilizaram o discurso da corrupção, financiado e propagandeado pelo FIESP nos grandes veículos de comunicação, para estimular parcela da população a saírem às ruas defendendo nas manifestações a retirada da presidenta Dilma, vimos que as questões simbólicas foram

significativas enquanto argumentos razoáveis para ajudar a compreender as atitudes dos manifestantes e extremamente relevantes para fração de classe da burguesia interna que sempre se beneficiaram desta condição desigual para manutenção da qualidade de exploradores de outras classes sociais.

Destacamos até o presente momento os conflitos de classe no âmbito econômico enquanto central para compreendermos o processo que fez a burguesia interna, representada neste caso em grande medida pela FIESP, se afastar da frente neodesenvolvimentista, contudo não poderíamos desconsiderar aspectos de diferentes lutas que estiveram em voga durante os governos Lula e Dilma que repercutiram no seio da sociedade brasileira.

As lutas dos movimentos negros, de mulheres e das minorias sexuais foram lutas que aconteceram e tiveram ressonância tanto na lógica societal quanto no âmbito institucional. A população negra está concentrada, infelizmente, devido ao processo de escravidão vivido no Brasil durante praticamente 400 anos, majoritariamente, nas classes populares. Possuímos algo em torno de 207 milhões de habitantes sendo aproximadamente 52% de mulheres<sup>43</sup>, entretanto o papel feminino no congresso nacional é muito reduzido, pois em 2018 tivemos apenas 78 mulheres eleitas entre as 513 vagas para a Câmara de deputados e 7 mulheres para o senado federal na condição de eleição de 2/3 totalizando 12 parlamentares no total dos 81 senadores federais, o que em percentual significam 15% e 14,8% respectivamente<sup>44</sup>. Quanto as minorias sexuais estas estão distribuídas aleatoriamente pelas diferentes classes sociais e entre as mais diversas regiões brasileiras.

As administrações Petistas foram sensíveis as várias demandas dessas minorias constituindo ministérios e secretarias com status de ministério para tratarem destas temáticas tão importantes para sociedade como um todo. Ora, esses movimentos, embora mantenham relações com os conflitos de classe e sejam por eles afetados, relacionam-se com eles de maneiras muito variadas. Vale destacar que após o golpe de 2016 o governo do presidente Michel Temer, em um dos seus primeiros atos, fez extinguir os Ministérios voltados para estas demandas (BOITO, 2016)

Dados do INEP mostram que em 2002 468 mil terminaram suas graduações e que em dezembro de 2012 o número de pessoas formadas em curso superior chegou a 1.05 milhão, isto é, um aumento de 124% a mais de pessoas formadas e aptas a concorrerem ao mercado de

---

<sup>43</sup> Distribuição percentual da população por sexo. Disponível em <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/distribuicao-da-populacao-por-sexo.html>> Acesso em 10/07/2019

<sup>44</sup> A representação feminina e os avanços na legislação. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564231-A-REPRESENTACAO-FEMININA-E-OS-AVANCOS-NA-LEGISLACAO.html>> Acesso em 12/07/2019

trabalho, agora, mais qualificadas. Estes números somente foram possíveis graças aos programas de inclusão social como políticas de cotas, Prouni e FIES, além da expansão das Universidades pelo Reuni e interiorização e construção de diversos campi dos Institutos federais. Políticas estas todas constituídas e consolidadas pelas administrações petistas.

A reprodução social da classe média tradicional entra num contexto de tensão tendo em vista a disputa crescente por empregos mais bem remunerados, porém mais escassos, tanto pela ausência de constituição destes novos empregos pela situação econômica quanto pelo aumento do número de concorrentes através do acesso aos jovens da periferia que passaram a adentrar as Universidades e os Institutos Federais. Constituindo, agora, cidadãos com formação superior contrariando historicamente a concentração desta condição nas classes médias e médias altas.

A partir da crítica marxista da ideologia da meritocracia (o meritocratismo) e a partir do conceito de distinção de Pierre Bourdieu, Savio Cavalcante (2015), Armando Boito (2016a, 2016b) e Andreia Galvão (2016b) sugerem que sim, pelo menos indiretamente: a corrupção se choca com o meritocratismo que a classe média pratica no cotidiano (sincera ou hipocritamente) e que defende para legitimar sua posição na hierarquia social. O meritocratismo é a ideologia que legitima a diferenciação do prestígio e da remuneração de trabalhadores não manuais a partir da hierarquia de dons eméritos pessoais, sem contextualização das condições sociais que dividem e hierarquizam o trabalho intelectual e manual e que pré-estruturam o resultado da competição por empregos qualificados, ao diferenciar socialmente o acesso ao sistema escolar. No Brasil, o meritocratismo tem força especial por causa da desvalorização que séculos de escravidão impuseram ao trabalho manual, por causa da desigualdade histórica de acesso à educação e por causa da ameaça à reprodução das camadas médias colocada por crises de crescimento e por episódios de conflito distributivo em que é imprensada pela pressão dos de cima e dos de baixo. (BASTOS, 2017, p.37)

Outra questão interessante que merece ser destacada é a própria desvalorização destes mesmos empregos, mais bem remunerados, pois há uma inflação dos diplomas, conforme explicou Bourdieu quando na Europa do pós-guerra houve uma universalização do acesso à escola e Universidades para as classes populares o que fez com que uma maior oferta de mão de obra fizesse os valores pagos para os trabalhadores diminuísse assemelhando-se a lógica das moedas nacionais dos países, quando produzidas em quantidade excessiva e postas em circulação, já deixam de valer o que valiam antes do excesso de oferta. (SOUZA, 2016)

O índice baixo de desemprego, daquele período, estava associado a constituição de empregos, em sua grande maioria, atrelados a baixa qualificação profissional e salários limitados até 1,5 salário mínimo o que para parcela da classe média instruída não atendia suas demandas. Fazendo, assim, com que a insatisfação desta fração de classe pelo avanço das

classes populares em disputa pelos empregos mais qualificados aumentasse e as insatisfações ficassem mais latentes. Problema que o governo Dilma não conseguiria resolver sem modificações na matriz produtiva e questões estruturais.

Empresários e industriais das mais diversas áreas, possíveis integrantes da FIESP, constituintes da média classe média e alta classe média brasileira. Experimentaram ao longo dos governos do PT, devido ao aumento de crédito e do consumo em massa, maior concorrência também por redes de infraestrutura como aeroportos, rodovias e avenidas (elevação dos números de carros), saúde e educação e até serviços como shopping centers e restaurantes. Historicamente estas frações de classes utilizavam-se destas estruturas e serviços para se distinguirem e se considerarem diferenciados dos demais cidadãos brasileiros. Contudo, o contexto gerou perda de status social e ameaça à pretensão da distinção cultural. (BASTOS, 2017).

O primeiro governo Dilma continuou erodindo a renda real e o *status* social dessas camadas ao apoiar legislação que, em 2011, garantiu aumentos reais do salário mínimo até 2015 e, em 2013, estendeu direitos trabalhistas aos empregados domésticos, exatamente no ano em que a média classe média e a alta classe média encolhiam no Brasil, principalmente, em São Paulo. A inexistência desses direitos e seus baixos salários eram, como se sabe, uma tradição brasileira arcaica, herdada da escravidão e muito prezada por burguesias e camadas médias. (BASTOS, 2017, p.44)

As construções sociais que se deram nesta conjuntura afrontavam o *status quo* existente da classe média e criaram demandas para uma parcela da população que historicamente nunca haviam tido acesso a serviços e bens de consumo daquela natureza. Gerando, assim, grande tensionamento para o governo devido às relações conflituosas que se reacendiam entre essas classes.

O modelo de desenvolvimento brasileiro apoiado na criação de empregos precários e na desconcentração de renda entre os que vivem dos rendimentos do trabalho já não é capaz de garantir nem os lucros das empresas nem o consentimento dos subalternos. (BRAGA, 2016, p.50).

Pensar em Marx e sobre a ideia trazida por ele no livro 18 Brumário de que a história é cíclica, ou seja, os acontecimentos se repetem de tempos em tempos se torna interessante porque para ele a história aconteceria de duas formas. A primeira como tragédia e a segunda como farsa, sendo que a segunda seria muito pior e mais danosa que a primeira. Esta ideia tem norteado este trabalho quando pensamos nos avanços sociais de parcela de uma classe social e os mecanismos utilizados por parte de outra, especificamente, com os escritos de Florestan,

para barrar estes avanços e de que para nós como isso tem se repetido atualmente o que nos ajuda a explicar a movimentação da FIESP.

Os efeitos extra-econômicos da melhoria da situação material dos assalariados possivelmente encontrarão formas de resistência relativamente fortes de outras classes sociais (em particular quando eles afetarem o poder especificamente político e o “equilíbrio da ordem”). (FERNANDES, 1975, p.280).

Os ganhos sociais adquiridos pelas classes populares foram um prato cheio, falaremos mais disso, literalmente, para FIESP se organizar e financiar propagandas, manifestações, almoços para os manifestantes na avenida paulista em frente ao prédio da sua entidade objetivando retirar a presidenta eleita do seu cargo e garantir o bloqueio destes avanços para outra classe social que não a de seus representados.

#### **4.6 FIESP e sua contribuição para o Golpe**

Como havíamos dito a história para alguns é cíclica e ela se repete. No caso do Papel da FIESP tanto no golpe de 1964 quanto no de 2016 não foi diferente, pois a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo teve um desempenho importante na articulação daquele processo à época e que pensado para os dias atuais é tão relevante quanto foi no passado.

Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) trouxeram à tona alguns dados relevantes sobre como a FIESP atuou comprando armas, alugando petroleiros, pagando viagens de oficiais das forças armadas e apoiando medidas que objetivaram manipular a opinião pública que desestabilizaram o governo do presidente João Goulart favorecendo, assim, sua deposição através do golpe de 1964.

A ação anti-Goulart, entretanto, foi muito além. Entidades como a Fiesp, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes, de 61) e o Instituto Brasileiro da Ação Democrática (Ibad, de 59) elaboravam propostas mudanças pró-capitalistas, articularam-se com empresários estadunidenses, como o próprio presidente dos EUA, John Kennedy, e receberam milhões de dólares da CIA para criar um clima social contra Goulart no Brasil que propiciasse o golpe e sua deposição. Tiveram uma produtividade atroz e foram muito além de coletar apoios individuais de representantes de grupos econômicos à repressão política<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> O golpe de empresários e militares. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-golpe-de-empresarios-e-militares-452.html>> Acesso em 17/03/2018.

Os interesses que estiveram em jogo no passado e os atuais, sendo comparados, se constituem relativamente paralelos, pois este golpe da classe empresarial atendeu e, atualmente, atende o objetivo de frear avanços existentes para classes sociais não componentes destas frações de classe. No período anterior à ditadura de 1964 houve várias manifestações sociais de vários setores populares que reivindicavam melhor educação, maiores salários, mais cultura, saúde pública de qualidade, ou seja, mais direitos e ganhos sociais. O governo à época propagandeava as reformas de base como proposta de governo para alterar as estruturas econômicas, políticas e sociais que garantiriam a superação do subdesenvolvimento estimulando, concomitantemente, diminuindo as desigualdades sociais do Brasil.

Quando pensamos no contexto mais recente, destacamos, no decorrer deste trabalho, vários avanços obtidos por parcela da população que historicamente nunca haviam tido acesso ou obtido tamanhos ganhos sociais anteriormente, mesmo que infinitamente menores que os obtidos pelas média classe média e alta classe média no decorrer dos governos do PT. Contudo, ainda, assim, após a crise de 2008 e seu agravamento em 2011 esta conciliação que permitiu ganhos para todas estas classes e suas frações se tornou impraticável fazendo com que parcela da fração de classe que compunha a frente neodesenvolvimentista fosse se afastando gradativamente e se posicionasse diametralmente oposto, isto é, atuassem estimulando e financiando a deposição do governo ao qual estiveram coligados e foram influenciadores das políticas implementadas por eles.

Outra questão relevante que vale traçarmos um relativo paralelo é quanto aos interesses, pois tanto no golpe de 1964 quanto no golpe de 2016 as movimentações da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo vislumbravam interesses do setor empresarial como, por exemplo, a flexibilização das leis trabalhistas. E para atingirem seus alvos os empresários do passado, na década de 60, quanto os empresários do século XXI utilizaram do mesmo expediente para terem seus objetivos conquistados. Pois tanto uns quanto outros financiaram campanhas publicitárias, garantiram infraestrutura e influenciaram a opinião pública contra os presidentes eleitos<sup>46</sup>.

“Não há dados precisos, mas sabe-se que foi expressivo o fluxo de dinheiro para a repressão, a partir de coletas na Fiesp e em reuniões promovidas por Gastão de Bueno Vidigal (Banco Mercantil de São Paulo), João Batista Leopoldo Figueiredo (Itaú e Scania), Paulo Ayres Filho (Pinheiros Produtos Farmacêuticos), e

---

<sup>46</sup> O golpe de empresários e militares. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-golpe-de-empresarios-e-militares-452.html>> Acesso em 17/03/2018.

o advogado Paulo Sawaia, entre outros. Empresas como Ultragaz, Ford, Volkswagen, Chrysler e Supergel auxiliaram também na infraestrutura, fornecendo carros blindados, caminhões e até refeições pré-cozidas”, publicou *O Globo* em março de 2013.

No caso mais recente houve mobilização de tempo, dinheiro, infraestrutura entre outras coisas para verem seus objetivos serem atendidos. No dia 12 dezembro de 2015 a FIESP se posicionou oficialmente sobre o processo de impedimento de um presidente da república. Caso este inédito até então na história da Federação. Para subsidiar esta decisão a FIESP que representa 130 mil indústrias paulistas utilizou seu Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos ao qual submeteu 8.395 questionários para as empresas cadastradas e contabilizou 1.113 respostas entre donos ou gestores de indústrias de São Paulo<sup>47</sup>.

A partir deste momento o prédio da entidade se tornou ponto de encontro dos manifestantes anti-Dilma. O prédio que tivera sua fachada transformada em painel de obras artísticas multimídia e que fora denominado como a primeira galeria de arte digital a céu aberto da América Latina agora, durante as manifestações contrárias ao governo, havia se convertido em ícone visual da campanha favorável ao impeachment da presidenta Dilma em que apresentava recorrentemente as seguintes mensagens: “renúncia já” ou “impeachment já”. (ver anexo A).

O site da FIESP estampou arte produzida com dizeres de Paulo Skaf, presidente da entidade, que se engajou pessoalmente contra o governo Dilma reivindicando sua renúncia naquele período. (ver anexo B).

Dia 07 de março 2016 é o dia que a FIESP declara através do seu presidente o apoio as manifestações contra o governo Dilma que iriam acontecer no domingo dia 13 de março. Este apoio as manifestações se concretizou após reunião, na sede da entidade, em São Paulo, com mais de cem associações, sindicatos e movimentos como Vem pra Rua e Movimento Brasil Livre que debatiam o agravamento da crise política que era reforçada diuturnamente por estes mesmos atores políticos, naquele momento a campanha “Não vou pagar o Pato” era focada no combate ao aumento de impostos e recriação da CPMF, contudo, o Pato da FIESP acabou por se tornar o símbolo do pedido de impeachment da presidenta Dilma conforme disse o presidente da FIESP<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> Fiesp e Ciesp apoiarão impeachment da Presidente Dilma. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/fiesp-ciesp-apoiarao-impeachment-da-presidente-dilma-18293920>> Acesso em 19/03/2018.

<sup>48</sup> FIESP e FIRJAN defendem impeachment de Dilma. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/economia/fiesp-firjan-defendem-impeachment-de-dilma-18902113>> Acesso em 15/03/2018

— Já que ela não renunciou, como pedimos, nossa bandeira, a partir de agora, passa a ser o impeachment. Não tem cabimento o Brasil continuar à deriva. Há um descontrole total, e o governo não está se preocupando com as empresas, com o desemprego, mas apenas em se manter no poder — afirmou Skaf após a reunião.

Houve entre março a setembro de 2016 um pequeno grupo favorável ao impeachment, do governo eleito, que ficaram acampados em frente à sede da FIESP e que receberam apoio da Federação como, por exemplo, internet pelo Wi-fi, acesso aos banheiros da instituição e disponibilidade de refrigerantes<sup>49</sup>. (ver anexo C)

Um representante da FIESP disse que queria contribuir de alguma forma e eles ofereceram garantir almoços para os manifestantes que permaneceram pernoitando na Avenida Paulista em frente ao Prédio da entidade. No cardápio era servido filé mignon, massa, salada, torta, purê e arroz. A assessoria de imprensa da FIESP afirmou que o almoço é para lideranças dos grupos pró-impeachment e disse que a entidade virou a “casa do impeachment de Dilma”<sup>50</sup>(ver anexo D).

Outras medidas foram tomadas para desestabilização do governo e convencimento da opinião pública. Anúncios publicitários nos grandes conglomerados comunicativos foram pagos pela FIESP naquele período. Quatro jornais de grande circulação nacional (O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Valor Econômico e Correio Braziliense) tiveram campanha publicitária da Federação, que defendia abertamente o impeachment da presidenta, vinculadas em locais de destaque através de anúncios amarelos com pedido de “impeachment já”, sem a descrição de que se tratava de um informe publicitário<sup>51</sup>. (ver anexo E).

No portal do Estadão, a frase se repetia acima da manchete da primeira página do site (foto). Já em sua versão impressa, a propaganda tomou cerca da metade de 14 páginas do primeiro caderno do jornal. De acordo com a tabela de anúncios do jornal, o valor para um anúncio em meia página custa R\$ 180 mil. Este valor, em termos comparativos, é o equivalente ao que um jornalista ganha em cinco anos de trabalho, de acordo com o piso salarial em São Paulo.

---

<sup>49</sup> Manifestantes contrários à Dilma ganham filé mignon e outros ‘mimos’ da FIESP na Av. Paulista. Disponível em <<https://www.huffpostbrasil.com/2016/03/17/manifestantes-contrarios-a-dilma-ganham-file-mignon-e-outros-mi-a-21688195/>> Acesso em 13/03/2018

<sup>50</sup> FIESP oferece filé mignon a manifestantes pró-impeachment na Paulista. Disponível em <<https://www.valor.com.br/politica/4486600/fiesp-oferece-file-mignon-manifestantes-pro-impeachment-na-paulista>> Acesso em 14/03/2018

<sup>51</sup> Grandes jornais publicam campanha publicitária da FIESP apoiando o impeachment. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2016/03/30/grandes-jornais-publicam-campanha-publicitaria-da-fiesp-apoiando-o-impeachment/>> Acesso em 12/03/2018

, Outra rodada de anúncios foi feita em 21 Estados com a divulgação de fotos, telefone, páginas do facebook dos parlamentares para serem cobrados quanto aos seus posicionamentos referentes ao processo de impeachment.<sup>52</sup>

O símbolo constituído desta campanha fora um Pato amarelo de 12 metros de altura, confeccionado pela FIESP, que ficava posicionado em frente a sede da entidade na Avenida Paulista. Este pato foi alocado em Brasília conjuntamente com milhares de mini-patos de borracha liberados no espelho d'água em frente ao Congresso Nacional. (ver anexos F, G e H)

Em São Paulo a entidade distribuiu 20.000 patinhos de balão com gás hélio. Em várias outras capitais do país, em manifestações contrárias ao Governo Dilma, mini-patos foram distribuídos para os manifestantes.

A FIESP orientou os empresários para que fossem atrás dos parlamentares de seus estados para tensionar e se posicionarem favoráveis ao processo de impeachment da presidenta<sup>53</sup>.

Empresários de todos os cantos do país desembarcaram em Brasília nos meses de março e abril com uma missão definida: visitar deputados de seus estados e convencê-los a votar pela abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Eles se espalharam discretamente pelos corredores do Congresso em busca de votos, principalmente os dos parlamentares indecisos. E, na avaliação dos representantes dos empresários, o lobby, liderado pelos sindicatos patronais, surtiu efeito.

A campanha publicitária e as falas dos representantes da FIESP começaram a se concentrar na ideia da ineficiência estatal atrelado a corrupção existente naquele governo. O discurso começa a se tornar recorrente nos espaços que os representantes da Federação possuíam para se manifestar. O pato inflável se torna agora parte da chamada “luta contra a corrupção”. As imagens produzidas pelas redes de TV e pelos meios de comunicação escritos como jornais e revistas passaram a vincular a imagem do Pato inflável seguido de frases dos líderes empresariais “ninguém mais aguenta pagar o pato da corrupção!” (ver anexo I). Ou seja, a entidade se vangloria de ter conseguido abarcar parte do empresariado e dos manifestantes contrários ao governo Dilma atrelando-os a campanha que desencadeara anteriormente e que tomou rumos favoráveis ao impeachment da presidenta.

---

<sup>52</sup> Como as federações empresariais se articularam pelo impeachment. Disponível em <<https://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment/>> Acesso em 09/07/2018

<sup>53</sup> Como as federações empresariais se articularam pelo impeachment. Disponível em <<https://apublica.org/2016/08/como-as-federacoes-empresariais-se-articularam-pelo-impeachment/>> Acesso em 09/07/2018

A ideia do combate a corrupção foi se consolidando entre os manifestantes. A FIESP se utilizou magistralmente tanto da ideia quanto da vinculação do *slogan* de sua campanha, amalgamando-os para angariar saldo político favorável para suas ações que buscavam tensionar parlamentares e a opinião pública para que, assim, retirassem o governo que naquele momento não mais servia aos seus interesses como anteriormente serviram um dia.

Outras imagens de notícias retiradas do site da campanha da FIESP “NãoVouPagaroPato” demonstraram a forma e força política investida da instituição para concretização dos seus interesses em retirar o Governo eleito legitimamente. (ver anexo J, K, L)

O momento atual pode ser pedagógico também porque revela vários traços importantes das classes dominantes, tornando-os mais visíveis. (...)O empresariado pagou, literalmente, o pato da avenida Paulista, repetindo a militância antidemocrática de amplos setores empresariais, como fizeram em 1964. (...) O padrão mais “sofisticado” (de sofisticada manipulação) do trabalho ideológico que faz em prol de seus objetivos foi abandonado em nome da sanha desestabilizadora. O conluio entre Legislativo, Judiciário, PF, mídia e organizações empresariais, como a Fiesp, foi explícito. Por tudo isso, esse momento pode ser politicamente pedagógico porque expôs as vísceras do poder do capital no Brasil e mostrou como suas maquinações intestinais funcionam.(BRAZ, 2017, p. 93)

Concluindo conforme as próprias palavras do presidente da entidade, Paulo Skaf, que disse: “o pato já não é da FIESP, ele é um símbolo da sociedade”. “O pato é aquele símbolo do bem para acabar com o mal”. (ver anexo M). Isto é, a campanha que inicialmente havia sido pensada contrária ao aumento de impostos e a retomada da CPMF, agora se tornara o libelo contra a corrupção sendo a teórica referência do bem contra o mal.

#### **4.7 A falácia do discurso anti-corrupção**

O discurso de combate a corrupção foi utilizado intensamente neste processo de golpe que vivenciamos em 2016. Os empresários utilizaram através dos sindicatos patronais e federações, tendo a FIESP, como uma de suas principais vocalizadoras desta narrativa, a necessidade de, mediante as campanhas publicitárias, manifestações de rua e posicionamentos de seus representantes, reforçarem esta narrativa para convencimento da opinião pública, pois era de fundamental importância o convencimento da população para se tentar consolidar como se fosse uma vontade política nacional o projeto da retirada do governo, pois havendo pressão social nas ruas reforçaria as pressões feitas pelo lobby dos empresários nos corredores do Congresso Nacional.

Nas palavras de Antônio Gramsci: “O que se chama de ‘opinião pública’ está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria previamente a opinião pública adequada, isto é, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil... a opinião pública como hoje se entende nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutistas, isto é, no período de luta da nova classe burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia se discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que só uma força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa poeira individual e inorgânica” (GRAMSCI, 2000, Vol. 3, p. 265 apud BASTOS, 2017, P.10)

Neste caso a narrativa sobre corrupção ganhou fôlego e convenceu parte considerável da população que estiveram nas ruas naquele período. Conforme pesquisas feitas à época grande parte do povo que esteve nas ruas, inicialmente, nem foram se manifestar, necessariamente, contrários a saída do governo federal, mas em sua maioria foram reivindicar por estarem indignados com a corrupção. Dados mostram que na manifestação de 15 de março de 2015 que tiveram algo em torno de 210 mil manifestantes, 47% foram protestar contra a corrupção e 27% pelo impeachment da Dilma e na manifestação de 12 de abril de 2015 que contou com o número aproximado de 100 mil manifestantes 33% protestavam contra a corrupção e 13% pelo impeachment<sup>54</sup>.

A pesquisa que trouxemos (ver anexo N) tem como base a capital paulista como referente de espaço geográfico. Esta análise se torna importante porque compreendermos, minimamente, o perfil das pessoas que estiveram nas ruas naquele período nos ajudará a entender algumas questões que as fizeram se mobilizarem e sentirem necessidade de irem para rua reivindicar a saída daquele governo mediados pelo discurso da corrupção.

É importante destacarmos o perfil do brasileiro que foi às ruas nas manifestações contrárias ao Governo porque foram estas frações de classe, média classe média e a alta classe média, que se sentiram incomodadas em ter que compartilhar espaços sociais anteriormente restritos. O advento dos ganhos sociais, os avanços econômicos e educacionais por parcela da população que nunca antes haviam tido acesso, fez com que estas frações perdessem o sentimento de exclusivismo que pairava para eles.

Uma fração significativa da classe média interpretou o incômodo da maior proximidade física das classes populares em espaços sociais de consumo antes exclusivos da classe média como o primeiro passo de um processo que podia

---

<sup>54</sup> Irritação com corrupção foi motivação para maioria. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1615756-irritacao-com-corrupcao-foi-motivacao-para-maioria.shtml>> Acesso em 15/04/2018

significar uma ameaça aos privilégios reais de salário e prestígio. (...) Mas para quem estava acostumado ao isolamento de espaços exclusivos, é compreensível que o medo do compartilhamento de espaços se transforme em medo da disputa pelos verdadeiros privilégios de classe. (SOUZA, 2016, p.85)

Porém, chega um momento em que parcela da população que não sente o mesmo preconceito de classe existente das frações da classe média, contudo, após serem bombardeados diuturnamente por anúncios publicitários, outdoors, manifestações e pelas matérias de jornais e revistas impressas e, principalmente, pelos jornais da televisão, começam a se posicionar favoráveis a mesma pauta, ou seja, defendem o combate à corrupção acriticamente. Há necessidade de uma exposição contínua dos fatos que querem denunciar ou propagandear, pois as elites que influenciam e objetivam controlar o Estado para terem seus interesses atendidos, interesses esses historicamente prejudiciais a maioria da população, são obrigados a convencerem parcela da população objetivando angariar apoio popular para bandeiras impopulares.

Seja como for, para entender a revolta social contra a corrupção e a política profissional é preciso entender que, para além das camadas médias, as camadas populares que são tocadas e mobilizadas pelo discurso contra a corrupção não são apenas uma massa de manobra de interesses que lhes são alheios. A ojeriza popular à corrupção não é irracional, pois a corrupção tende a aumentar a desigualdade e a injustiça de acesso aos recursos públicos que o capitalismo já produz por mecanismos legais. Aliás, parte da luta política de esquerda pela democratização de direitos políticos envolveu justamente transformar em ilegal o uso do dinheiro como método desigual de ação política. A luta pela universalização de direitos políticos envolveu não apenas eliminar as exigências de renda mínima para o direito de votar, mas também barrar a compra de votos e cargos públicos, o financiamento empresarial de campanhas políticas e mesmo o *lobby* para influenciar decisões parlamentares. (BASTOS, 2017, P.41)

O discurso contra a corrupção foi utilizado em diversos expedientes durante a história da república brasileira a começar pelo movimento tenentista na década de 20 do século passado, outra situação que este expediente foi utilizado esteve relacionado aos movimentos contrários aos governos de Getúlio Vargas, também contra as políticas de João Goulart, Fernando Collor e mais recentemente agora contra a presidenta Dilma.

A importância dessa utilização deste recurso se dá pela explicação sociológica que Souza (2017) se baseando em Bourdieu, traz para compreendermos que a luta de classes não se dão apenas pelos meios físicos, muito pelo contrário, elas passam necessariamente pelo campo das ideias e do convencimento da esfera pública que seria a vontade política nacional.

Em vez da violência física, deveria entrar no seu lugar a violência simbólica como meio de garantir a sobrevivência e longevidade dos proprietários e seus privilégios. (...) Como o Estado corrupto passa a ser identificado como o mal maior da nação, a elite do dinheiro ganha uma espécie de carta na manga que pode ser usada a partir de então sempre que a soberania popular ponha, inadvertidamente, alguém contrário aos interesses do poder econômico.(SOUZA, 2017, P.132)

Esta ideia funciona perfeitamente como cortina de fumaça, não que o combate a corrupção não seja importante, mas a forma que foi utilizada historicamente sempre elegeu um bode expiatório no momento oportuno, que em 2015 foi o Estado governado por Dilma, para, assim, personalizar a corrupção que serviu para ludibriar a opinião pública focando no adversário de classe sem realmente apresentar os problemas dos arranjos institucionais que fazem com que seja possível acontecer e, deveriam ser combatidos para diminuir de fato a corrupção, que são relevante, porém, não são sequer debatidos ou apresentados para sociedade.

Primeiro a corrupção pode ser vendida como de interesse de todos, servindo como uma luva para todo tipo de mascaramento de interesses particulares em interesse geral; em segundo lugar, ninguém diz verdadeiramente o que é corrupção, tornando-a, precisamente por seu caráter impreciso e maleável, o mote ideal de todo tipo de distorção sistemática da realidade. Até pouco tempo atrás apenas o funcionário público podia ser corrupto segundo a letra da lei. (SOUZA, 2016, p.113)

O objetivo recorrente destes discursos é estimular a propaganda retórica do combate a corrupção mediados pela perspectiva da ética através de funcionários do aparelho do Estado que fizeram combate a corrupção, porém, seletivo que apurou malfeitos de uns partidos e não apuraram malfeitos de outros. Tudo isso com anuência e apoio dos grandes conglomerados midiáticos brasileiros. Podemos, assim, mais uma vez trazer uma breve comparação com o passado e de como as frações de classe atuaram tanto no passado quanto agora para terem seus objetivos conquistados.

O discurso anticorrupção é recorrente na nossa história de golpes. Sempre teve muita eficácia, pela sua capacidade de conquistar – na brilhante síntese de Dias Gomes e Ferreira Gullar – “a famosa classe média, que sonha ter em virtudes o que lhe falta em dinheiro”. Foi intensamente utilizado contra Getúlio Vargas em seu último governo. Foi apropriado por Jânio Quadros, que chegou ao poder montado na vassourinha que prometia “varrer a bandalheira”. Retornou como forma de combate aos governos do PT, primeiro com o Mensalão e, em seguida, mais vigorosamente ainda, com a Operação Lava Jato.(MORETZSOHN, 2016, p.7)

E podemos acrescentar

Em 1964, grandes manifestações “da família com Deus pela liberdade” prepararam o terreno para o golpe contra o presidente João Goulart; hoje, multidões “patrióticas” influenciadas pela imprensa submissa se mobilizaram para exigir a destituição de Dilma, em alguns casos chegando a pedir o retorno dos militares... Formadas essencialmente por brancos (os brasileiros são em maioria negros ou mestiços) de classe média, essas multidões foram convencidas pela mídia de que, nesse caso, o que está em jogo é “o combate à corrupção”. (LÖWI, 2016, p.55)

Em suma, o debate sobre corrupção se tornou mais um debate no âmbito moral em que os interesses políticos foram formulados através de um apelo aos valores, estabelecendo que a narrativa da corrupção deveria ser o único elemento a ser considerado na avaliação de um governo. Porém, o diagnóstico moralista implica propostas limitadas ao combate à corrupção. Garantido às frações de classe que se perpetuam no poder indignar moralmente com a corrupção do Estado e por seus representantes políticos, mas não se sentem corruptos e imorais quando exploram parcela da população e os mantém em condições precárias.

Se até os anos 1980 o discurso sobre a corrupção a apresentava como apenas um dos incômodos produzidos pelo subdesenvolvimento (e suas práticas características de clientelismo, patronagem e nepotismo), é interessante perceber como foi transformada num problema supostamente comum a todos, fazendo com que o discurso sobre a necessidade de combate à corrupção (associando transparência, *accountability* e democracia) caminhe para se tornar uma espécie de ‘nova ética global’ fundamental para a melhoria do sistema. (BRITO, 2017, p.58)

A criação desta agenda mascara desigualdades, questões de classe, privilégios entre outras coisas, na verdade ela favorece e reforça as desigualdades entre as frações de classe o que faz com que o discurso de combate às formas de corrupção pelo viés moralizante e universalizante perpetue efetivamente a dominação de frações de classe. (BRITO, 2017)

Se a corrupção fosse o problema real as medidas de combate teriam se valido de ações sobre aspectos institucionais que evitassem a compra da política pelo dinheiro, arranjos estruturais do sistema político que contribuem para corrupção como, por exemplo, os financiamentos empresariais para campanhas eleitorais, os altos custos das campanhas, a fragmentação partidária, formação de maiorias parlamentares para assegurar a governabilidade, além, claro, da baixa informação e participação da população sobre as temáticas e decisões relevantes para o país conforme matéria abaixo<sup>55</sup>.

(...) a corrupção é uma prática endêmica na sociedade capitalista em decorrência de elementos definidores do próprio capitalismo: a disputa econômica

<sup>55</sup> Quem é contra a corrupção? Disponível em <<https://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/geral/armando-boito-quem-e-contra-corrupcao-de-verdade/>> Acesso em 09/07/2018

entre as empresas, a concentração da propriedade e da renda – concentração que pode ser convertida em influência política –, da concentração do poder político – que, por sua vez, pode ser convertida em vantagens econômicas – e em decorrência, também, do segredo que protege a burocracia de Estado. Deve saber, portanto, que ao combater a corrupção combate por leis e instituições que a inibam, mas que não vão erradicá-la. A corrupção não decorre da mera desonestidade dos ocupantes de cargos públicos e dos diretores de empresas privadas.

Consolidar rejeição à política como um todo através do discurso da corrupção esconde os verdadeiros corruptores do Estado que são os empresários brasileiros conjuntamente com os representantes do dito mercado mundial que negociam constantemente seus interesses mediados pelas políticas de Estado e que se locupletam em detrimento da exploração da maioria da população, portanto, o discurso contra a corrupção e a política que ele estimula estão ligados a interesses de frações de classe.

Nesse sentido, a função de dominação cultural do discurso anticorrupção é muito mais evidente que a corrupção em si. Mais uma vez, isso não significa diminuir ou minimizar a corrupção, mas chamar atenção para o fato de que a criação desse ‘sistema de ficção ideológica’ particular (os países pobres assolados por causa da corrupção) não tem, necessariamente, relação com a ampliação de formas democráticas de gestão. (BRITO, 2017, p.59)

Florestan (1975) já nos alertava para relação de um Estado autocrático e oligárquico que preservaria a estrutura e funções democráticas para aqueles que monopolizavam o poder econômico, social e político e em contraposição gerariam opressão para maioria desassistida constituindo uma pseudodemocrática ou democracia restrita, conforme conceituamos no item 4.1, retendo os avanços e ganhos sociais para manter esta condição de nação pensada para apenas, no máximo, 20% da população.

Como em toda a história republicana brasileira, o mote da corrupção é sempre usado como arma letal para o inimigo de classe da elite e seus aliados. Isso sempre ocorre quando existem políticas que envolvam inclusão dos setores marginalizados - que implicam menor participação no orçamento dos endinheirados e aumento do salário relativo dos trabalhadores, o que também não os interessa - ou condução pelo Estado de políticas de desenvolvimento de longo prazo. A ideia é que a riqueza do país já tem dono, ou seja, ela é privada e deve ser privatizada. São esses os dois crimes que estão sempre verdadeiramente por trás de toda manipulação da corrupção brasileira. (SOUZA, 2016, p.112)

Portanto, Souza (2016) e Brito (2017) nos apresentam uma conexão entre as abordagens sobre o combate a corrupção que perpassam por valores ou ideias de combate a corrupção que são funcionais ao sistema capitalista, ambicionando, construir, com isso, um

conjunto de valores morais que prepararia os indivíduos para viverem sobre este sistema sem realmente questioná-lo.

O fato é que a corrupção é muito mais presente no sistema político e econômico do que permitem ver a discussão sobre propinas, o pânico moral e a percepção de empresários. (...) Nos termos de uma abordagem crítica, é necessário apontar a intensa correlação existente entre as transformações recentes do capital e a ascensão de um discurso internacional anticorrupção. Num mundo dividido, a construção de um discurso de combate às formas de corrupção, por seu caráter moralizante e universalizante, pode ser muito efetivo como meio de integração e/ou dominação. (Brito, 2017, p.59)

#### **4.8 O discurso da corrupção e suas contradições**

Várias teorias podem ser construídas para tentar explicar quais motivos levaram a FIESP – que em diferentes momentos havia declarado apoio formal aos governos petistas ao longo dos anos – ter se afastado da frente neodesenvolvimentista e se aproximado da fração compradora. Este trabalho apresenta alguns paralelos com o papel que a FIESP cumpriu no passado tanto quanto no presente, seus interesses, suas contradições e suas complexidades, pois a sociedade e os interesses políticos, econômicos e sociais são complexos mesmo.

Através de um trabalho sócio-histórico buscamos apresentar como a FIESP atuou influenciando as administrações Lula e Dilma e, posteriormente, como ela se afastou e propagandeou sobre a corrupção do governo incentivando seus filiados, que se enquadram no perfil da população que esteve nas ruas, a se manifestar apoiando a deposição da presidenta Dilma.

Uma questão sociológica relevante é entendermos que a posição da FIESP correspondeu aos anseios do pensamento da base empresarial paulista conforme é possível empreender em vários episódios que o presidente da entidade falou pelos seus filiados, participou de manifestações, patrocinou campanhas publicitárias e os reunia na sede da entidade. Além, claro, de compreendermos que pesquisas que trouxeram o perfil dos manifestantes que estiveram presentes na Avenida Paulista são muito factíveis correlacioná-los aos filiados da Federação porque se levarmos em consideração a escolaridade a pesquisa Datafolha de 15 de março e 12 de abril de 2015 que apresentam que quase 80% possuíam curso superior, levando em consideração a renda 41% recebiam mais de 10 salários mínimos e 41% do público tinha mais de 51 anos conforme pesquisa apresentada no item 4.7 deste trabalho.

E que no dia 13 de março de 2016 o mesmo instituto de pesquisa apresentou que a maioria dos manifestantes disseram que possuíam curso superior 77% dos entrevistados, 37% recebiam mais de 10 salários mínimos e 12% afirmaram serem empresários. Nessa pesquisa os dados trazidos tiveram como referência algo em torno de 500.000 manifestantes tendo como margem de erro dois pontos percentuais, para mais ou para menos. Sendo feitas 2.262 entrevistas. Outra questão relevante sobre esta pesquisa e que a notícia traz é que o do Datafolha afirmou encontrar o mesmo perfil dos manifestantes em outras quatro pesquisas feitas anteriormente<sup>56</sup>. Ou seja, acreditar que parte do empresariado paulista, filiado a FIESP, estiveram naquelas manifestações durante aquele período, é bem razoável, pois se considerarmos que num número de 500.000 manifestantes, 60.000 eram empresários conforme dados da pesquisa fica latente o número considerável de empresários que estiveram apoiando as manifestações.

Pensar na importância numérica que tiveram, neste contexto, estes empresários nas ruas, no raio de influência deles para com seus funcionários, as campanhas publicitárias financiadas pela entidade que representa 133 sindicatos patronais e mais de 130 mil indústrias e as declarações de seus representantes nos órgãos da grande mídia. Torna-se relevante como objeto de pesquisa a entidade denominada FIESP porque eles conseguiram influenciar e pautar em grande medida muito das ações da opinião pública.

A pauta encampada pela FIESP foi do combate a corrupção a qual a população aderiu conforme demonstrado por pesquisas e matérias de jornais apresentadas neste trabalho. Esta demanda do combate a corrupção está atrelada a um falso moralismo que anteriormente já fora utilizado pela fração de classe que sempre objetivou manter seu poder quando colocado em risco.

o liberalismo conservador, baseado no falso moralismo da higiene moral da nação, vai ser a pedra de toque da arregimentação da classe média que se cria nessa quadra histórica pela elite do dinheiro. O discurso moralista havia mostrado todo seu potencial de arregimentar e convencer sua clientela já na década de 1920 com o movimento tenentista. Os tenentes, oficiais das forças armadas mais jovens de baixa e de média patente, pretendiam a renovação moral da nação de cima para baixo. (SOUZA, 2016, p.132)

A construção do imaginário social de que o Estado é ineficiente e que o governo da presidenta Dilma precisava ser extirpado devido ao grau de corrupção em que estava

---

<sup>56</sup> Protesto cresce, mas manifestante mantém perfil de alta renda. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.shtml>> Acesso em 29/04/2019

envolvido faz parte das construções de discursos e das disputas políticas existentes no seio das sociedades contemporâneas.

Se a discussão se instala apenas no plano de valores éticos desenraizados, se entendemos o discurso sobre a transparência e o combate à corrupção como formas universalmente desejáveis desde o início da história e, principalmente, se esquecemos sua relação com os atuais desenvolvimentos da relação entre Estado e economia, corre-se o risco de endossar uma ‘cruzada moral’. (BRITO, 2017, p.60)

Entender a dimensão estrutural vigente destas práticas que constroem discursos anticorrupção, almejando um Estado transparente, faz parte das concepções de uma ordem em disputa que precisa ser lembrada e reiterada pelos valores morais tradicionais para destituição de representantes, como no caso em tela desta pesquisa, que não atendem os interesses de frações de classes que sempre tentaram se manter no poder historicamente.

E enquanto objeto sociológico, este trabalho se debruça em discutir a perspectiva da corrupção atrelada a valores morais, discurso construído pelos atores envolvidos no golpe de 2016, principalmente a FIESP, para descortiná-lo e apresentar quais foram os reais motivos que fizeram com que esta fração de classe apoiasse o processo de impeachment da presidenta eleita.

De fato, do ponto de vista do problema do fortalecimento dos sentidos democráticos, da saúde da economia e de uma ‘vida reta’, os moralismos, como demonstração ritual da revolta e escolha de bodes expiatórios, são formas de manutenção de uma falta de transparência organizada. Entretanto, aquilo que, em outras disciplinas, pode ser abandonado como moralismo é, para a sociologia, um campo de práticas sociais e conflito, um jogo de ações e interpretações. (BRITO, 2017, p.61)

Compreendendo o que Brito (2017) traz como práticas sociais, jogos de ações e interpretações, acreditamos adentrar sociologicamente nas ações que a FIESP executou durante os mandatos dos governos petistas e, assim, sermos capazes de apresentar os interesses que estiveram em jogo e as medidas tomadas para que esta fração de classe não fosse prejudicada pelas políticas governamentais da administração Dilma.

Este trabalho parte da premissa que vivemos no sistema capitalista e que neste sistema vivenciamos lutas entre classes, porém estas lutas não se limitam apenas aos ganhos econômicos, compreendemos que as lutas entre as classes passam pelas disputas de capital político, cultural e social, ou seja, capital simbólico.

Por isso, a fração de classe composta pelos empresários representados pela FIESP estiveram nas ruas, utilizaram sua Federação, produziram publicidade e influenciaram as

demais pessoas, não necessariamente, pelo combate a corrupção com este viés moralista, mas porque. acima de tudo, esta fração de classe se sentiu ameaçada pela ascensão das classes populares devido a maior possibilidade de consumo e ocupação de espaços historicamente relegados a eles.

A rejeição a políticas seletivas de inclusão social ficou clara em pesquisas de opinião com os manifestantes pró-impeachment em 2015. No que tange ao perfil de renda, inserção profissional e educação dos manifestantes, eles estavam acima da média da população brasileira em renda, participação de trabalhadores white collar e profissionais liberais, e educação superior. Na manifestação de 12 de abril de 2015 em São Paulo, a pesquisa coordenada por M. Cortês e P. Trópia (2015) pediu que os manifestantes escolhessem três entre quinze iniciativas dos governos do PT que mais os afetaram negativamente. Os mais indicados foram: Bolsa Família (44,5%), Auxílio reclusão a famílias de detentos (43,7%) e os programas de cotas raciais nas universidades públicas (35,6%). Na manifestação de 16 de agosto de 2015 em São Paulo, a pesquisa coordenada por Pablo Ortellado et al. (2015b) atestou que 70,4% dos manifestantes concordava (total ou parcialmente) com a afirmação de que “É justo quem estudou e se esforçou mais na vida tenha alguns privilégios” e 79,5% com “Negros não devem usar a cor da pele para conseguirem privilégios como cotas raciais”. (BASTOS, 2017, P.35)

O mercado de trabalho que estivera aquecido até 2015 atrelado aos consecutivos aumentos dos salários mínimos acima da taxa da inflação que chegaram a acumular um ganho real de 116,3% entre de 1995 e 2015, conforme Brito (2015), e o progressivo aumento da formalização do emprego, inflacionou o preço dos serviços dos trabalhos domésticos e temporários.

Pesquisa do Datafolha (2013) indicou que serviços domésticos tipicamente contratados pela alta classe média tiveram inflação em São Paulo muito superior ao IPC-Fipe (31%) entre 2008 e 2013: babá (102%), caseiro em São Paulo (89%), caseiro no interior/litoral (80%), faxineira/lavadeira/passadeira (66%), motorista particular (61%), auxiliar de enfermagem (54%), empregada doméstica (51%), diferentes tipos de pintura (cerca de 110%), colocação de revestimento em parede (80%) e colocação de piso (59%).(BASTOS, 2017, P.28)

Outra questão relevante que vale ser trazida foi a conquista histórica da lutas das empregadas domésticas que a partir de 2013 acabaram com a distinção que existia entre os direitos delas e dos demais trabalhadores, ou seja, agora teriam o direito de trabalharem jornada de trabalho regularizada de 44 horas semanais, sendo no máximo 8 horas diárias, direito a horas extras remuneradas, estabilidade em razão da gravidez entre outras conquistas. *“2013 foi o ano de aprovação de uma emenda à Constituição chamada, por muitos, como a*

*segunda abolição da escravidão no Brasil.*<sup>57</sup> Souza (2016) dialoga com esta temática trazendo o quão pouco refletimos sobre este conteúdo que criou relações sociais tipicamente brasileiras que até hoje reproduzem padrões escravocratas de exclusão social massiva.

A herança da escravidão é evidente na seguinte entrevista nos anos 1960 do clássico *A integração do negro na sociedade de classes* de Fernandes: “Outra evidência notória de status consiste ‘em ter posses para contratar empregada’. A ‘mulher de cor’, no passado e ainda hoje, sempre forneceu forte contingente das domésticas da capital... A expectativa de que a ‘preta’ seja sempre ‘empregada doméstica’ faz com que a ‘mulher de cor’ de classe média se defronte com certos ‘aborrecimentos’ frequentes. Eis como o marido descreve os dissabores da esposa, daí resultantes: ‘Ela sofre muito com os desaforos de gente que vai bater na porta, para oferecer verduras, artigos domésticos etc. Quando ela sai na janela ou chega à porta, logo recebe uma pergunta como esta: ‘A patroa está? Eu quero falar com ela!’ ‘Vá chamar sua patroa, que tenho um assunto para tratar com ela.’ Alguns são ainda mais atrevidos e mal criados. Quando ela diz: ‘A patroa sou eu’, eles respondem: ‘Deixe de brincadeira. Eu não tenho tempo a perder. Vá chamar sua patroa!’”. Eles pensam que o preto não pode ter uma casinha melhor e viver com mais decência” (FERNANDES, 1962, v. 2, p. 233-234 apud BASTOS, 2017, P.44)

Estes aumentos atrelados ao preconceito existente contra os trabalhadores menos qualificados, menos organizados, ou seja, mais precarizados gerou uma pressão estrutural dentro da alta classe média, que historicamente sempre utilizaram desses serviços, porém pagando, agora, pelos trabalhos, após reajustes acima da inflação, valores que seus empregos não cobriam pois não haviam tido reajustes condizentes durante estes anos de governos petistas. Consolidando, por isso, uma revolta entre as frações da classe média que tiveram que pagar mais pelos serviços manuais que de acordo com a história sempre se negaram a fazer.

Além dos elementos imateriais relativos ao *status* social perante os “pobres”, a questão dos salários de base é a principal questão distributiva que une o topo da frente neoliberal à sua base de massas. Essa base é a camada média com alguma qualificação profissional e educacional, especializada em trabalho não manual, e a pequena burguesia que, no Brasil, sempre gozaram de um padrão de vida semelhante aos de camadas médias de países de renda *per capita* superior porque contavam com bens e serviços barateados pelos baixos salários dos trabalhadores desqualificados e precários, muitos deles negros e mestiços (SAES, 1985a; CARDOSO DE MELLO e NOVAIS, 1998 apud BASTOS, 2017, P.34)

Neste ínterim, o movimento sindical obteve uma retomada na luta grevista devido a uma conjuntura de melhorias das condições dos trabalhadores nas condições gerais dos empregos,

---

<sup>57</sup>Retrospectiva 2013: direitos iguais para empregados domésticos e demais trabalhadores. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/459619-RETROSPECTIVA-2013-DIREITOS-IGUAIS-PARA-EMPREGADOS-DOMESTICOS-E-DEMAIS-TRABALHADORES.html>> Acesso em 04/01/2019

repercutindo consideravelmente no âmbito direto da luta entre capital *versus* trabalho. O DIEESE apresentou dados que ratificam esta afirmativa: a partir de 2007 vinha ocorrendo um aumento gradativo, ano após ano, no número de greves pelo Brasil afora, tendo os trabalhadores protagonizado em 2013 o recorde de 2.050 greves sendo 134% a mais que no ano anterior. As greves destes períodos foram consideradas por Marcelino (2017) como greves ofensivas, porque as pautas por melhores salários e ampliação de benefícios eram o mote das reivindicações e em sua grande maioria elas foram atendidas.

Questão relevante entre capital e trabalho, também, são os mecanismos de acordos e convenções coletivas que passam despercebidos muitas vezes, porque não geram mobilizações das bases, porém, temos no Brasil diretores sindicais, sindicatos patronais, advogados e recursos humanos das empresas negociando condições contratuais para seus representados. (CARDOSO, 2015)

E, uma vez mais, segundo o DIEESE, desde 2008, 80% ou mais das categorias negociaram reajustes salariais acima da inflação, proporção que atingiu quase 95% em 2012. Apesar da queda em 2013, em 2014 a cifra voltou a superar os 90%. Desde 2005, a proporção de acordos que superaram a inflação esteve sempre acima de 70%, e acima de 80% na maioria das vezes. (CARDOSO, 2015, p.502)

Esses dados contribuem para entendermos porque o sindicalismo esteve compondo a frente neodesenvolvimentista, pois esta conjuntura era mais benéfica para a luta sindical e, consecutivamente, mais vantajosa para os trabalhadores como um todo. Todavia, se pensar nos interesses das frações de classe compradora e da burguesia interna, que numa conjuntura de desaceleração, deixaram de ganhar tanto quanto estavam ganhando essa política que favorecia outras classes que não eles, passa a ser pernicioso e problemático para seus interesses e objetivos.

Por conseguinte, ajuste fiscal para garantir ganhos de capital aos rentistas e aos próprios industriais através do pagamento dos juros da dívida pública, privatizações para oportunizar investimentos rentáveis, cortes nos direitos trabalhistas e sociais são alguns dos motivos que elencamos para entendermos os porquês do golpe de 2016. Todavia, não podemos desconsiderar que talvez um dos principais motivos do golpe esteja relacionado ao conflito distributivo de classe obtido pelas classes populares.

É hoje inegável para qualquer pessoa que tenha ido à Avenida Paulista, ou a qualquer das grandes avenidas das grandes cidades brasileiras, protestar só contra Lula e o PT que a corrupção era fachada para o verdadeiro objetivo das classes médias, que era interromper o projeto de ascensão social dessas classes para que

continuem sendo – exatamente como os escravos do passado – o dia das, superexploradas e desprezadas. (SOUZA, 2016, p.102)

Portanto, ao invés de termos os empresários componentes da alta classe média e média classe média, indo as ruas, para defenderem o combate a corrupção, acreditamos que eles se rebelaram, verdadeiramente, contra as políticas distributivas dos governos petistas e contra o ganho de poder político e econômico dos trabalhadores menos qualificados, precarizados e dos trabalhadores organizados pelos sindicatos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos deste trabalho foram pensados para podermos enquadrar o papel de importância que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) teve na política brasileira entre os anos de 2002 até 2016. Primeiramente, ela esteve próxima dos governos Lula e Dilma, influenciando significativamente suas pautas enquanto componente da frente neodesenvolvimentista, direcionando as políticas governamentais para o atendimento de suas demandas por meio de ações voltadas para o campo da burguesia interna, sendo esta, em grande medida, os industriários.

Consecutivamente, após a crise internacional de 2008 e seu prolongamento em 2011, as medidas políticas tomadas pelo governo Dilma não surtiram o efeito esperado que deveriam ter, isto é, crescimento econômico brasileiro, passando, assim, a não mais conseguir atender as demandas da FIESP.

Neste ínterim a fração de classe compradora (rentista) que vinha aferindo ganhos consideráveis devido a política da manutenção do tripé macroeconômico e da política de ganhos através da taxa Selic, sofre um impacto com a guinada da política econômica do governo Dilma que decide enfrentá-los através da redução gradativa da Selic repercutindo diretamente nos interesses desta fração de classe.

Os bancos privados passam a sofrer pressão pela redução das taxas dos lucros através das políticas governamentais que ficaram conhecidas como “batalha do spread” ou “guerra dos juros” e que tiveram como instrumento para estas ações os bancos públicos.

A administração Dilma passou a se posicionar publicamente contrário aos lucros exorbitantes dos bancos no Brasil o que a colocou em rota de colisão com os interesses da fração de classe compradora (rentista).

A fração de classe neoliberal e integrada ao capital financeiro internacional entra, por isso, no embate contra o governo e começa a mobilizar seus instrumentos de pressão e inicia um movimento para tensionar os industriários para comprarem esta briga contra o governo conjuntamente.

Durante estes períodos a FIESP lança uma campanha solicitando a redução da taxa de energia no Brasil, pois caso houvesse essa redução, haveria, conseqüentemente, redução no custo da produção do empresariado. O governo atende a demanda, que havia sido mobilizada pela FIESP. Porém, devido a forma como o governo fez para que a demanda fosse atendida

reforçou a ideia entre as frações da burguesia interna e compradora de que se estava consolidando um ativismo estatal e que reverberava um mandato intervencionista.

De tal modo, os interesses de classe e frações de classes divergentes que estavam dissimulados e repousados, até então, emergem no contexto de crise internacional e de recessão no Brasil, fazendo com que a FIESP se distanciasse do governo Dilma e se reaproximasse da outra fração de classe opositora da frente neodesenvolvimentista. Buscando, com isso, agora juntas pautarem uma nova política econômica que os favorecessem nesta nova conjuntura vivenciada.

Quando se sentiram prejudicadas, as frações de classe burguesa que possuíam divergências internas, viram a necessidade de se organizarem para retomarem o controle do Estado, para conseguirem pautar agora seus interesses que não viam ser capazes de serem pautados pelo governo da presidenta Dilma.

Essas ações e medidas tomadas pelas frações de classe envolvidas, destacando, principalmente, a burguesia interna e a burguesia compradora servem como chave explicativa para compreendermos como a FIESP se movimentou durante os governos Lula e Dilma.

Trazer fundamentos sócio-históricos que nos ajudam a compreender como se deu a construção societária brasileira. Ou seja, como, em contextos passados, parcelas da população atuaram em condições relativamente parecidas, utilizando Fernandes para fazermos alguns paralelos e mostrar como a burguesia brasileira aliou-se para terem seus interesses garantidos e perpetuarem seus ganhos tanto no passado quanto no presente é o objetivo desta pesquisa.

Em 1964, a FIESP atuou em favor da desestabilização do governo João Goulart. Naquela época, a sociedade vivenciava uma efervescência entre os trabalhadores do campo e da cidade, mobilizações nos diretórios acadêmicos das universidades, movimento cultural pulsante, e que prometia as reformas de base que poderiam alterar as estruturas econômicas, políticas e sociais garantindo superação do subdesenvolvimento e estimulando, concomitantemente, diminuição das desigualdades sociais no Brasil daquele período.

Mostramos como os ganhos sociais de parcela da população mais carente, em outros momentos históricos, fizeram com que houvesse unicidade entre as frações e, com isso, rupturas democráticas para, assim, garantir o controle e manutenção sobre o Estado brasileiro e conseqüentemente sobre a sociedade brasileira.

Entre as elites das classes dominantes havia um acordo tácito quanto à necessidade de manter e de reforçar o caráter autocrático da dominação burguesa, ainda que isso parecesse ferir a filosofia da livre empresa, as bases legais da ordem e os mecanismos do Estado representativo. (FERNANDES, 1975, p.207)

As administrações do PT foram responsáveis por uma considerável diminuição da desigualdade de renda no Brasil e a maior redução da pobreza absoluta dos últimos quarenta anos. Isso devido ao maior investimento na educação, políticas de transferência de renda pelos programas como bolsa família e consistente política de valorização do salário mínimo, diminuição das diferenças entre as áreas urbanas e rurais e fortalecimento do mercado de trabalho formal.

O papel de preconceito de classe foi e continua sendo fundamental para regimentar parcela da população, alimentando ódio sobre diferentes grupos que, dependendo do governo vigente, passam a acessar espaços que historicamente estiveram negados, sendo que somente através de mobilidade social garantida pela ascensão do capital econômico (renda, salários, bens e imóveis), capital cultural (saberes e conhecimentos adquiridos por diplomas, títulos, livros e interações sociais) e capital social (relações interpessoais que construímos que poderiam ser transformados em benefícios próprios e em recursos de dominação) garantem o capital simbólico (prestígio, honra, autoridade, carisma) e que transforma efetiva a condição de vida dessas populações.

Os traços herdados da escravidão constituíram marcas indeléveis em seu comportamento. A intolerância se volta com frequência contra os negros, ainda mais quando eles experimentam alguma mobilidade social, mesmo que pequena e intraclasse. Mas essa intolerância racista é também, fundamentalmente, classista. No Brasil, os ricos e seus sócios menores das camadas médias odeiam pobres. É por isso que Fernandes disse uma vez: “Contra a intolerância dos ricos, a intransigência dos pobres!”. (BRAZ, 2017, p.102)

Por isso, a FIESP atua novamente desestabilizando, agora, o governo Dilma, devido aos avanços sociais conquistados pelas classes populares, utilizando-se de expedientes semelhantes conforme utilizados no passado para, assim, trazer à baila questões moralizantes para fundamentar o discurso da corrupção enquanto combate legítimo, porém falseado, nesta conjuntura para legitimar seus interesses enquanto classe burguesa, unificando-se com a fração de classe compradora (rentista), temporariamente, para se perpetuarem no poder.

A ideia do combate à corrupção através de anúncios publicitários, manifestações dos seus representantes e da campanha “NãoVouPagaroPato” que foi capitalizada para “Ninguém mais aguenta pagar o pato da corrupção”, transformando seu mascote, o Pato cego de borracha, no símbolo do combate a corrupção ou do “bem contra o mal”. Enviesando, consecutivamente, seu discurso para uma ótica moralista, que nada acrescenta, de fato, no

combate efetivo deste sistema. Pois, na verdade, serve como manutenção de uma falta de transparência no processo que deveria se apurar.

Brito (2017) nos apresenta quanto ao combate sobre a corrupção pelo viés moralista a construção de valores funcionais para o capitalismo, mascarando, realmente, o problema estrutural existente, elegendo, dessa maneira, bodes expiatórios para garantia da falta de transparência organizada e manutenção do benefício de poucos em detrimento de muitos.

Assim, uma análise da retórica da corrupção – e da sua forma simbiótica que é o moralismo – ajuda a entender desde o trânsito entre poderes políticos e econômicos e a formação de horizontes normativos até a tradução, incorporação e normalização de valores morais por grupos específicos. (BRITO, 2017, p. 61)

Logo, esse trabalho anseia nos fazer pensar sobre as condições que essas elites possuem para se manterem e barrarem as mudanças sociais, apresentando-nos como elas trabalharam para dificultarem as conquistas da baixa classe média, isto é, as classes populares no acesso a bens e serviços que poderiam transformar suas realidades.

A necessidade dessas frações de classe (elites) no atrelamento ao controle do Estado e a procedimentos tecnocráticos, jurídicos e midiáticos que reconfiguram a ordem política para garantir a manutenção e/ou aperfeiçoamento dos privilégios para esta elite dominante em oposição ao acesso a parcela da maioria da população brasileira.

E como a pauta do combate a corrupção enviesado apenas pela ótica moralista sempre foi um expediente utilizado pelas elites para garantirem a mobilização das classes médias brasileiras e, assim, fazerem com que as elites tivessem seus objetivos atendidos, porém, sem que a maioria dos envolvidos compreendessem o que de fato estivera em jogo. Dessa forma foi-se garantindo os privilégios para uma pequena parcela da população em detrimento das condições de vida da maioria da sociedade brasileira.

Por conseguinte, a FIESP, representaria, no contexto trazido por este trabalho, a tentativa da consolidação deste conjunto de valores morais atrelados aos discursos internacionais anticorrupção, que após a década de noventa ganham muita força internacionalmente, mas que na prática não funcionariam efetivamente contra as estruturas que precisariam ser mudadas para diminuição desta corrupção endêmica do sistema capitalista. Todavia, na verdade, desse modo, a FIESP estaria apenas funcionalizando os valores ideológicos para naturalizar as mudanças do sistema e a conservação dos interesses de um grupo político. (BRITO, 2019)

Portanto, este trabalho não objetivou explicar os comportamentos das elites econômicas brasileiras, mas, sucintamente, debruçou-se sobre as estratégias de valor e justificação empregadas por uma parte desta fração da elite, especificamente a FIESP, e sua relação com os governos do PT e o papel fundamental que esta Instituição teve na construção do estímulo e narrativa que levaram milhões de pessoas as ruas contra o governo democraticamente eleito da presidenta Dilma.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal.** Blog da Boitempo, 8 jun. 2016 (blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-dacrise-do-capitalismo-neoliberal/);

ASSUMPÇÃO, T. B. de. **Bloco no poder e política nos governos FHC e Lula.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2014;

BASTOS, P. P. Z. **Ascensão e crise do Governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia.** Revista econômica contemporânea, número especial: p.1-63, 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v21n2/1415-9848-rec-21-02-e172129.pdf>> Acesso em 19/05/2019;

BERGER, P. L. **Perspectivas Sociológicas:** uma visão humanística. 23ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1986;

BEZERRA, Glícia M. P. **Do imposto ao impeachment: análise do discurso da campanha “Não vou pagar o pato”.** 6º encontro de GT's de Pós-graduação -Comunicon, São Paulo, 2016. Disponível em <[http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTPOS/GT4/GT04-GLICIA\\_BEZERRA.pdf](http://anais-comunicon2016.espm.br/GTs/GTPOS/GT4/GT04-GLICIA_BEZERRA.pdf)> Acesso em 19/05/2019;

BIANCHI, A. **O que é um golpe de Estado.** Blog Junho, 26 mar. 2016 blogjunho.com.br/oque-e-um-golpe-de-estado;

BOITO Jr. A. **Os atores e o Enredo da Crise Política,** em Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto (orgs.), Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016;

\_\_\_\_\_. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo.** Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV / São Paulo. Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>> Acesso em 22/08/2018;

\_\_\_\_\_. **Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil.** Disponível em <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/3\\_Boito.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/3_Boito.pdf)> Acesso em 05/05/2018;

\_\_\_\_\_. **Hegemonia neoliberal no Governo Lula.** Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/critical7-A-boito.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critical7-A-boito.pdf) acesso em 05/05/2018;

\_\_\_\_\_. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999; BOITO Jr. A. e GALVÃO. A. **Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder**, em Políticas e Classes sociais no Brasil dos anos 2000. São Paulo: Alameda, 2012;

BOITO Jr. A. e BERRINGER, T. **Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos Governos Lula e Dilma.** Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-44782013000300004&lng=p&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-44782013000300004&lng=p&tlng=pt) Acesso em 10/05/2018;

BRAGA, R. **Sob a sombra do precariado.** In Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. (Org.) Ermínia Maricato... [et al.] – 1ªed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013;

BRAZ, M. **O Golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário.** Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000100085&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000100085&script=sci_abstract&tlng=pt) acesso em 18/07/2018;

BRITO, A.S. **O papel do salário mínimo na redução da desigualdade na distribuição de renda no Brasil entre 1995 e 2013.** Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), Niterói, RJ, 2015;

BRITO, S.M. **Para além da técnica: experiência moral e combate à corrupção em processos de auditoria pública.** Política & Trabalho, Revista de Ciências Sociais, nº46, p. 49-69 jan/jun. 2017;

BRITO, S.M. **Estados imaginados e novas virtudes: notas sobre a construção das políticas de transparência e combate à corrupção.** Horiz.antropol., Porto Alegre, ano 24, nº50, p.25-52, jan./abr.2018;

CARDOSO, A. M. **Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro.** *Caderno CRH*, nº 28, 2015, pp. 493-510;

COSTA, P. R. N. **Empresários industriais e Estado no Brasil do século passado.** Revista de Sociologia e Política, nº15, p.133-155, nov. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a11n15.pdf> acesso em 21/05/2019;

DELGADO, Ignacio Godinho. **Os empresários e o Governo Lula**. XXVII encontro anual da ANPOCS, GT05: empresariado e ação coletiva, outubro, 2003. Disponível em <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/27-encontro-anual-da-anpocs/gt-24/gt05-22/4156-idelgado-os-empresarios/file>> acesso em 19/05/2019;

ESCOBAR, P. **O Brasil no epicentro da Guerra Híbrida**. Outras Palavras, 30 mar. 2016. Disponível em <<http://outraspalavras.net/brasil/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida/>> acesso em 20/03/2018;

FARHI, M. *et al.* **A crise e os desafios para a nova arquitetura financeira internacional**. Revista de economia política, vol.29, n.1 (113), p.133-149, jan/mar., 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>> acesso em 24/04/2018;

FARIAS, F. P de. **Frações burguesas e bloco no poder**: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. Crítica Marxista, nº28, pp. 81-98, 2009 Disponível em <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo166artigo4.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo166artigo4.pdf)> acesso em 15/10/2018;

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975;

\_\_\_\_\_. **Fernandes na constituinte**: leituras para a reforma política. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo Expressão Popular, 2014;

\_\_\_\_\_. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015;

Um ensaio de interpretação sociológica. In: FERNANDES, F. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, [1977] 1980b.

FERNANDES, Heloisa. **Capitalismo selvagem, dominação autocrática-burguesa e revolução dentro da ordem**. Disponível em <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/Heloisa-Fernandes-Capitalismo-selvagem-Rev-dentro-da-ordem.pdf>> Acesso em 30/06/2019;

FERRARI FILHO, F., PAULA, Luiz F. de. **A crise das finanças desregulamentadas: o que fazer?** Revista de economia política, vol.29, n.1 (113), p.133-149, jan/mar., 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>> acesso em 24/04/2018;

FRASSÃO, Caroline de S. **Lobby e proteção da indústria: uma análise do Plano Brasil Maior**. 40º encontro anual da ANPOCS – ST 12 dinheiro, política e democracia, Caxambú, Minas Gerais, p.01-27, 2016. Disponível em <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st12-7/10253-lobby-e-protecao-da-industria-uma-analise-do-plano-brasil-maior/file>> acesso em 22/03/2018;

GALA, Paulo. **Evolução recente do câmbio no Brasil: momento Minsky**. Revista de economia política, vol.29, n.1 (113), p.133-149, jan/mar., 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>> acesso em 24/04/2018;

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002;

GIL, A. D., BARIZÃO, D. F. **A crise econômico-financeira de 2008/2009 e seu impacto no Brasil**. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/8120/8419>> acesso em 26/05/2019

GOMES, P. **Brasil e o infeliz retorno a 1964**. *Justificando*, 28 out. 2017. Disponível em <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/10/28/brasil-e-o-infeliz-retorno-1964>> acesso em 20/05/2018;

GRUN, R. **Escândalos, tsunamis e marolas: Apontamentos e desapontamentos sobre um traço recorrente da atualidade**. RBCS, Vol. 26, nº77 out/2011;

GUIMARÃES, J. **Não há nada mais desmobilizador hoje do que 2018. Entre nós e 2018 há um abismo**. Entrevista. *Sul 21*, 16 jul. 2017 ([www.sul21.com.br/jornal/nao-ha-nada-maisdesmobilizador-hoje-do-que-2018-entre-nos-e-2018-ha-um-abismo/](http://www.sul21.com.br/jornal/nao-ha-nada-maisdesmobilizador-hoje-do-que-2018-entre-nos-e-2018-ha-um-abismo/));

HERMANN, J. **Da liberalização à crise financeira norte-americana: a morte anunciada chega ao Paraíso**. Revista de economia política, vol.29, n.1 (113), p.133-149, jan/mar., 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>> acesso em 24/04/2018;

HORTA, F. e VALIM, P. **As coisas no seu devido lugar**. Opera Mundi, 31 out. 2017. Disponível em <<https://operamundi.uol.com.br/opiniao/48301/as-coisas-no-seu-devido-lugar>> acesso em 31/07/2018;

IANNI, O. **A sociologia de Fernandes**. Estudos avançados, V.10, nº26, p.25-33, 1996. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v10n26/v10n26a06.pdf>> Acesso em 04/01/2017;

KADDOUM TRAJTENBERG, M.E. **A constituição de 1988 e a transição.** Núcleo interdisciplinar de Estudos Pesquisas sobre Marx e o Marxismo, Rio de Janeiro, p.1-15, out., 2013. Disponível em <<http://www.niepmarx.com.br/MManteriores/MM2013/Trabalhos/Amc312.pdf>> Acesso em 09/01/2017;

KERSTENETSKY, C.L. **Redistribuição no Brasil no século XXI.** Centro de estudos sobre desigualdade e desenvolvimento, nº125, setembro, 2017. Disponível em <[http://www.ie.ufrj.br/images/grupo\\_cede/publica%C3%A7%C3%B5es/site\\_antigo/tds/td125\\_9c2e6.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/grupo_cede/publica%C3%A7%C3%B5es/site_antigo/tds/td125_9c2e6.pdf)> Acesso em 16/05/2019;

KERSTENETSKY, C.L.; BRITO, A.S. **A política de valorização do salário mínimo foi importante para redução da pobreza no Brasil? Uma análise para o período 2002-2013.** Centro de estudo sobre desigualdade e desenvolvimento, nº 132, 2018. Disponível em <[http://www.ie.ufrj.br/images/grupo\\_cede/publica%C3%A7%C3%B5es/discuss%C3%A3o/2018/132\\_a75cc.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/grupo_cede/publica%C3%A7%C3%B5es/discuss%C3%A3o/2018/132_a75cc.pdf)> Acesso em 16/05/2019

KREIN, J.D., BIAVASCHI, M. de B. **Brasil: os movimentos contraditórios da regulação do trabalho dos anos 2000.** Cuadernos Del Cendes, ano 32, nº89, terceira época, mayo-agosto, 2015. Disponível em <<http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2015/10/CLASCO-vers%C3%A3o-enviada-de-maio.pdf>> Acesso em 17/05/2019

LEMOS, R. L. C N. **Contrarrevolução, Ditadura e Democracia no Brasil**, em Carla Luciana Silva, Gilberto Grassi Calil e Marcio Antônio Both da Silva (orgs.), Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014). Porto Alegre: FCM;

LIMA, T. D., DEUS, L. N. **A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira.** Revista cadernos de economia, Chapecó, v.17, n.32, p.52-65, jan/jun. 2013. Disponível em <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/viewFile/1651/922>> acesso em 24/04/2018;

LOPES JÚNIOR, E. **As gramáticas morais da corrupção:** aportes para uma sociologia do escândalo. Mediações, Londrina, V.15, n.2, p.126-147, jul/dez. 2010;

LÖWI, Michael. **Da tragédia a farsa.** In Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política do Brasil. (Org.) Ivana Jinkings... [et al.] – 1ªed. – São Paulo: Boitempo, 2016;

MARCELINO, P. **Sindicalismo e Neodesenvolvimentismo**: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. Tempo social. Revista de Sociologia da USP, V.29, n.3, p.201-227, dez. 2017;

MENDONÇA, Ana R. R. de. **Regulamentação bancária, gestão de riscos e gestão da desordem financeira**. Revista de economia política, vol.29, n.1 (113), p.133-149, jan/mar., 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>> acesso em 24/04/2018;

MONTOYA, Marco A. e CECHIN, Alícia. **Origem, causas e impactos da crise financeira de 2008**. Teoria e evidências econômica – ano 23, n.48, p.150-171, jan/jun. 2017. Disponível em <<http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/download/7363/4334/>> Acesso em 24/04/2018;

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. **A mídia e o golpe: uma profecia autocumprida**, em Adriano de Freixo e Thiago Rodrigues (orgs.), 2016, o ano do golpe. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016;

NEDER, H., ALVES FILHO, N., SOUZA, S. **Acesso a renda e inflação de preços de alimentos no Brasil: análise dos efeitos do Programa Bolsa Família**. RESR, Piracicaba-SP, Vol.53, Nº1, p.051-070, Jan/Mar 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v53n1/0103-2003-resr-53-01-00051.pdf>> Acesso em 21/04/2018;

NOBRE, M. **Choque de democracia**: razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013;

OLIVEIRA, F.M.Cavalcanti de. **Crítica à razão dualista O ornitorrinco**. 2ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008;

OLIVEIRA, M. M. de. **O professor Florestan e a Constituinte**: a política como práxis pedagógica. Revista olhares Sociais. PPGCS, UFRB, vol.3, nº2, p. 46-75, 2014. Disponível em <<http://www3.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/5-O-Professor-Florestan-E-A-Constituinte-A-Pol%C3%ADtica-Como-Pr%C3%A1xis-Pedag%C3%B3gica-Marcos-Marques-de-Oliveira-.pdf>> Acesso em 09/01/2017;

OREIRO, José L. da C., BASILIO, F. A. C. **A crise financeira brasileira: uma análise a partir do conceito de fragilidade financeira à la Minsky**. Revista de economia política, vol.29, n.1 (113), p.133-149, jan/mar., 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>> acesso em 24/04/2018;

PAGOT, R., JARDIM, E. B. **Os BRICS frente aos Estados Unidos após a crise financeira de 2008: alternativa a uma hegemonia declinante?** Textos de economia, Florianópolis, v.17, n.2, p.128-150, jul/dez. 2014. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/download/2175-8085.2014v17n2p128/29279>> acesso em 24/04/2018;

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crise e recuperação da confiança.** Revista de economia política, vol.29, n.1 (113), p.133-149, jan/mar., 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>> acesso em 24/04/2018;

PIRES, Selma S. **A crise financeira internacional de 2008 e seus desdobramentos sobre a economia brasileira.** VI jornada Internacional de políticas públicas. Maranhão, São Luis, agosto, 2013. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo1-mundializacaoestadosnacionaispoliticaspublicas/acrisefinanceirainternacionalde2008eseusdesdobramentossobreaeconomibrasileira.pdf>> acesso em 24/04/2018;

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012;

PORTELA JUNIOR, A. **Limites políticos e conceituais da Democracia no Brasil:** Fernandes e a “Transição Democrática. Áskesis. Revista dos Discentes do PPGS, UFSCar, v. 1, nº2 jul/dez - p. 10 – 22, 2012. Disponível em [https://revistaaskesis.files.wordpress.com/2011/08/artigos\\_01\\_2013\\_aristeu-portela-jc3banior.pdf](https://revistaaskesis.files.wordpress.com/2011/08/artigos_01_2013_aristeu-portela-jc3banior.pdf)> Acesso em 09/01/2017;

PORTELA JUNIOR, A. **A problemática da democracia brasileira no pensamento de Fernandes.** Recife: UFPE, 2013. 147 p. Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Sociologia. Disponível em <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11771/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Aristeu%20Portela.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 09/01/2017.

POULANTZAS, N., MILIBAND, R.. **Debate sobre o Estado Capitalista.** Porto: Afrontamento, 1975.

SAAD FILHO, A. **Avanços, contradições e limites dos Governos Petistas.** Crítica Marxista, Unicamp, nº42 – p.171 – 177, 2016. Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie2017\\_03\\_03\\_11\\_01\\_41.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2017_03_03_11_01_41.pdf)> Acesso em 17/05/2019.

SAKAMOTO, L. **O governo Temer escolhe o inimigo**: os direitos adquiridos pelos mais pobres. Blog do Sakamoto, 17 mai. 2016 (blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/05/17/o-governo-temer-escolhe-o-inimigo-os-direitos-adquiridos-pelos-mais-pobres/).

SANTOS, Kleber V. C. **Política comercial e grupos de interesse: a percepção do empresariado paulista sobre as negociações comerciais internacionais**. Centro de estudos das negociações internacionais, USP, maio, 2013. Disponível em <[https://caeni.com.br/of\\_files/politica-comercial-e-grupos-de-interesse-a-percepcao-do-empresariado-paulista-sobre-as-negociacoes-comerciais-internacionais/](https://caeni.com.br/of_files/politica-comercial-e-grupos-de-interesse-a-percepcao-do-empresariado-paulista-sobre-as-negociacoes-comerciais-internacionais/)> Acesso em 19/05/2019;

SARTI, Fernando. **Crises e perspectivas do Mercosul**. IN: LAPLANE, Mariano; COUTINHO, Luciano & HIRATUKA, Célio (orgs). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo, Editora Unesp, 2003.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009;

SICSÚ, João. **Para além das políticas de resgate**. Revista de economia política, vol.29, n.1 (113), p.133-149, jan/mar., 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>> acesso em 24/04/2018;

SINGER, A. et al. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016;

\_\_\_\_\_. **Cutucando onças com varas curtas**:

O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma rousseff (2011-2014). Novos Estudos CEBRAP, 102, julho 2015, p. 43-71 disponível em <<https://economiapoliticaerelacoesinternacionais.files.wordpress.com/2015/12/o-ensaio-desenvolvimentista-do-primeiro-mandato-de-dilma-rousseff-andrc3a9-singer.pdf>> Acesso em 10/03/2018

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia das Letras, 2012;

SOLANO GALLEGOS, E. **Populismo de direita: guerras culturais e antipetismo**, em BarbaraCaramuru Teles (org.), *Enciclopédia do golpe*. Curitiba: Declatra, 2017;

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: editora UFMG, 2006;

\_\_\_\_\_. **A Radiografia do Golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016;

\_\_\_\_\_. **A Elite do Atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017;

TOLEDO, C. N. de. **1964: o golpe contra as reformas e a democracia**, em Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs.), *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. Bauru: Edusc, 2004.

## ANEXOS

### Anexo A - A Fiesp fez campanha contra Dilma



“Renúncia já”: a Fiesp fez campanha contra Dilma (Foto: Reprodução /TV Globo)

**Anexo B - Pedido de renúncia feito por Skaf**



Em 2016, um 'card' divulgado pela Fiesp destacava o pedido de renúncia feito por Skaf

### Anexo C - Acampamento de manifestantes pró-golpe em frente a Fiesp



Acampamento de manifestantes pró-golpe em frente à Fiesp, em São Paulo (SP) / Rovena Rosa/Agência Brasil

## Anexo D – QG do impeachment

### QG do Impeachment

PIAÚÍ/RIO DE JANEIRO | 05/04/2016 às 03h00

#### QG DO IMPEACHMENT

Pato, Pixuleco e buzinação na Fiesp

**U**ma faixa não muito larga, com uns 2 metros de comprimento, carregada por jovens de bermuda e camiseta, é a senha para transformar o quarteirão da Fiesp, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, no pedaço mais rumoroso da já barulhenta avenida Paulista. Nela está escrito: “Buzine pelo impeachment” – o suficiente para que inúmeros condutores de ônibus, táxis, carros de passeio e motos enterrem as mãos na buzina e só suspendam o gesto algumas quadras depois. A sinfonia dissonante tem início por volta das oito

**N**os primeiros dias de acampamento, os revoltosos ganharam armário, mesas, cadeiras e geladeira de simpatizantes. “As pessoas nos perguntam do que estamos necessitando”, contou Bueno. “Uns trazem água; outros, café, pão ou frutas.” O principal auxílio ao grupo, no entanto, advém da própria Fiesp. A Federação liberou seus banheiros para os ativistas, lhes cedeu a iluminação e chegou a servir quentinhas a alguns deles – arroz, feijão, massa e picadinho de carne. Desde dezembro, a entidade está em guerra com o Planalto. No dia 14 daquele mês, não apenas se declarou a favor da queda de Dilma como começou a trabalhar para alcançar o intento. Primeiro,

[http://naovoupagaropato.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2016/04/14154017/Pato\\_800x600\\_post\\_QG\\_Impeachment\\_13Abr2016.png](http://naovoupagaropato.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2016/04/14154017/Pato_800x600_post_QG_Impeachment_13Abr2016.png)

## Anexo E - Homepage do Estadão

The image is a screenshot of the Estadão newspaper's homepage. At the top, there is a navigation bar with the newspaper's logo, "ESTADÃO", and several menu items: "RECOMENDADAS", "OPINIÃO", "MAIS LIDAS", and "ÚLTIMAS". Below this, there are more categories: "POLÍTICA", "ECONOMIA", "INTERNACIONAL", "ESPORTES", "SÃO PAULO", "CULTURA", "MAIS", and "SERVIÇOS". A search bar is visible on the right side of the top bar. The main content area features a large yellow banner with the headline "IMPEACHMENT JÁ!" in bold black letters. Below the banner, there is a section titled "CRISE POLÍTICA" with the main headline "PMDB rompe com Dilma aos gritos de 'fora PT' e 'Temer presidente'". To the right of the text is a photograph showing a group of men in suits, some with their arms raised in a gesture of protest or celebration, in what appears to be a legislative chamber. The page is decorated with red and yellow abstract shapes and a vertical button on the right that says "ASSINE O ESTADÃO".

Homepage do Estadão nesta terça-feira (29). / Reprodução

## Anexo F – Pato da Fiesp e os manifestantes



Foto: Ayrton Vignola/Fiesp

**Anexo G – 5 mil patos em frente ao Congresso Nacional**



Os 5 mil patos da Fiesp em frente ao Congresso Nacional / Lucio Bernardo Jr./ Câmara dos Deputados

Anexo H – Pato gigantes e patinhos em frente ao Congresso Nacional



Foto: Ayrton Vignola

Anexo I – Ninguém agüenta mais pagar o Pato da corrupção

# “NINGUÉM MAIS AGUENTA PAGAR O PATO DA CORRUPÇÃO!”

Todas as coberturas de imagem na avenida Paulista flagram a todo instante a figura do pato seguida de um jargão que tem-se repetido na fala de diversos líderes empresariais.

“Ninguém mais aguenta pagar o pato da corrupção!” Por isso, a tarja preta da Renúncia Já, tremulou nesta quinta-feira no letreiro do prédio da **FIESP**, a Federação Indústria do Estado de São Paulo. A entidade naquele dia reuniu cerca de 90 entidades patronais para discutir ações a tomar, notas com críticas ao governo foram divulgadas pela Facesp (associações comerciais paulistas), pela Associação Comercial de SP, pela **CNI (Confederação Nacional da Indústria)** e pela FecomercioSP. As duas primeiras pediram a renúncia de Dilma. “Seu pas-



<http://www.naovoupagaropato.com.br/deu-na-midia/ninguem-mais-aguenta-pagar-o-pato-da-corrupcao/>

## Anexo J – Pato gigante da Fiesp em frente ao Congresso

**FOLHA DE S. PAULO**  
★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL   
SEGUNDA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2016 17:40

## Skaf vai instalar pato gigante da Fiesp em frente ao Congresso

24/03/2016 02h00

Paulo Skaf, presidente da Fiesp, não vai mais ao seminário em Portugal sobre semipresidencialismo promovido pelo IDP (Instituto Brasiliense de Direito Público), que tem entre os sócios o ministro Gilmar Mendes. Embora a Fiesp apoie o evento, ele diz que precisa ficar em Brasília para a convenção do PMDB que poderá selar o rompimento com o governo.

Adriano Vazoni/Folhapress



<http://www.naovoupagaropato.com.br/deu-na-midia/skaf-vai-instalar-pato-gigante-da-fiesp-em-frente-ao-congresso/>

## Anexo K - Campanha pró-impeachment Pato gigante na esplanada

### FIESP LANÇA CAMPANHA PRÓ-IMPEACHMENT COM PATO GIGANTE NA ESPLANADA

**Boneco de 20 metros de altura foi inflado no gramado em frente ao Congresso Nacional. A ideia é que ele permaneça até a conclusão do julgamento do processo contra a presidente Dilma**

A campanha “Não vou pagar o Pato”, deflagrada no ano passado pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), está de volta a Brasília, agora no rastro do impeachment da presidente Dilma Rousseff. O pato inflável de 20 metros de altura será inflado no canteiro central da Esplanada dos Ministérios, em frente ao Congresso Nacional, em um ato contra o governo, nesta terça-feira (29/3).

A campanha teve como mote inicial a luta contra o aumento dos impostos e a volta da CPMF. Mas, agora, se tornou um símbolo da luta das pessoas que querem um Brasil melhor, segundo o presidente da Fiesp, Paulo Skaf.

O pato (equivalente a um prédio de sete andares) permanecerá no local durante todo o processo de impeachment da presidente da República. Além do pato gigante, outros cinco mil patinhos de plástico também serão espalhados pelo gramado próximo ao Congresso.



[www.metropoles.com](http://www.metropoles.com)

Fonte: [www.metropoles.com](http://www.metropoles.com)

<http://www.naovoupagaropato.com.br/deu-na-midia/fiesp-lanca-campanha-pro-impeachment-com-pato-gigante-na-esplanada/>

## Anexo L - Patos gigantes por impeachment de Dilma

'PATOS GIGANTES' INVADEM BRASÍLIA POR IMPEACHMENT DE DILMA

CaarapoNews  
O número 1 de Caarapó-MS Desde 2007

29/03/2016 14h13

PUBLICIDADE

## 'Patos gigantes' invadem Brasília por impeachment de Dilma

Terra

Compartilhar 0 Tweetar



Foto: EFE

Uma "super população" de patos gigantes infláveis dominou as ruas de Brasília nesta terça-feira, dia em que o PMDB deve oficializar sua saída do governo Dilma Rousseff. Em protesto organizado pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), mais de 5 mil bonecos foram colocados em frente à sede do Congresso Nacional.

Lideradas pela Fiesp, as centrais empresariais publicaram hoje um manifesto em favor do impeachment de Dilma assinada por mais de 400 entidades e pela campanha "Não Vou Pagar o Pato", contra o aumento de impostos.

<http://www.naovoupagaropato.com.br/dec-na-impia/patos-gigantes-invadem-brasilia-por-impeachment-de-dilma-2/>

## Anexo M - Pato é símbolo de “bem contra o mal

### PATO É SÍMBOLO DE ‘BEM CONTRA O MAL’

Os patos infláveis da Fiesp de Paulo Skaf nasceram em setembro de 2015, como marca da campanha da entidade contra o aumento de impostos e a retomada da CPMF.

Hoje, diz Skaf, “o pato já não é da Fiesp, ele é um símbolo da sociedade”.

“O pato é aquele símbolo do bem para acabar com o mal. É uma figura alegre, simpática e que, de uma forma respeitosa, mostra uma indignação. Até as crianças gostam dele.”

Nesta terça (29), a Fiesp inflou um pato gigante, de 20 metros, e instalou cerca de outros 5.000 patinhos amarelos em frente ao Congresso na campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff. A entidade pretende deixar o pato gigante em vigília em Brasília até que termine a votação pela deposição da presidente.

O presidente da Fiesp afirma que o valor da campanha “Não vou pagar o pato” foi aprovado por unanimidade pela diretoria da entidade e que seu custo é variável. “[O valor muda] cada vez que se faz uma nova investida. Não há um custo fixo”, disse.

Nas manifestações pró-impeachment do último dia 13, a Fiesp já havia espalhado patos gigantes pela avenida Paulista. Eles dividiram com os Pixulekos o papel de símbolo dos atos contra Dilma.



### Pato é símbolo de ‘bem contra o mal’, diz dirigente

DE SÃO PAULO

Os patos infláveis da Fiesp de Paulo Skaf nasceram em setembro de 2015, como marca da campanha da entidade contra o aumento de impostos e a retomada da CPMF.

Hoje, diz Skaf, “o pato já não é da Fiesp, ele é um símbolo da sociedade”.

“O pato é aquele símbolo do bem para acabar com o mal. É uma figura alegre, simpática e que, de uma forma respeitosa, mostra uma indignação. Até as crianças gostam dele.”

Nesta terça (29), a Fiesp inflou um pato gigante, de

20 metros, e instalou cerca de outros 5.000 patinhos amarelos em frente ao Congresso na campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff. A entidade pretende deixar o pato gigante em vigília em Brasília até que termine a votação pela deposição da presidente.

O presidente da Fiesp afirma que o valor da campanha “Não vou pagar o pato” foi aprovado por unanimidade pela diretoria da entidade e que seu custo é variável. “[O valor muda] cada vez que se faz uma nova investida. Não há um custo fixo”, disse.

Nas manifestações pró-impeachment do último dia 13, a Fiesp já havia espalhado patos gigantes pela avenida Paulista. Eles dividiram com os Pixulekos o papel de símbolo dos atos contra Dilma.

<http://www.naovoupagaropato.com.br/deu-na-midia/pato-e-simbolo-de-bem-contr-o-mal/>

## Anexo N - O perfil dos manifestantes

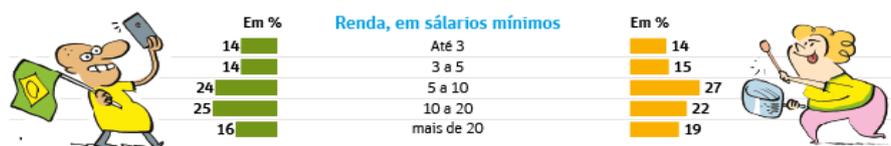
### O PERFIL DOS MANIFESTANTES

Quem são as pessoas que foram às manifestações contra o governo realizadas na capital paulista



#### Motivos para participar da manifestação

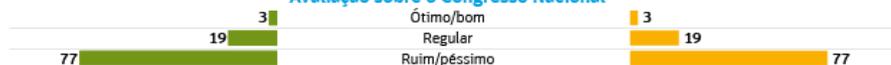
Resposta múltipla e espontânea



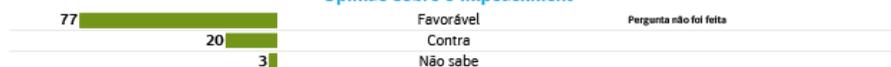
#### Avaliação sobre o governo Dilma



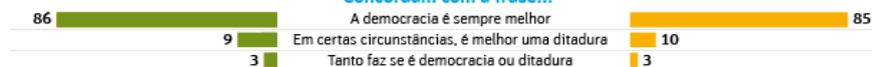
#### Avaliação sobre o Congresso Nacional



#### Opinião sobre o impeachment



#### Concordam com a frase...



\*Pesquisa Datafolha em 15.mar com 432 entrevistas e margem de erro de 5 pontos  
Fonte: Pesquisa Datafolha realizada das 12h às 18h de 12.abr.2015 com 1.320 entrevistas. A margem de erro é de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1615756-irritacao-com-corrupcao-foi-motivacao-para-maioria.shtml>